RELATÓRIO
E CONTAS
2010
MARTIFER
GROUP

Com paixão, talento
e confiança.

A honestidade e excelência
permanecem intactas.

A inovação é constante
e a responsabilidade social
uma atitude.

Sede Martifer Group | PORTUGAL

RELATÓRIO E CONTAS 2010

RELATÓRIO
DE GESTÃO

Hospital CUF | PORTUGAL

GRUPO
MARTIFER

Caros accionistas,

Em tempos desafiantes como os que enfrentamos, é premente tomar decisões e avançar com medidas, muitas vezes difíceis – têm que ser feitas escolhas. Nos dois últimos anos, assistimos a grandes alterações no Grupo devido a uma constante necessidade de adaptação às condicionantes de mercado e em resposta à crise. Foram tempos complexos, mas acreditamos que criámos os alicerces para estarmos hoje mais fortes e confiantes no futuro, que é já amanhã!

O ano 2010, à semelhança de 2009, foi um desafio para o tecido empresarial, principalmente na Europa. A economia mundial ainda se encontrava em processo de recuperação quando se iniciou uma nova crise - a crise da dívida soberana, a afectar principalmente a Europa e, em particular, países como Grécia, Irlanda, Portugal e Espanha. A economia Europeia cresceu 1,6% e a inflação terá atingido os 1,7%.

Neste cenário adverso, o Grupo atingiu Proveitos Operacionais de 602 milhões de euros e EBITDA de 59 milhões de euros, com uma margem de 10%, e reduziu a sua Dívida Líquida em 100 milhões de euros, para um total de 344 milhões de euros, o que corresponde a um rácio Net Debt/EBITDA de 5,8x, e focalizámo-nos nas áreas em que somos mais fortes, Construção Metálica e Solar, que representam já 85% das nossas receitas.

O crescimento da Economia Mundial, que se esperava vir a ser entre os 3% e os 4% em 2011, poderá ficar novamente ameaçado com os recentes acontecimentos, como a crise política no Norte de África e a catástrofe natural no Japão. São cada vez mais os estudos que apontam para a possibilidade de assistirmos a um período de abrandamento de 5 anos nas economias mais desenvolvidas, devido ao constrangimento imposto pelos défices das finanças públicas, até podermos voltar a uma fase de crescimento sustentado.

Com factores externos cada vez mais adversos, e os riscos redobrados, foi necessário avaliar internamente a nossa actividade e estratégia.

Sentimos a necessidade de sermos mais conservadores acerca do futuro e percorrer um caminho sólido de preparação para um crescimento sustentável. Vamos continuar o processo de consolidação da presença do Grupo em alguns mercados, tornando-o cada vez mais internacional.

Traçámos metas realistas para os próximos anos (até 2013), seguindo como princípios orientadores um enfoque, tanto em termos de negócios (Construções Metálicas e Solar) como de geografias (Europa, Angola e Brasil), uma situação financeira robusta, assumindo o compromisso de reduzir os rácios de endividamento e uma estratégia "asset light", uma adequação do modelo organizacional e uma melhoria da eficiência operacional com o Programa "New Step", que consiste na alienação de activos non-core e na optimização do fundo de maneio e dos cash costs.

A área de negócio da Construção Metálica está a crescer em mercados Europeus com maior potencial, como França e Reino Unido, expandindo-se, ao mesmo tempo, no mercado brasileiro, sem descurar outros mercados com potencial de crescimento e margens atractivas. No segmento de equipamentos energéticos, agora integrado nesta área, será feita uma aposta nos negócios offshore (tanto para eólicas como para plataformas petrolíferas), mantendo-se a produção de torres para eólicas onshore.

No segmento Solar continuaremos o esforço de crescimento sustentado com base no negócio de EPC, criando massa crítica em mercados com forte potencial, apostando também na oferta de serviços de valor acrescentado de Operação e Manutenção (O&M) e diversificando actividades através da distribuição de módulos.

Com estas alterações, o Grupo Martifer assume-se cada vez mais como um Grupo Industrial, com uma abordagem cautelosa à expansão e com risco controlado, orientado para o retorno ao accionista.

Hoje, mais do que nunca, acreditamos no Futuro do Grupo.

Caro Stakeholder obrigado pela confiança depositada!

"These are challenging times. In the past two years we have laid the foundations for future profitable growth.
We are now ready to take a «New Step» forward.
The future is now!"

2 | 1 | 3

1 | CARLOS MARTINS
Presidente

2 | JORGE MARTINS
CEO Grupo Martifer

3 | MÁRIO COUTO
CFO Grupo Martifer

Principais Indicadores Financeiros

DESTAQUES

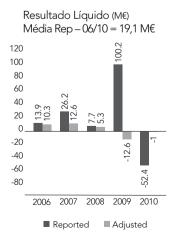
- Proveitos Operacionais estáveis de 602 M€ e EBITDA de 59 M€, com margem de 10%

- Redução da Dívida Líquida em 100 M€, de 444 M€ para 344 M€ o que corresponde a um Net Debt/ EBITDA de 5,8x

- FOCUS: nas áreas de Construção Metálica e Solar que representam já 85% dos Proveitos Operacionais

VALORES REPORTADOS €M - IFRS	ANO 2010	MARG.	ANO 2009	MARG.	VAR. %
Proveitos Operacionais	**602,1**		**606,1**		**-0,7%**
EBITDA	**59,0**	**9,8%**	**66,8**	**11,0%**	**-11,7%**
EBIT	-21,0	-3,5%	-9,2	-1,5%	<-100%
Resultado Financeiro	-20,9		134,1		s.s.
Resultado antes de imposto	-41,9		125,0		s.s.
Impostos	10,5		7,9		32,7%
Resultado Líquido de Operações Continuadas	-52,4	-8,7%	117,0	19,3%	s.s.
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-		-16,9		
Resultado Líquido Consolidado	**-52,4**	**-8,7%**	**100,2**	**16,5%**	**s.s.**
Atribuível:					
a interesses não controlados	2,5		-7,5		s.s.
ao Grupo	-54,9		107,7		s.s.

VALORES AJUSTADOS €M - IFRS	ANO 2010	MARG.	ANO 2009	MARG.	VAR. %
Proveitos Operacionais	602,1		606,1		-0,7%
EBITDA	59,0	9,8%	66,8	11,0%	-11,7%
EBITDA sem o efeito Tavira Plaza	**62,1**	**10,3%**	**64,0**	**10,6%**	**-3,0%**
EBIT	24,7	4,1%	38,3	6,3%	-35,7%
Resultado Financeiro	-15,2		-26,7		43,3%
Resultado antes de imposto	9,5		11,6		-18,0%
Impostos	10,5		7,9		32,7%
Resultado Líquido de Operações Continuadas	-1,0	-0,2%	3,7	0,6%	s.s.
Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-		-16,9		
Resultado Líquido Consolidado	**-1,0**	**-0,2%**	**-13,2**	**-2,2%**	**92,3%**
Atribuível:					
a interesses não controlados	3,5		-7,5		s.s.
ao Grupo	-4,5		-5,7		21,2%

DETALHES DOS AJUSTAMENTOS €M - IFRS	ANO 2010
Resultado Líquido Consolidado (Reportado)	**-52,4**
Mais-valia na Prio	+13,1
Aplicação do Equity Method na Prio	-3,8
Imparidades relativas à RE Developer	-45,7
Menos-valia na RE Developer	-15,0
Total de Ajustamentos	**-51,4**
Resultado Líquido Consolidado (Ajustado)	**-1,0**

Principais Acontecimentos

FEVEREIRO 2010

Martifer Renewables vende à Galp 15% da Ventinveste

A Martifer Renewables vendeu, ao grupo Galp Energia, 50% do capital da sociedade Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda, a qual detém 30% do capital social da Ventinveste, S.A. ('Ventinveste'). O valor da transacção foi de aproximadamente 5 milhões de euros.
O Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda. foi adquirido pela Martifer Renewables ao Grupo Babcock & Brown em Junho de 2009. A venda de metade do capital social desta sociedade reequilibrará as participações da Martifer SGPS e do grupo Galp Energia na Ventinveste. Após esta operação os accionistas da Ventinveste são o grupo Galp Energia com 49%, a Martifer SGPS com 46,6%, a REpower com 2,4% e a Efacec com 2%.

MARÇO 2010

Martifer procedeu à alienação de 11% na Prio Foods e Prio Energy

Martifer SGPS, S.A. procedeu à alienação de 11% da sua participação nas subsidiárias PRIO SGPS, S.A. ("Prio Foods") e PRIO Advanced Fuels SGPS, S.A. ("Prio Energy") e respectivas prestações suplementares à companhia Severis SGPS, S.A., pelo valor de 13,75 milhões de euros, procedendo desta forma à redução do interesse económico no negócio de Agricultura & Biocombustíveis. Através desta operação, a Martifer SGPS, S.A. reduz a sua participação de 60% para 49% do capital social, naquelas empresas e nas respectivas subsidiárias.

Martifer compra remanescente do capital social da Martifer Alumínios à HSF SGPS

Em 22 de Março de 2010, a subsidiária Martifer Construções celebrou o contrato promessa de aquisição de 45% do capital social da Martifer Alumínios à HSF SGPS, transacção que ficou concluída antes do ano, passando assim a deter 100% do capital da mesma.

ABRIL 2010

Martifer aprova em AG distribuição de dividendos no valor de 10 milhões de euros

No dia 7 de Abril de 2010, foi aprovada em Assembleia Geral de Accionistas, a distribuição de dividendos aos accionistas, sobre o resultado líquido do exercício de 2009, no montante de 10 milhões de euros, sendo o respectivo valor por acção de Euro 0,10. O pagamento destes dividendos foi efectuado no dia 5 de Maio de 2010.

Martifer informa sobre aumento de capital na Martifer Solar

A Martifer SGPS, SA, no seguimento do actual foco estratégico do Grupo nos sectores da construção metálica e das energias renováveis (eólico e solar) aprovou, por unanimidade, um aumento de capital da sua subsidiária Martifer Solar no montante de 35 milhões de euros, passando o capital social para 50 milhões de euros.
Este aumento de capital pretende responder às necessidades de investimento da empresa e será proporcionalmente subscrito pelos seus accionistas. O objectivo desta operação é fortalecer a estrutura de capital da Martifer Solar, de forma a dotar a empresa de todas as condições para que possa beneficiar da actual conjuntura de crescimento no sector Solar.

AGOSTO 2010

Martifer vende Tavira Gran-Plaza

A Martifer Gestão de Investimentos, S.A. vendeu a sua participação de 100% no centro comercial Tavira Gran-Plaza à empresa Estia, pelo valor total de 44,3 milhões de euros.
A Estia é uma empresa especializada em diversas áreas do ramo imobiliário, executando actualmente funções de concepção, implementação, promoção e gestão de vários projectos, tais como, Centros Comerciais, Retail Parks, Hotéis, Escritórios, Plataformas Logísticas e de Armazenagem, Habitação, Complexos Múltiplos, Resorts e Senior Living.

OUTUBRO 2010

Martifer vende a sua participação financeira na EDP

A Martifer concluiu a venda da sua participação financeira na EDP, iniciada no segundo trimestre do exercício, ou seja, as 17.700.000 acções, correspondentes a uma participação de 0,48% no capital da empresa em questão. O preço médio foi de €2,55 por acção, o que corresponde a um valor total de aproximadamente 45 milhões de euros.

DEZEMBRO 2010

Martifer vende parques eólicos na Alemanha

Martifer Renováveis vendeu os parques eólicos que detinha na Alemanha, Bippen e Holleben, com 53,1 MW de capacidade instalada, à empresa alemã WPD por 26,35 M€.
A venda destes activos ocorre dentro da política de rotação de activos implementada pela equipa de gestão na Martifer Renewables, a empresa que trabalha no desenvolvimento de energias renováveis. Esta alienação teve efeitos a partir de 31 de Outubro de 2010.

Martifer vende a sua participação na Home Energy à EDP

Martifer Solar celebrou um acordou para alienação da participação de 60% na sociedade Home Energy à empresa EDP – Energias de Portugal, S.A. ("EDP"). Este acordo foi seguido também pelos restantes accionistas. A transacção ficou, no entanto, condicionada à aprovação pela Autoridade da Concorrência, a qual foi obtida no mês de Fevereiro de 2010.

Eventos subsequentes

FEVEREIRO 2011

Martifer vendeu a sua participação na REpower Portugal e Powerblades

A Martifer vendeu a sua participação de 50% na REpower Portugal à REpower Systems AG, que assim passa a deter a empresa na sua totalidade. Adicionalmente a Martifer também vendeu a sua participação de 10% da Powerblades, uma joint venture para o fabrico de pás, à REpower, que agora detém 100% da empresa.

Autoridade da Concorrência autoriza venda da Home Energy à EDP

Em 21 de Fevereiro foi aprovada pela Autoridade da Concorrência, sem imposição de condições ou obrigações, a transação de venda da Home Energy à EDP Serviços. O contrato de venda da Home Energy foi celebrado a 30 de Dezembro de 2010 tendo ficado condicionado à referida autorização.

Parque Solar de Moratalla | ESPANHA

ENQUADRAMENTO

Actividade

A Martifer iniciou a sua actividade em 1990, actuando no sector das estruturas metálicas. No ano 2010, em que completou 20 anos de actividade, a Martifer SGPS, SA desenvolveu a sua actividade em dois sectores: Construção Metálica e Energias Renováveis. No sector de Energias Renováveis exerceu a sua actividade em três segmentos de negócio: Solar (Martifer Solar), Equipamentos para Energia (através da Martifer Energy Systems) e RE Developer - Promoção e Desenvolvimento de Projectos Eólicos (Martifer Renewables).
Durante o ultimo trimestre desse ano, e também fruto dos ambientes macroeconómico e geopolítico adversos em que vivemos, a Martifer fez uma análise profunda da sua estratégia – a qual é melhor explicada no capítulo dedicado às perspectivas futuras – decidindo concentrar a sua actividade nas áreas da Construção Metálica e Solar.

O Grupo Martifer: presente e futuro

Como consequência natural deste focus estratégico, a Martifer começará a apresentar as contas do Grupo, já no primeiro trimestre de 2011, agrupando a sua actividade naquelas duas áreas – construção metálica e solar – não deixando, contudo, de fazer referência, quando assim o justificar, às outras actividades e participadas.
A actividade divulgada actualmente como 'Equipamentos para Energia', passará a ser divulgada conjuntamente com a actividade da construção metálica, integrando esse segmento, de forma a reflectir a desagregação das actividades do Grupo tal como estas são geridas e monitorizadas internamente pela gestão.

Assim, com este relatório e contas relativo ao exercício de 2010, terminaremos a desagregação dos segmentos, conforme o temos vindo a apresentar.

HOLDING

A Martifer SGPS, SA, sociedade aberta, holding do Grupo Martifer, é responsável pela definição de regras e políticas e pela orientação estratégica do Grupo.
As áreas de negócio do Grupo Martifer actuam de forma autónoma, seguindo as orientações estratégicas aprovadas a nível da holding, com base em orçamentos anuais e planos de negócio anuais aprovados pelo Conselho de Administração da Martifer.
De forma transversal, as áreas de negócio utilizam o centro de serviços de suporte do Grupo, o qual tem como objectivo a prestação de serviços administrativos de suporte que contribuam para a competitividade de cada uma das áreas de negócio. O número de colaboradores no final de 2010 era de 156.
As principais rubricas de custos, relacionam-se com provisões e perdas de imparidade, juros e perdas em investimentos financeiros. Os proveitos são essencialmente de rendimentos financeiros. A variação face ao ano anterior resulta do facto de, em 2010, ter ocorrido a venda da REpower Systems AG.

CONSTRUÇÃO METÁLICA

Esta área de negócio é líder na Península Ibérica e um dos players de referência do sector na Europa. Com presença industrial em Portugal, Polónia, Roménia, Austrália e Angola, tem competências na execução de projectos complexos, com capacidade própria de desenho e engenharia, completada por uma vasta equipa de gestão de obra. Executa contratos de elevada incorporação de estrutura metálica em aço, fachadas de alumínio e vidro e soluções em aço inox.
A empresa tem centrado a sua estratégia de desenvolvimento em países de maior crescimento na Europa Central e em Angola. Em Portugal, Espanha e outros países, como por exemplo a Irlanda, procura diferenciar-se pela qualidade da engenharia e a capacidade de liderar projectos de grande complexidade. No ano 2010 deu-se a entrada nos mercados do Reino Unido e França, onde já se acumula carteira. No final do ano avançou-se também para o Brasil, um mercado no qual a empresa aposta para o futuro.
Esta actividade registou proveitos operacionais em 2010 de 291,6 milhões de euros, com 2.088 colaboradores no final do ano. A presença industrial e comercial estende-se actualmente por 12 países. O total da sua capacidade produtiva é de 80.000 toneladas anuais.

SOLAR

No segmento Solar, a actividade do Grupo é exercida através da Martifer Solar, a qual se dedica ao desenvolvimento de projectos fotovoltaicos, instalação de parques fotovoltaicos chave-na-mão ou em regime de EPC, desenvolvimento de projectos de integração arquitectónica e microgeração.
Em termos industriais, a Martifer Solar possui uma das unidades mais automatizadas do mundo para produção de módulos fotovoltaicos, com capacidade para 50 MW. A Martifer Solar, presente no mercado desde 2007, continua a sua expansão internacional com a entrada em novos países em 2010.
Esta área registou proveitos operacionais de 220,8 milhões de euros em 2010, com 426 colaboradores no final do ano. Está presente em 12 países.

EQUIPAMENTOS PARA ENERGIA

Este segmento de negócios iniciou a sua actividade em 2004, com o arranque da fábrica de torres eólicas e da actividade de construção de parques eólicos chave-na-mão, em sinergia com as competências industriais e de gestão de projectos, decorrentes da experiência acumulada na actividade de construção metálica.
Actualmente, desenvolve a sua actividade no segmento eólico, na engenharia e no desenvolvimento de novas tecnologias no segmento de produção de energia de fontes renováveis. No segmento eólico, a Martifer Energy Systems tem um posicionamento claramente industrial, com a produção de componentes para aerogeradores, assemblagem de aerogeradores, fabrico de torres metálicas e construção de parques eólicos chave-na-mão. No segmento de engenharia, a sua actividade insere-se na construção de projectos industriais (ex.: fábricas de extracção, fábricas de biodiesel) e engenharia naval (Navalria).
Esta área registou proveitos operacionais de 72,6 milhões de euros em 2010, com um número de colaboradores no final do ano de 465. Está presente em 6 países.

RE DEVELOPER

Neste segmento de negócio, a Martifer Renewables, actuará como um developer nas energias renováveis, principalmente no desenvolvimento de projectos de energia eólica. Mais do que acumular MWs em exploração, a estratégia da Martifer Renewables assenta numa rigorosa utilização de capitais no desenvolvimento e construção de projectos. Brasil. No final do ano foram vendidos os parques eólicos da Alemanha, no total de 53,1 MW. Esta área de negócio registou proveitos operacionais de 23,9 milhões de euros em 2010, com um número final de 43 colaboradores. Está presente em 6 países.

Presença internacional

História

1990

Fundação da Martifer

18 Colaboradores

1998

Engil (Mota-Engil) passa a ser accionista

Expo 98, com a participação da Martifer em várias obras (Ex. Torre Vasco da Gama)

100 Colaboradores

1999

Início da internacionalização com a entrada em Espanha

2002

Construção dos estádios para o Euro 2004

Segunda fábrica em Portugal, Benavente

2003

Criação da Fábrica de Construções Metálicas na Polónia, 1ª fora de Portugal

2004

Início de actividade no sector de Equipamentos para Energia Renovável – Eólica

900 Colaboradores

2005

Início de actividade nas áreas de Agricultura e Biocombustíveis e Desenvolvimento de Parques Eólicos

Aquisição de 25,4% da REpower Systems AG

2006

Início de actividade no sector Solar Fotovoltaico
Criação do Consórcio Ventinveste para o Concurso Eólico Nacional, em parceria com a Galp

2007

OPA sobre a REpower Systems AG, conjuntamente com a Suzlon

Consórcio Ventinveste vence Fase B do Concurso Eólico Nacional (400 MW)

Entrada em bolsa (IPO)

1.800 colaboradores

2008

Início de operação das unidades industriais de componentes para parques eólicos, módulos fotovoltaicos e assemblagem de aerogeradores

Aquisição da Navalria, especializada no negócio da Construção e Reparação Naval

2009

Criação de uma Joint Venture com a Hirschfeld para a produção de componentes para energia eólica nos EUA

Martifer Renewables ultrapassa 100 MW de capacidade instalada

Martifer Renewables ganha 217 MW no primeiro Leilão eólico no Brasil

Venda da participação detida na REpower Systems AG

2010

Alienação de 11% na Prio e Prio Advanced Fuels, passando a deter 49% do seu capital

Construção dos dois maiores parques solares fotovoltaicos do Continente Africano, em Cabo-Verde

MARTIFER
GROUP

HOJE

~3.000 colaboradores

Presente em 21 países

16 Unidades Industriais

Envolvente de mercado

O ano 2010 foi caracterizado por um clima de recuperação económica a nível mundial, ainda suportado por pacotes expansionistas, entretanto a chegar ao fim, que estimularam todos os mecanismos e permitiram uma saída da crise que afectou mundialmente todas as economias em 2008 e 2009. No segundo semestre de 2010 as recuperações foram mais moderadas e as pressões inflacionistas mais acentuadas, reflectindo as pressões ao nível da crise actual da dívida soberana de alguns países da Europa. Em contraste, as economias emergentes apresentaram um crescimento robusto. O crescimento real da economia mundial em 2010 foi de 4,8%, a reflectir a performance positiva da produção industrial e do forte crescimento do comércio internacional. Os países que mais se destacaram neste ano foram o Brasil, a Índia e a China, com um crescimento de 7,5%, 9,7% e 10,5% respectivamente. A economia Europeia cresceu 1,6% e a inflação terá atingido os 1,7%. A economia Alemã, em contraste com alguns países na Europa tem vindo a apresentar uma performance muito positiva nos últimos meses.

Quanto ao futuro, e segundo algumas das conclusões retiradas no Fórum Económico Mundial em Davos, tudo aponta para que o crescimento da Economia Mundial se situe entre os 3% e os 4% em 2011, mas, também, que esse Crescimento da Economia irá acontecer a três velocidades, ou seja, a Zona Euro irá crescer abaixo dos 2%, os Estados Unidos da América irá crescer a mais de 3% e finalmente as Economias Emergentes deverão crescer na ordem dos 6%.

Os Estados Unidos da América e a Europa irão enfrentar quatro problemas em 2011: a) consolidação fiscal, b) desendividamento do sector privado, c) pressões sobre os capitais dos bancos e d) aumento do preço da dívida soberana. Por estas razões, será de esperar um crescimento muito baixo em muitos dos países na Europa podendo, em alguns casos, esse crescimento ser até negativo.

O FED vai manter activo, até Julho de 2011, o seu plano de estímulos que envolve a possibilidade de injectar até 600 mil milhões de dólares na Economia Norte Americana. A retoma está em curso mas com uma dinâmica excessivamente lenta, incapaz de combater o elevado desemprego que persiste na casa dos 9,4%.

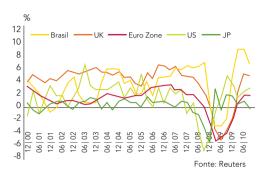
Outra das medidas económicas nos EUA passa por congelar a despesa pública até 2015, o que permitirá poupar 400 mil milhões de dólares com o objectivo de reduzir o défice público. O investimento, porém, irá estar fortemente concentrado em infra-estruturas. Ou seja, as estradas e infra-estruturas rodoviárias do país precisam de ser reparadas, para além de estar previsto um grande projecto do Governo de Obama com o objectivo de garantir o acesso à alta velocidade ferroviária a cerca de 80% da população americana até 2035.

Tudo aponta que as economias mais desenvolvidas vão passar por um período de abrandamento de "5 anos", devido ao peso das finanças públicas, até se voltar a uma nova fase de crescimento sustentado

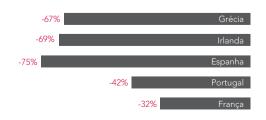
Apesar de tudo, o sector empresarial mundial está a entrar em 2011 notavelmente em condições mais favoráveis que apresentou nos anos de 2008 e 2009, com as margens operacionais de volta aos níveis pré-crise, com os balanços mais reforçados e os níveis de liquidez a apresentarem melhorias significativas. Durante os últimos 3 anos, muitas das empresas adoptaram políticas de maior flexibilidade financeira como escudo contra a incerteza nos mercados e a crise económica e financeira, e isso tornou-as mais capitalizadas e saudáveis.

O ano 2011 será palco de alguns esforços de crescimento utilizando alguma da liquidez entretanto criada mundialmente. As empresas Asiáticas e Africanas irão ter um papel fundamental em todo este processo. Em 2010 aproximadamente 40% dos movimentos "cross border" de fusões e aquisições aconteceram de firmas asiáticas para a América Latina, Médio Oriente e África, e tudo aponta para que a tendência se mantenha em 2011.

EVOLUÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

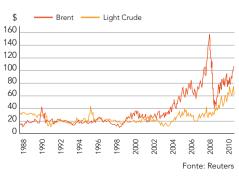
Fonte: Reuters

MERCADO DE CAPITAIS

No ano 2010, os mercados de capitais sofreram bastante com o clima de desconfiança, por parte dos investidores, quanto à sustentabilidade das finanças públicas em muitos dos países na Europa, principalmente Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália, gerando uma nova onda de volatilidade que deverá continuar durante o ano 2011.
Ou seja, desde 2007 que os investidores retiraram aproximadamente 400 mil milhões de dólares dos mercados accionistas nos mercados mais desenvolvidos, enquanto os mercados emergentes e os mercados de dívida atraíram 176 mil milhões de dólares e 56 mil milhões de dólares, respectivamente. Em 2011, este movimento de deslocação de capitais para diferentes mercados irá ser ainda uma realidade. A razão para tal prende-se com a contínua desregulamentação e institucionalização dos planos de pensões para fundos.

EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES BOLSISTAS EUROPEUS

TAXAS DE JURO E PREÇOS DO PETRÓLEO

As expectativas de evolução das taxas de juro a curto prazo (EURIBOR a 3 meses) implícitas nos contratos de futuros apontam para a continuação da subida gradual das taxas de juro no mercado monetário interbancário. No que respeita às taxas de juro a longo prazo da dívida soberana portuguesa, a manutenção do diferencial da taxa de juro face à Alemanha implica uma gradual subida ao longo de 2011 e 2012. A evolução dos prémios de risco da dívida soberana portuguesa tem sido condicionada principalmente pelas dúvidas quanto à sustentabilidade das finanças públicas; será, por isso, crucial que ao longo do próximo ano possa haver sinais claros de que as finanças públicas irão convergir para os níveis requeridos de défice público. Este facto irá condicionar as condições de acesso do sistema bancário nacional aos mercados internacionais de dívida por grosso, com efeitos de transmissão progressiva e provavelmente mais intensa sobre as condições de financiamento das empresas. De acordo com a informação disponível nos mercados de futuros, o preço do barril de petróleo deverá aumentar gradualmente ao longo de 2011, atingindo valores médios próximos dos 90 dólares, o que de certa forma reflecte a recuperação da actividade económica mundial e o consequente aumento das matérias-primas.

EVOLUÇÃO DO PREÇO DO BARRIL DE PETRÓLEO

Fonte: Reuters

PORTUGAL

Em 2010 o Produto Interno Bruto acabou por crescer 1,3%, acabando por ser superior ao antecipado devido ao crescimento das Exportações e do Consumo Público.
Em Portugal, aguarda-se contracção da actividade económica em 2011 (de aprox. -1,3%), seguida de um crescimento limitado (de aprox. 0,6%) em 2012.
O consumo e o investimento públicos deverão registar reduções em termos reais quer em 2011 quer em 2012.
A inflação deverá aumentar para cerca de 2,7% em 2011 (versus 1,4% em 2010)
Os principais aspectos negativos a assinalar são a diminuição do consumo interno, a consolidação orçamental, e a continuação da dificuldade dos bancos portugueses no acesso aos mercados.
Neste contexto, a recuperação do comércio internacional será uma determinante fundamental para a recuperação da actividade económica em Portugal.

Quanto às condições de financiamento da Economia Portuguesa nos próximos dois anos, assume-se a manutenção do recurso do sistema bancário nacional ao financiamento pelo Eurosistema.

€M - IFRS	2006	2007	2008	2009	2010e	2011e	2012e
PIB, Var. % annual							
EUA	2,7%	2,1%	0,4%	-2,6%	2,6%	2,3%	2,8%
Zona Euro	3,0%	2,8%	0,5%	-4,1%	1,7%	1,5%	1,7%
Alemanha	3,2%	2,5%	1,0%	-4,7%	3,3%	2,0%	2,2%
Portugal	1,4%	1,9%	0,0%	-2,6%	1,3%	-1,3%	0,7%
Inflação, Var. % anual							
EUA	3,2%	2,9%	3,9%	-0,4%	1,3%	1,6%	2,0%
Zona Euro	2,2%	2,1%	3,3%	0,3%	1,9%	2,0%	2,0%
Alemanha	1,8%	2,3%	2,8%	0,3%	1,3%	1,4%	1,6%
Portugal	2,7%	3,0%	2,4%	-1,0%	1,4%	2,0%	2,0%
Taxa de Desemprego, Var. % anual							
EUA	4,6%	4,6%	5,8%	9,3%	9,7%	9,6%	9,5%
Zona Euro	8,3%	7,5%	7,5%	9,5%	10,0%	9,9%	9,6%
Alemanha	9,8%	8,4%	7,3%	7,7%	7,6%	7,3%	7,0%
Portugal	7,7%	8,1%	7,7%	9,6%	10,8%	11,0%	10,6%
Peso do Défice, % PIB							
EUA	-2,0%	-2,7%	-4,8%	-10,3%	-9,2%	-8,0%	-6,5%
Zona Euro	-1,3%	-0,6%	-2,0%	-6,3%	-6,5%	-5,2%	-4,2%
Alemanha	-1,6%	0,30%	0,10%	-3,0%	-3,8%	-3,0%	-2,4%
Portugal	-3,9%	-2,6%	-2,6%	-9,3%	-7,3%	-4,6%	-3,3%
Preço do Crude							
USD por Barril	61,6	93,9	45,6	80,0	85,0	90,0	95,0
Taxas de Juro, Final do ano (%)							
Taxas de Juro							
- Fed (Fed Funds)	5,25%	4,25%	0,75%	0,25%	0,25%	0,75%	1,75%
- BCE	3,50%	4,00%	2,50%	1,00%	1,00%	1,50%	2,50%
- BoE	5,00%	5,50%	2,00%	0,50%	0,50%	1,25%	2,25%
Long-Term Rates (10 y Bonds)							
US	4,70%	4,00%	2,20%	3,80%	2,90%	3,50%	4,00%
Euro Zone	3,90%	4,30%	2,95%	3,40%	2,70%	3,30%	4,00%
UK	4,75%	4,50%	3,02%	4,00%	3,20%	3,75%	4,30%
Taxas de Câmbio, final do ano							
EUR/USD	1,32	1,46	1,40	1,43	1,35	1,40	1,41

Fonte: Reuters, IMF, OCDE and Economist Intelligence

Artenius PTA | PORTUGAL

DESEMPENHO FINANCEIRO

Análise de resultados

€M	ANO 2010 AJUSTADO	ANO 2009 AJUSTADO	VAR. %	ANO 2010 REPORTADO	ANO 2009 REPORTADO	VAR. %
Proveitos operacionais	602,1	606,1	-0,7%	602,1	606,1	-0,7%
Resultado bruto	218,6	205,3	6,5%	218,6	205,3	6,5%
Resultados operacionais antes de amortizações e provisões e perdas de imparidade (EBITDA)	59,0	66,8	-11,7%	59,0	66,8	-11,7%
Margem EBITDA	9,8%	11,0%	-1,2 pp	9,8%	11,0%	-1,2 pp
Amortizações	26,1	23,9	8,9%	26,1	23,9	8,9%
Provisões e perdas de imparidade	8,2	4,5	83,3%	53,9	52,0	3,6%
Resultados antes de impostos e encargos financeiros (EBIT)	24,7	38,3	-35,7%	-21,0	-9,2	<-100%
Margem EBIT	4,1%	6,3%	-2,2 pp	-3,5%	-1,5%	-2 pp
Resultados financeiros	-15,2	-26,7	43,3%	-20,9	134,1	s.s.
Resultados antes de impostos	9,5	11,6	-18,0%	-41,9	125,0	s.s.
Impostos	10,5	7,9	32,7%	10,5	7,9	32,7%
Resultado Líquido de Operações Continuadas	-1,0	3,7	s.s.	-52,4	117,0	s.s.
Resultados da unidade operacional detida para venda	-	-16,9		-	-16,9	
Resultado líquido do exercício	-1,0	-13,2	92,3%	-52,4	100,2	s.s.
Atribuível a interesses não controlados	3,5	-7,5	s.s.	2,5	-7,5	s.s.
Atribuível ao Grupo	-4,5	-5,7	20,9%	-54,9	107,7	s.s.
por acção	-0,045	-0,057		-0,549	1,077	

Nota: Os resultados apresentados correspondem a valores reportados. Para permitir uma melhor avaliação dos resultados foram feitos ajustamentos por eventos não recorrentes ou não relacionados com a actividade operacional. No ano de 2010 os ajustamentos atingiram os 54,1 milhões de euros, sendo 45,6 milhões de euros relativos a perdas por imparidade, 13,1 milhões de euros referentes à mais-valia com a venda das participações da Prio Energy e Prio Foods, 13,3 milhões de euros de menos-valias relativas à venda dos parques eólicos na Alemanha e 1,7 milhões de euros de outras menos-valias no mesmo segmento. Adicionalmente, os resultados financeiros foram ajustados em 3,8 milhões de euros relativos ao efeito líquido negativo da aplicação do método da equivalência patrimonial às participações na Prio Energy e Prio Foods.
Os valores relativos ao ano de 2009 foram reclassificados de forma a destacar os resultados da unidade operacional detida para venda. Os valores reportados no ano de 2009 incluem um ganho financeiro de 160,9 milhões de euros decorrente da venda da REpower Systems, AG, e 47,5 milhões de euros de provisões e perdas por imparidade resultantes da reavaliação de activos.

PROVEITOS OPERACIONAIS

Em 2010 os Proveitos Operacionais mantiveram-se estáveis (-0,7%), relativamente a 2009, cifrando-se nos 602,1 milhões de euros, apresentando uma tendência crescente ao longo do ano. A diminuição dos Proveitos Operacionais, no segmento de Equipamentos para Energia (-53% face ao período homólogo), foi mais do que compensada pelo forte crescimento registado nos Proveitos Operacionais dos segmentos Solar e RE Developer, com +69,2% e +9,8%, respectivamente, e registou-se um decréscimo de 7,6% na área de negócio de Construção Metálica.

O segmento Solar registou um crescimento dos Proveitos Operacionais de 69,2% para os 220,8 milhões de euros, acima da tendência do sector. Este segmento tem tirado partido da actual conjuntura favorável no sector fotovoltaico, particularmente em alguns países da Europa, como a Itália.

Na área de negócio de Construção Metálica os Proveitos Operacionais apresentaram um decréscimo de 7,6%, relativamente ao mesmo período do ano anterior, que se justifica fundamentalmente pelo adiamento pontual verificado no arranque de algumas obras mais complexas, devido a indefinições técnicas e de projecto.

A área de RE Developer apresentou um crescimento nos Proveitos Operacionais de 9,8% para os 23,9 milhões de euros, apesar de não contar com as receitas dos parques na Alemanha nos últimos dois meses do ano, devido à sua alienação.

A redução dos Proveitos Operacionais no segmento de Equipamentos para Energia (-53%) é maioritariamente explicada pelo abrandamento económico e condições adversas no mercado financeiro, bem como pela incerteza legislativa devido aos cortes orçamentais dos diversos governos, que levaram a uma quebra da procura de sistemas e equipamentos eólicos e também, consequentemente, a uma redução dos projectos chave-na-mão por toda a Europa.

PROVEITOS OPERACIONAIS	ANO 2010 €M	ANO 2010 PESO	ANO 2009 €M	ANO 2009 PESO	VAR, %
Martifer Consolidado	**602,1**		**606,1**		**-0,7%**
Construção Metálica	291,6	48,4%	315,5	52,1%	-7,6%
Solar	220,8	36,7%	130,5	21,5%	69,2%
Equipamentos para Energia	72,6	12,1%	154,5	25,5%	-53,0%
RE Developer	23,9	4,0%	21,8	3,6%	9,8%
Holding, Elim. e Ajust.	-6,8	-1,1%	-16,1	-2,7%	58,1%

É muito importante sublinhar que em termos de peso das áreas de negócio nos Proveitos Operacionais ocorreu no ano 2010 uma transferência do segmento eólico para o solar, com as áreas de Construção Metálica e Solar a representarem 85,1%, que compara com 73,6% no período homólogo. É também de destacar que a área de negócio Solar é já a segunda maior área em termos de Proveitos Operacionais do Grupo, o que justifica o aumento de capital realizado durante 2010 para potenciar a actual carteira de projectos.
A distribuição de proveitos operacionais consolidados por geografia, em 2010, foi a seguinte: Portugal 38,5%, Espanha 12,2%, Europa Central e de Leste 9,5%, Angola 6,3% e o resto do Mundo representa 33,5%.

EBITDA E RESULTADO LÍQUIDO

Em 2010, o EBITDA consolidado ascendeu aos 59,0 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 11,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, e corresponde a uma margem EBITDA de 9,8%, o que compara com a margem EBITDA de 11% no mesmo período do ano anterior. No entanto, o EBITDA ajustado pelos efeitos do Tavira Gran-Plaza, atingiu os 62,1 milhões de euros, o que representa um decréscimo de apenas 3% quando comparado com 2009. O aumento do EBITDA nas áreas Solar e RE Developer, face ao período homólogo, não foi suficiente para compensar a queda do EBITDA das áreas de Equipamentos para Energia e Construção Metálica.

EBITDA	ANO 2010 €M	ANO 2010 MARG,	ANO 2009 €M	ANO 2009 MARG,	VAR, %
Martifer Consolidado	**59,0**	**9,8%**	**66,8**	**11,0%**	**-11,7%**
Construção Metálica	21,6	7,4%	37,1	11,8%	-41,9%
Solar	22,2	10,0%	12,5	9,6%	77,4%
Equipamentos para Energia	-4,9	-6,7%	11,2	7,3%	s.s.
RE Developer	17,9	74,7%	4,3	20,0%	>100%
Holding, Elim. e Ajust.	2,3	-	1,6	-	-
Martifer Consolidado Aj.	***62,1***	***10,3%***	***64,0***	***10,6%***	***-3,0%***
Construção Metálica Aj.	*24,7*	*8,5%*	*34,3*	*10,9%*	*-28,0%*

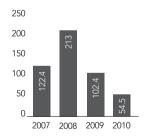
Nota: Os ajustamentos no EBITDA, realizados em 2010 e 2009, respectivamente de 3,1 milhões de euros e -2,7 milhões de euros, estão relacionados com a actualização do justo valor do activo Tavira Gran-Plaza (44,4 milhões de euros em Julho de 2010 contra 47,5 milhões de euros em 2009).

Os resultados antes de encargos financeiros e impostos (EBIT) foram de -21 milhões de euros numa base reportada, o que compara com -9,2 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. No entanto, para que os dois valores sejam efectivamente comparáveis (excluindo os efeitos não recorrentes), torna-se necessário ajustar 45,6 milhões de euros em provisões e perdas de imparidade em 2010, e 47,5 milhões de euros em 2009. Excluindo este efeito, o EBIT ascende a 24,7 milhões de euros no final de 2010, o que compara com 38,3 milhões de euros no mesmo período de 2009. Os Resultados Financeiros reportados foram de 20,9 milhões de euros negativos, incluindo dois efeitos positivos: 13,1 milhões de euros de mais-valia na venda de 11% das participações na Prio Energy e Prio Foods (não recorrente), -3,8 milhões de euros da aplicação do método de equivalência patrimonial à Prio Energy e Prio Foods, e -15 milhões de euros em menos valias, resultantes essencialmente da venda dos parques eólicos na Alemanha. Os Resultados Financeiros líquidos, ajustados por eventos não recorrentes e pela aplicação do método da equivalência patrimonial na Prio, evoluíram favoravelmente para -15,2 milhões de euros no final de 2010, o que compara com -26,7 milhões de euros no período anterior, correspondendo a uma melhoria de 11,5 milhões de euros. Esta melhoria deveu-se não só a um valor de juros inferior, resultante da redução do nível de endividamento e das taxas de juro, como também ao registo de diferenças cambiais positivas. Os Encargos Líquidos com juros foram de 18,1 milhões de euros, o que compara positivamente com os 26,9 milhões de euros em 2009.
As diferenças de câmbio líquidas foram favoráveis, atingindo os 2,3 milhões de euros devido à valorização do Kwanza (Angola) e do Zloti Polaco (Polónia) face ao Euro, o que compara com uma perda cambial líquida de 8,4 milhões de euros em 2009.

Investimento

O valor do investimento em activos tangíveis e intangíveis no final de 2010 ascendeu a 54,5 milhões de euros, tendo o valor sido canalizado essencialmente para a construção da nova fábrica de torres no Texas, EUA, para o desenvolvimento dos activos do segmento RE Developer na Roménia, Polónia, Portugal e Brasil e também para os investimentos realizados em Angola para a conclusão das instalações da área de Construção Metálica. No entanto, o investimento líquido considerando a venda dos parques na Alemanha atingiu 3,2 milhões de euros. O breakdown do investimento, no período, por área de negócio, foi de 5,5 milhões de euros na Construção Metálica, 6,5 milhões de euros nos Equipamentos para Energia, 30,7 milhões de euros na área de RE Developer e 11,8 milhões de euros na Solar. A 31 de Dezembro de 2010, o Grupo já não detinha qualquer acção da EDP – Energias de Portugal SA. A sua venda representou uma mais-valia de 342.600 euros.

INVESTIMENTO (M€)

Situação Financeira

€M	DEZ-10	DEZ-09	VAR, %
Activos Fixos (incluindo Goodwill)	416,8	494,0	-15,6%
Outros activos não correntes	116,7	75,2	47,7%
Activos financeiros disponíveis para venda	20,1	55,0	-53,4%
Existências e devedores correntes	495,8	412,5	20,2%
Disponibilidades e equivalentes	76,7	24,8	>100%
Activos da unidade operacional detida para venda	-	361,2	-
Activo Total	**1.126,1**	**1.422,7**	**-20,9%**
Capital Próprio	309,3	387,1	-20,1%
Interesses não controlados	31,0	19,0	63,2%
Interesses não controlados associados a activos detidos para venda	-	32,0	-
Total do Capital Próprio	**340,2**	**438,0**	**-22,3%**
Dívida e leasings não correntes	218,8	198,4	10,3%
Outros passivos não correntes	38,4	24,6	56,3%
Dívida e leasings correntes	201,2	270,0	-25,5%
Outros passivos correntes	327,3	241,4	35,6%
Passivos associados à unidade operacional detida para venda	-	250,3	-
Passivo Total	**785,8**	**984,7**	**-20,2%**

O total de activos, a 31 de Dezembro de 2010, ascendia a 1.126,1 milhões de euros, enquanto o activo não corrente ascendia a 553,0 milhões de euros, face a, respectivamente, 1.422,7 milhões de euros e 624,2 milhões de euros no final de 2009. Os Capitais Próprios decresceram de 438,0 milhões de euros, no final de 2009, para 340,2 milhões de euros no final de 2010. Esta variação deve-se, essencialmente, ao resultado liquido negativo de 2010, aos interesses não controlados associados a activos para venda (Prio) registados em 2009 e à distribuição de dividendos em 2010. Não obstante da redução do valor absoluto dos capitais próprios a Martifer manteve uma estrutura financeira robusta, na qual o rácio de autonomia financeira se manteve estável nos 30%. Esta estabilidade é justificada pela redução do activo devido à venda da Prio e de activos não core, durante o exercício.

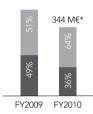
Análise da estrutura de capital

DÍVIDA LÍQUIDA

€M	CONSTRUÇÃO METÁLICA	SOLAR	EQUIP. PARA ENERGIA	RE DEVELOPER	HOLDING	MARTIFER CONSOLIDADO
Dívida Financeira alocada a áreas operacionais	61,1	29,7	44,3	45,2	117,5	297,8
Dívida Financeira alocada a áreas não operacionais	29,5					29,5
Dívida Líquida sem Recurso				16,5		16,5
Total Dívida Líquida	90,6	29,7	44,3	61,8	117,5	343,8
Dívida da Holding alocada às áreas de negócio (Suprimentos)	25,0		1,2	90,9	-117,1	
EBITDA FY2010	21,6	22,2	-4,9	17,9	2,3	59,0
(Dívida Financeira alocada a áreas operacionais + Dívida da Holding alocada às áreas de negócio) / EBITDA	**4,0 x**	**1,3 x**	**-9,3 x**	**7,6 x**		**5,0 x**

Nota: Dívida Líquida = Empréstimos + Leasing Financeiro + Derivados – Caixa e Equivalentes

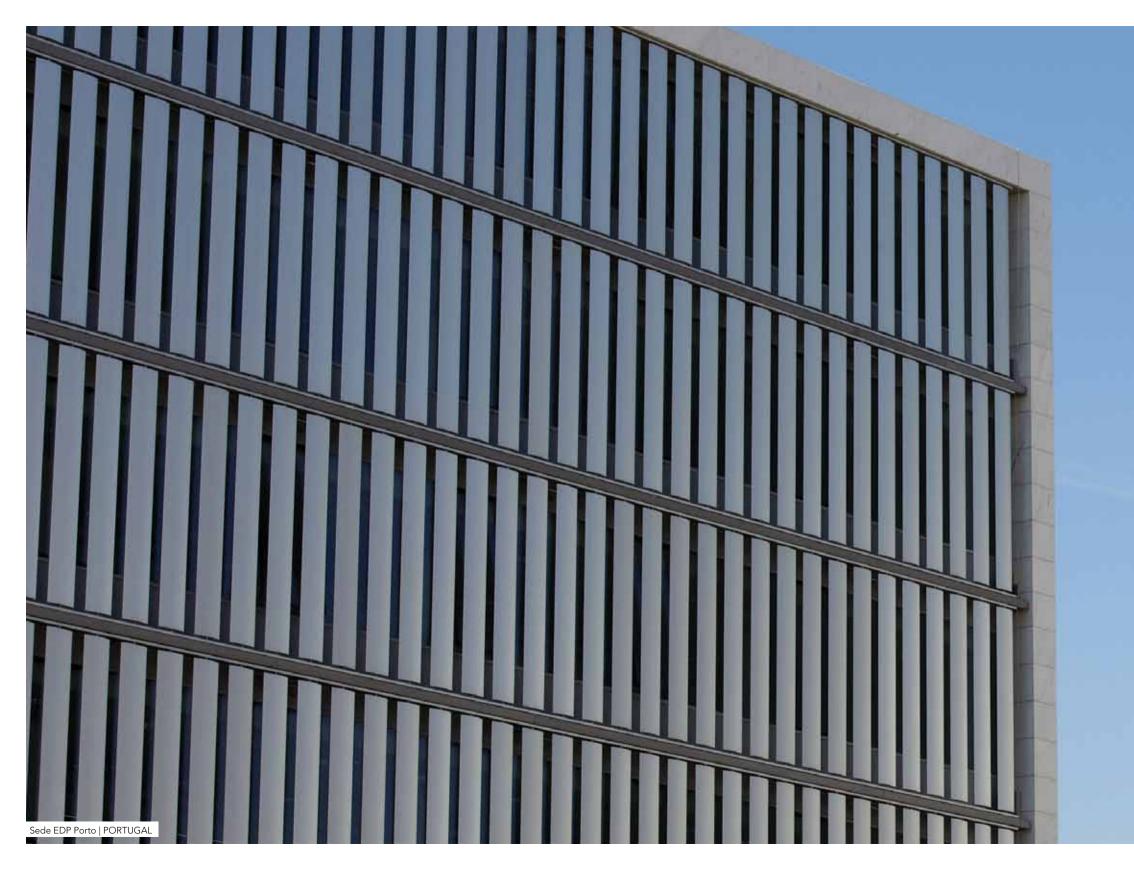
A Dívida Líquida consolidada do Grupo, no final 2010, ascendia a 343,8 M€, que compara com 444,5 M€ no final de 2009. A variação (-22,7%, ou redução absoluta de 100,7 M€) deve-se essencialmente à a) venda do Tavira Gran-Plaza, b) venda das acções da EDP detidas pelo Grupo, c) venda dos parques na Alemanha e d) gestão do Fundo de Maneio durante o período.

COMPARAÇÃO DA ESTRUTURA DA DÍVIDA | FY2009 vs FY2010

ESTRUTURA DA DÍVIDA TX FIXA vs VARIÁVEL (FY2010)

* O cálculo das percentagens teve em consideração 20 M€ que, apesar de estarem em curto prazo no balanço, se encontram em processo de refinanciamento e por essa razão foram considerados em Dívida de Médio e Longo Prazo (M/L Term)

Em 2010 a estrutura da dívida de MLP e de Curto Prazo era de 58% e 42%, respectivamente, o que compara com uma estrutura de 45% MLP e 55% Curto Prazo em 2009. Quanto ao tipo de taxa inerente à Dívida, no final de 2010, 30% era taxa fixa e 70% taxa variável.

Sede EDP Porto | PORTUGAL

ANÁLISE POR SEGMENTO

Construção Metálica

ANÁLISE SECTORIAL

Este segmento continua a debater-se com uma procura reduzida e uma intensificação do ambiente competitivo.
A recuperação económica na Europa, após a crise, está a demorar mais do que o esperado.
Nos países emergentes assiste-se a uma crescente procura, que as empresas de construção metálica têm de aproveitar; países asiáticos e América do Sul são opções interessantes actualmente.
Os preços do aço aumentaram em 2010. O índice de preços European Steel subiu cerca de 31,3% YoY; em 2011 espera-se que os preços subam devido a um aumento de procura e aumento do custo das matérias-primas.

NUMA ANÁLISE POR MERCADO:

PENÍNSULA IBÉRICA | Tanto Espanha como Portugal enfrentam uma crise de dívida; actualmente, o investimento privado contraiu e o investimento público tem sido maioritariamente adiado

ANGOLA | Continua a mostrar uma dinâmica forte, tanto no sector público como no privado, mas o elevado risco do país mantém-se o ponto principal problema para as empresas que operam neste mercado

EUROPA CENTRAL E DE LESTE | O crescimento económico nestes países é actualmente muito lento, com investimentos reduzidos, apesar de continuar a mostrar sinais positivos de procura; a recuperação está a ser mais lenta do que o esperado inicialmente

BRASIL | Um dos países com maior crescimento previsto para os próximos anos, com elevado investimento público devido ao Campeonato do Mundo de Futebol em 2014 e aos Jogos Olímpicos em 2016; é uma aposta segura para o futuro

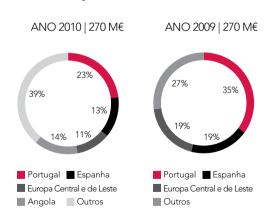
OUTRAS GEOGRAFIAS | O Norte de África e Médio Oriente são geografias interessantes para analisar nos próximos meses e anos, apesar da tensa situação política e social recomendar cautela e uma selecção criteriosa de mercados/projectos

Actividade

A Carteira de Encomendas, com projectos espalhados em 11 países, ascendia a 270 milhões de euros no final de 2010, em linha com o final de 2009. Durante 2010 deu-se a mudança do peso para mercados externos à Ibéria, com a sua participação no portfolio a subir de 46% para cerca de 64%, realçando assim o esforço efectuado na diversificação de mercados. . Dos últimos projectos em carteira destacam-se o projecto para um Centro Internacional de Conferências em Edimburgo, no valor de 8,3 milhões de euros, o projecto de Sisk Bridges em Tórum, na Polónia, no valor de 77 milhões de Zlotis Polacos, o projecto da Scotland's National Arena em Glasgow, no valor de 12,1 milhões de libras e a "Cidade Financeira", em Luanda, no valor de 13,6 milhões de euros.

PROJECTO	LOCALIZAÇÃO	VALOR TOTAL	ANO INÍCIO	ANO CONCLUSÃO
Fábrica da Artenius – PTA	Sines, Portugal	Euro 21,7 M	2008	2011
Galp Petrogal - reconversão refinaria	Sines, Portugal	Euro 21,2 M	2009	2011
Museu dos Coches	Lisboa, Portugal	Euro 5,7 M	2010	2011
Ponte de Ulla	Corunha, Espanha	Euro 20,8 M	2009	2011
Sede da Repsol	Madrid, Espanha	Euro 18,3 M	2009	2011
Hospital de Amiens	Amiens, França	Euro 7,0 M	2010	2011
Edifício de escritórios – ZAC Victor Hugo	Paris, França	Euro 3,0 M	2010	2011
CHU D'Orleans	Paris, França	Euro 9,6 M	2010	2011
Estádio do Lille (serralharias)	Lille, França	Euro 3,8 M	2011	2012
JMD Koszalin	Koszalin, Polónia	PLN 48,2 M	2010	2011
Carfi	Siedlce, Polónia	PLN 11,5 M	2010	2011
Fábrica da Renault	Tânger, Marrocos	Euro 38,2 M	2009	2011
Terminal do Aeroporto de Canberra	Canberra, Austrália	AUD 10,5 M	2009	2011
Alstom – Mannheim 9	Mannheim, Alemanha	Euro 17,7 M	2010	2011
Morocco Mall	Casablanca, Marrocos	Euro 5,0 M	2010	2011
Edifício de escritórios em Luanda	Luanda, Angola	Euro 13,3 M	2010	2011
"Financial City"	Luanda, Angola	Euro 13,6 M	2010	2011
Centro de Conferências de Edimburgo	Edimburgo, Escócia	GBP 6,9 M	2010	2011
Scotland's National Arena	Glasgow, Escócia	GBP 12,1 M	2011	2012
Birmingham New Street	Birmingham, Inglaterra	GBP 8,3 M	2011	2011
Pontes de Sisk	Torun, Polónia	PLN 63,8 M	2010	2011

Nota: Alterações, entre períodos, ao valor de alguns projectos, poderão ocorrer devido a mudanças nos trabalhos pedidos.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA DE ENCOMENDAS

Resultados

Os Proveitos Operacionais da área de Construção Metálica diminuiram cerca de 8%, face ao período homólogo, para 291,6 milhões de euros. No final de 2010 os Proveitos Operacionais por geografia foram: Ibéria com um peso de 53% (representa uma diminuição face ao peso de 60% da Ibéria registado em 2009) e mercados externos a representarem cerca de 47% dos resultados. O EBITDA reportado em 2010 atingiu os 21,6 milhões de euros, o que corresponde a uma margem de 7,4%, 4,4 p.p. abaixo da margem reportada em 2009. No entanto este valor está afectado por variações registadas no justo valor de activos imobiliários, que distorcem a análise da actividade operacional deste segmento. Se tomarmos em conta o EBITDA, ajustado destes efeitos, de 24,7 milhões de euros, que compara com 34,3 milhões de euros no período homólogo do ano anterior, a margem EBITDA atinge os 8,5%, que corresponde a um decréscimo de 2,4 p.p. face ao mesmo período do ano anterior. Esta diminuição é justificada pelo aumento significativo de concorrência em alguns mercados, especialmente na Ibéria, onde os projectos têm escasseado, e na Europa de Leste. Os ajustamentos no EBITDA, realizados em 2010 e 2009, respectivamente de 3,1 milhões de euros e -2,7 milhões de euros, estão relacionados com a actualização do justo valor do activo Tavira Gran-Plaza. O EBIT reportado ascendeu a 10,8 milhões de euros, reflectindo uma margem de 3,7%. Este valor representa uma quebra de 60% face ao mesmo período do ano anterior, justificada, para além do já descrito acima para justificar a redução do EBITDA, por um aumento do valor das amortizações e provisões de 0,7 milhões de euros. Os Encargos Financeiros Líquidos apresentaram significativas melhorias, decrescendo 52% face ao período homólogo e ascendendo a 7,4 milhões de euros, que correspondem a 4,8 milhões de euros em juros e outros custos financeiros e a um efeito positivo de taxas de câmbio no valor de 0,7 milhões de euros.

A Dívida Financeira líquida na área de Construção Metálica a 31 de Dezembro de 2010 ascendia a 90,6 milhões de euros, um decréscimo de 21% face ao final de 2009 ou uma redução de 24,2 milhões de euros, explicada pela venda do Tavira Gran-Plaza e também por uma gestão rigorosa do fundo de maneio e do investimento, conjuntamente com um aumento do nível de actividade. Do total da Dívida Líquida, 29,5 milhões de euros estão alocados a projectos na área de Retail, considerada como uma área não core. À Dívida Líquida da área de negócio acresce 25 milhões de euros de dívida da Holding alocada a este segmento.

O investimento atingiu os 5,5 milhões de euros em 2010, o que denota uma redução significativa relativamente ao mesmo período de 2009, no qual o investimento foi de 10,4 milhões de euros. Cerca de 60% do investimento foi aplicado às novas fábricas em Angola, o restante foi realizado na melhoria de processos produtivos.

Construção Metálica €M	ANO 2010	ANO 2009	VAR, %
Proveitos operacionais	291,6	315,5	-8%
EBITDA	21,6	37,1	-42%
Margem EBITDA	7,4%	11,8%	-4,4 pp
EBITDA Ajust.	*24,7*	*34,3*	*-28%*
Margem EBITDA Ajust.	*8,5%*	*10,9%*	*-2,4 pp*
EBIT	10,8	27,0	-60%
Margem EBIT	3,7%	8,6%	-4,9 pp
Encargos financeiros líquidos	7,4	15,4	-52%
Impostos	3,0	3,4	-14%
Resultado líquido do exercício	0,4	8,1	-95%
Attributable to non-controlling interests	1,1	2,4	-54%
Atribuível ao Grupo	-0,7	5,7	s.s.
Dívida Líquida	90,6	114,8	-21%
Investimento	5,5	13,1	-58%

Nota: O EBITDA Ajustado tem em conta perdas de 3,1 milhões de euros em 2010 e ganhos de 2,7 milhões de euros em 2009, ambos devido à actualização na avaliação do Tavira Gran-Plaza. O Tavira Gran-Plaza foi avaliado em 44,4 milhões de euros em Julho de 2010, enquanto em 2009 estava avaliado em 47,5 milhões de euros.

Solar

Tendência Sectorial

Em 2010, as instalações serão de 16,1 a 17,9 GW. 2011 poderá ser ligeiramente melhor, com valores entre os 16,3 e 21,2 GW, de acordo com a Bloomberg New Energy Finance (BNEF). A situação económica na Europa está a estabilizar devido à intervenção do FMI. A Alemanha manteve-se o maior mercado fotovoltaico do mundo, mas as instalações foram mais baixas do que as previsões iniciais, com valores entre os 8 e 9 GW. No entanto, e apesar dos cortes significativos nas tarifas, espera-se que 2011 se mantenha um bom ano, com instalações entre os 6 e os 8 GW (embora a situação possa alterar-se, com mudanças ao longo do ano).

NUMA ANÁLISE POR MERCADO:

ITÁLIA | Em 2010, as instalações ultrapassaram 1,2 GW, com o valor final ainda a aguardar confirmação; o novo decreto para a energia solar terá um limite de 3 GW até 2013 e a tarifa irá sofrer um corte de 6% de 4 em 4 meses em 2011, e outros 6% nos 2 anos seguintes; o governo planeia atingir os 8GW de capacidade solar até 2020; BNEF prevê que as instalações em 2011 atinjam 3,4 a 4,2 GW

FRANÇA | O mercado está neste momento a aguardar a elaboração de um novo programa; para 2010, é esperado um máximo de 500 MW

CANADÁ | Um mercado interessante, em especial em Ontário, onde existe uma forte tarifa de feed-in; para 2011 são esperados entre 280 e 345 MW

BÉLGICA | Continua a ser um mercado interessante com o seu incentivo a sistemas integrados em coberturas industriais; as instalações em 2011 deverão ser de 110 a 480 MW

EUA | Mercado de grande dimensão e enorme potencial que, no entanto, aguarda ainda um apoio regulatório forte que impulsione o seu desenvolvimento; no entanto, as estimativas para 2011 apontam para números entre 1,5 e 1,9 GW

GRÉCIA | Actualmente um mercado pouco atractivo para o desenvolvimento de projectos, devido à grande incerteza associada à crise profunda que o país enfrenta e também pelo actual estrangulamento ao nível de licenças

Resultados

Os Proveitos Operacionais cresceram 69% em 2010, em comparação com o mesmo período do ano passado, totalizando 220,8 milhões de euros, o que demonstra uma performance acima do sector.
Itália e Espanha foram os mercados que mais contribuíram para os Proveitos Operacionais neste período; pela primeira vez os EUA tiveram uma contribuição significativa, sendo já a quarta maior geografia em termos de Proveitos. Novas geografias como o Canadá e a Eslováquia iniciaram o seu contributo para os Proveitos, apesar da entrada nestes mercados ser muito recente. Por último, tanto a Bélgica como a Grécia aumentaram os Proveitos durante este período.
O EBITDA total cresceu 77% para os 22,2 milhões de euros, com a margem EBITDA a atingir 10% contra os 9,6% de margem no mesmo período do ano anterior. Os Encargos Financeiros líquidos atingiram 3,2 milhões de euros, mais 42% face ao período homólogo, o que é justificado por um aumento nos juros pagos e devido a efeitos cambiais negativos. O aumento dos juros é referente a um valor superior da dívida bruta registada em 2010, quando comparada com 2009, e que é explicada pelo aumento de actividade registado no ano.
O Resultado Líquido chegou aos 10,4 milhões de euros em 2010, o que compara com 4,8 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. Com este nível de resultados, a partir de 2010 a visibilidade da área Solar ganha outra dimensão e o seu contributo para os resultados consolidados do Grupo é significativo. O Investimento em 2010 foi de 11,8 milhões de euros, contrastando com 4,4 milhões de euros no final de 2009. A Dívida Financeira líquida no final de 2010 situava-se nos 29,7 milhões de euros, o que significa um decréscimo de 17,2 milhões de euros face ao final de 2009. Esta variação deve-se maioritariamente ao aumento de capital de 35 milhões de euros e da redução do fundo de maneio.
A actual carteira de encomendas no final do ano situava-se nos 330 milhões de euros, contemplando aproximadamente 18 meses de actividade.

Solar €M	ANO 2010	ANO 2009	VAR, %
Proveitos operacionais	220,8	130,5	69%
EBITDA	22,2	12,5	77%
Margem EBITDA	10,0%	9,6%	0,5 pp
EBIT	18,1	9,3	94%
Margem EBIT	8,2%	7,1%	1 pp
Encargos financeiros líquidos	3,2	2,2	42%
Impostos	4,5	2,3	99%
Resultado líquido do exercício	10,4	4,8	>100%
Atribuível a interesses não controlados	2,6	1,0	>100%
Atribuível ao Grupo	7,8	3,8	>100%
Dívida Líquida	29,7	46,9	-37%
Investimento	11,8	4,4	>100%

Equipamentos para energia

Tendência Sectorial

O mercado atingiu cerca de 36 GW de capacidade adicional em 2010. Em 2011 espera-se que o mercado recupere e cresça até cerca de 43 GW de capacidade adicional.
Os principais mercados continuarão a ser a China (cerca de 20 GW), EUA (aproximadamente 7 GW), seguidos por outros países, tais como a Índia, Alemanha, França, Espanha, Itália e Canadá.
O mercado europeu atingiu cerca de 7 GW de novas instalações em 2010 e espera-se que este número se repita em 2011.
O mercado norte-americano foi uma desilusão em 2010, atingindo apenas 6 GW, quando as previsões iniciais apontavam para os 10 GW. Para 2011, estimam-se 9 GW de novas instalações.
O sector eólico enfrenta um excesso de oferta – em 2010 a produção atingiu cerca de 49 GW e em 2011 a capacidade ultrapassará os 62 GW. Esta situação não é sustentável e exigirá uma adaptação do mercado.
Na Península Ibérica existe uma enorme discrepância entre a capacidade instalada e a capacidade de produção; em 2010, a nova capacidade instalada atingiu cerca de 1,8 GW nesta região, enquanto a capacidade de produção, mesmo após cortes significativos, foi de 6,7 GW (uma diferença de quase 5 GW).

Resultados

Os Proveitos Operacionais no final de 2010 somaram 72,6 milhões de euros, registando um decréscimo de 53% face ao período homólogo do ano anterior, seguindo a tendência antecipada no início de 2010, que se deveu principalmente ao impacto do abrandamento económico e das condições adversas no mercado financeiro, que reduziram a procura de equipamentos e sistemas do sector eólico e também de projectos chave-na-mão em toda a Europa.
Como consequência desta redução abrupta de actividade, a margem EBITDA em 2010 caiu para uma margem negativa de 6,7%, devido, como tínhamos referido, às fortes pressões externas pela queda generalizada do sector, não acompanhada por uma redução dos custos de estrutura na mesma proporção. A actividade de Engenharia Naval foi também negativamente afectada pelas margens operacionais dos projectos actualmente em mãos, que representam uma primeira incursão neste nicho de mercado.
Os Encargos Financeiros líquidos registaram um valor de 3,3 milhões de euros, mantendo o nível registado no mesmo período do ano passado.
A Dívida Financeira líquida da área de Equipamentos para Energia ascendeu, em 31 de Dezembro de 2010, a 44,3 milhões de euros, à qual acresce 1,2 milhões de euros de dívida da Holding alocada a esta área de negócio. Face ao final de 2009 verificou-se um decréscimo de 21,0 milhões de euros no total da Dívida Líquida.
O Investimento total realizado em 2010 foi de 6,5 milhões de euros, principalmente na nova fábrica de torres nos EUA, concluída em Junho.

Equipamentos para Energia €M	ANO 2010	ANO 2009	VAR, %
Proveitos operacionais	72,6	154,5	-53%
EBITDA	-4,9	11,2	s.s.
Margem EBITDA	-6,7%	7,3%	-14 pp
EBIT	-10,7	4,3	s.s.
Margem EBIT	-14,7%	2,8%	-17,5 pp
Encargos financeiros líquidos	3,3	3,3	0%
Impostos	-0,7	1,0	s.s.
Resultado líquido do exercício	-13,2	0,1	s.s.
Atribuível a interesses não controlados	0,0	-0,2	75%
Atribuível ao Grupo	-13,2	0,3	s.s.
Dívida Líquida	44,3	65,3	-32%
Investimento	6,5	12,8	-49%

RE Developer

Resultados

Os Proveitos Operacionais aumentaram 10% para os 23,9 milhões de euros em 2010, correspondentes a 104,7 MW de activos em operação, até Outubro e 51,6 MW de Novembro até ao final do ano, após a conclusão da venda dos parques em operação na Alemanha (53,1 MW). O breakdown das principais fontes de Proveitos Operacionais é o seguinte: Alemanha (5,5 milhões de euros), Brasil (5,3 milhões de euros), Espanha (5,9 milhões de euros), Polónia (2,2 milhões de euros) e Portugal (4,5 milhões de euros). O EBITDA em 2010 atingiu os 17,9 milhões de euros, o que corresponde a uma margem EBITDA de 74,7%, mais 54,7 p.p. que no período homólogo anterior. A melhoria significativa da margem deveu-se à diminuição de custos de estrutura e melhoria dos load factors no período. A média da margem EBITDA dos parques em operação foi de aproximadamente 80%, o que significa uma melhoria relativamente à média do final do ano de 2009 (70%), reflectindo a melhoria progressiva das margens dos parques que entraram em operação durante o ano de 2009. Esta área de negócio reconheceu 44,8 milhões de euros de perdas por imparidade não recorrentes, na sequência da incorporação, nas perspectivas futuras dos projectos, do comportamento recente dos mercados e do sector financeiro, em particular nos projectos dos EUA (11,5 milhões de euros), Polónia (13,6 milhões de euros), Roménia (11,6 milhões de euros) e Austrália (8,1 milhões de euros). O Investimento total realizado em 2010 atingiu os 30,7 milhões de euros com o desenvolvimento de projectos eólicos na Polónia, Roménia Brasil e Portugal, nomeadamente no projecto Ventinveste. A Dívida Financeira líquida a 31 de Dezembro de 2010 era de 61,8 milhões de euros, dos quais 16,5 milhões de euros referentes a Dívida em Project Finance e 13,5 milhões de euros referentes a Leasings associados aos projectos. A esta dívida deverão também ser adicionados 90,9 milhões de euros de suprimentos ao nível da Holding e afecto à área de negócio. Relativamente a 2009 conseguiu-se uma redução de 36,4 milhões de euros no total da Dívida Líquida. O Resultado Líquido ajustado de efeitos não recorrentes tomou o valor de -0,5 milhões de euros.

RE Developer €M	ANO 2010	ANO 2009	VAR, %
Proveitos operacionais	23,9	21,8	10%
EBITDA	17,9	4,3	>100%
Margem EBITDA	74,7%	20,0%	54,7 pp
EBIT	-38,5	-49,9	23%
Margem EBIT	-161,0%	-229,3%	68,3 pp
EBIT Ajustado	6,3	-5,5	s.s.
Margem EBIT Ajustada	26,4%	-25,5%	51,8 pp
Encargos financeiros líquidos	18,9	5,7	>100%
Impostos	2,8	1,1	>100%
Resultado líquido do exercício	-60,2	-56,7	-6%
Resultado líquido do exercício Ajustado	-0,5	-12,3	96%
Atribuível a interesses não controlados	-1,2	1,1	69%
Atribuível ao Grupo	-59,1	-56,7	-12%
Dívida Líquida	61,8	143,6	-57%
Investimento	30,7	69,5	-55%

Nota: Em 2010 os valores referentes a eventos não recorrentes atingem os 44,8 milhões de euros de perdas por imparidade nos EUA, Polónia, Roménia e Austrália, bem como 15 milhões de euros de menos valias registadas.

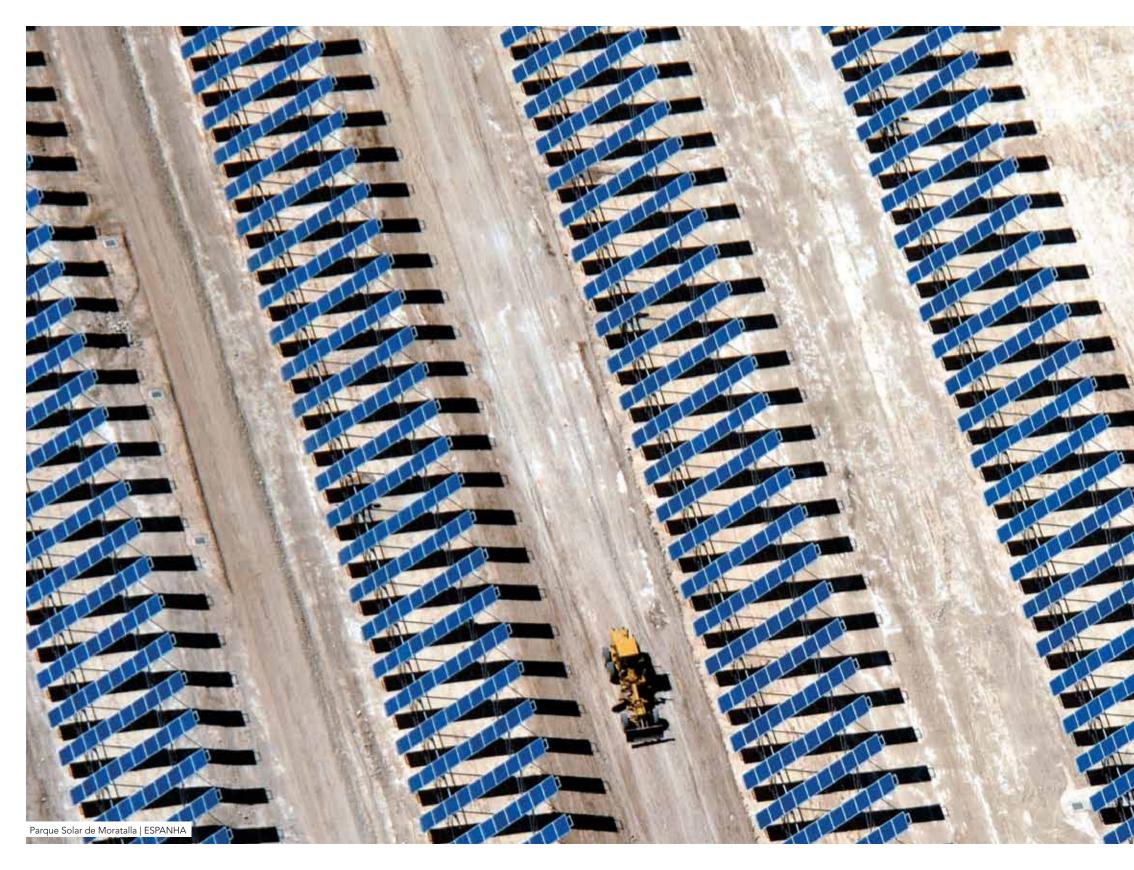
Activos em carteira

A RE Developer no final de 2010 acumulava um total de 235,8 milhões de euros de activos em carteira, em Portugal, Espanha, Roménia, Polónia e Brasil. Este valor poderá, no futuro, reverter para redução de dívida líquida do Grupo.

€M	Net Asset Value
Portugal	34,0
Espanha	50,0
Roménia	67,0
Polónia	52,0
Brasil	32,8
	235,8

Tarifa	MWs
v	18 MW operação + 10 MW em construção
v	7.2 MW PV operação
v	42 MW em construção
v	28 MW operação
v	15 MW operação

Parque Solar de Moratalla | ESPANHA

COMPORTAMENTO
DA ACÇÃO
MARTIFER
PRINCIPAIS
RISCOS

Acção Martifer

DESEMPENHO DA ACÇÃO

A cotação das acções da Martifer terminou o ano de 2010 com o preço de €1,49 por acção, o que representou uma queda de 55,5% face à cotação no final do ano de 2009. . No mesmo período, o PSI-20, índice principal do mercado Euronext Lisbon, caiu 10,73%. A cotação mais alta atingida em 2010 foi de €3,61 enquanto a mínima foi de €1,32. O volume médio de acções transaccionadas durante o período foi 80.878 acções. Durante 2010, alguns mercados mundiais recuperaram largamente a sua performance, tais como o índice Dow Jones Industrial (+10,95%), S&P (+12,80%) e Nasdaq (+19,64%). No entanto, outros mercados como Grécia, Espanha, Irlanda e Portugal tiveram performances mais negativas devido à crise sovereign (ou da dívida soberana). A performance bolsista das small caps nestes países ficou muito afectada, como foi o caso da acção da Martifer, que ficou penalizada perante esta conjuntura. Acrescente-se a isto a performance do índice de Renováveis (ERIXP), com uma queda de 38,36% desde o início do ano, para se concluir que o sector de energias renováveis não tem sido favorável à evolução do preço da acção da Martifer. A capitalização de mercado da Martifer no final de 2010 situou-se nos 149 milhões de euros.

AQUISIÇÃO DE ACÇÕES PRÓPRIAS

Nos termos e para o efeito do disposto no Regulamento da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários nº 5/2008, designadamente os números 1 e 2 do Artigo 11°, a Martifer SGPS, SA adquiriu em bolsa as seguintes acções próprias:

DATE	MARKET / TRANSACTION	SIZE (SHARES)	PRICE (€)	NUMBER HOLD
14-Mai-10	Euronext Lisbon – Compra	20.000	2,06	20.000
14-Mai-10	Euronext Lisbon – Compra	14.109	2,02	34.109
19-Out-10	Euronext Lisbon – Compra	850	1,54	34.959
25-Out-10	Euronext Lisbon – Compra	50.000	1,58	84.959
27-Out-10	Euronext Lisbon – Compra	30.578	1,59	115.537
03-Nov-10	Euronext Lisbon – Compra	7.748	1,61	123.285
04-Nov-10	Euronext Lisbon – Compra	12.130	1,59	135.415
05-Nov-10	Euronext Lisbon – Compra	89.048	1,61	224.463
08-Nov-10	Euronext Lisbon – Compra	3.283	1,55	227.746
09-Nov-10	Euronext Lisbon – Compra	6.100	1,54	233.846
10-Nov-10	Euronext Lisbon – Compra	1.200	1,53	235.046
11-Nov-10	Euronext Lisbon – Compra	8.590	1,49	243.636
12-Nov-10	Euronext Lisbon – Compra	500	1,49	244.136
18-Nov-10	Euronext Lisbon – Compra	3.669	1,49	247.805
19-Nov-10	Euronext Lisbon – Compra	20.401	1,49	268.206
22-Nov-10	Euronext Lisbon – Compra	5.230	1,49	273.436
23-Nov-10	Euronext Lisbon – Compra	3.620	1,47	277.056
24-Nov-10	Euronext Lisbon – Compra	50.001	1,44	327.057
30-Nov-10	Euronext Lisbon – Compra	27.942	1,40	354.999
01-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	800	1,40	355.799
02-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	800	1,42	356.599
03-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	500	1,42	357.099
07-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	600	1,44	357.699
08-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	100	1,43	357.799
09-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	250	1,45	358.049
10-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	200	1,45	358.249
13-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	3.350	1,48	361.599
14-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	4.350	1,47	365.949
15-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	100	1,49	366.049
16-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	5.500	1,50	371.549
17-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	19.077	1,49	390.626
20-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	10.300	1,46	400.926
21-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	4.644	1,45	405.570
22-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	13.395	1,44	418.965
23-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	1.050	1,44	420.465
24-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	4.550	1,48	425.015
27-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	19.100	1,48	444.115
28-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	19.700	1,48	463.815
29-Dez-10	Euronext Lisbon – Compra	50.100	1,45	513.915
31-Dez-10	**Euronext Lisbon – Compra**	**39.926**	**1,47**	**553.841**
06-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	250	1,46	534.564
07-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	1.000	1,37	535.564
10-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	5.000	1,38	540.564
11-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	9.500	1,45	550.064
12-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	8.250	1,47	558.314
13-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	2.934	1,50	561.248
14-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	12.000	1,47	573.248
17-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	2.300	1,46	575.548
18-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	7.053	1,46	582.601
19-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	14.000	1,47	596.601
20-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	900	1,48	597.501
21-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	17.300	1,49	614.801
24-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	2.000	1,48	616.801
25-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	8.516	1,47	625.317
27-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	2.000	1,46	627.317
28-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	350	1,46	627.667
31-Jan-11	Euronext Lisbon – Compra	1.900	1,46	638.567

Após estas transacções a Martifer passou a deter 638.567 acções próprias, representativas de 0,6385% do seu capital social.

Risco de preço

A volatilidade do preço das matérias-primas constitui um risco para o Grupo. Alterações do preço do aço e do alumínio afectam a actividade operacional das áreas de negócio de construção metálica e de equipamentos para energia. A Martifer tem procurado mitigar este risco através de contratos com clientes que permitam repercutir as alterações do preço da matéria-prima no valor pago pelo cliente e garantindo junto dos seus fornecedores preços fixos para projectos de grande dimensão.

Risco cambial

O risco taxa de câmbio traduz-se na possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado de variações de taxas de câmbio entre diferentes divisas. . A exposição ao risco de taxa de câmbio do Grupo resulta da existência de subsidiárias localizadas em países em que a moeda local é diferente do Euro, das operações realizadas entre essas subsidiárias e outras empresas do Grupo e da existência de transacções efectuadas pelas empresas operacionais em moeda diferente da moeda de reporte do Grupo. A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pelo Grupo tem como objectivo último diminuir ao máximo a sensibilidade dos seus resultados a flutuações cambiais. No âmbito da actividade operacional de todas as subsidiárias, procura-se que as transacções sejam realizadas nas respectivas moedas locais. Pela mesma razão, os empréstimos contraídos pelas subsidiárias estrangeiras são preferencialmente contraídos nas respectivas moedas locais. Certas actividades desenvolvidas pelo Grupo estão expostas a variações das taxas de câmbio das moedas locais face a outras moedas. O preço de algumas matérias-primas, como sejam o aço e o alumínio, são geralmente expressos ou indexados ao dólar norte-americano, o que pode ter impacto nos resultados do Grupo. Em grande medida, é possível repercutir essas variações nos preços de venda. . Quando não é possível, o Grupo procura mitigar esta exposição através da contratação de derivados cambiais na subsidiária exposta a esse risco. O Grupo tem subsidiárias localizadas fora da zona Euro, designadamente na Roménia, Polónia, Brasil, Estados Unidos da América, Angola, Austrália, República Checa, Reino Unido, Marrocos e Canadá, que relatam em moeda diferente do Euro. A exposição ao risco cambial decorre do facto de, no processo de preparação das contas consolidadas do Grupo, ser necessário a transposição das demonstrações financeiras das subsidiárias para o Euro. No que respeita ao risco cambial emergente da conversão dos investimentos do Grupo em subsidiárias que relatam em moedas diferentes do Euro, o Grupo procura efectuar a sua gestão com base em hedging natural, recorrendo ao balanço das empresas, nomeadamente procurando contrair financiamento em moeda local. Paralelamente, o Grupo procura mitigar este impacto cambial através da diversificação dos países em que está presente.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro traduz a possibilidade de existirem flutuações no montante dos encargos financeiros futuros em empréstimos contraídos devido à evolução do nível de taxas de juro de mercado.
O Grupo recorre a financiamentos externos no decurso da sua actividade, estando exposto ao risco de taxa de juro já que grande parte da dívida financeira do Grupo está indexada a taxas de juro de mercado.

Nos empréstimos de médio e longo prazo mais significativos, o Grupo recorre a empréstimos de taxa fixa ou a instrumentos financeiros derivados de taxa de juro no sentido de gerir a sua exposição a alterações nas taxas de juro vigentes nesses empréstimos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos derivados de taxa de juro contratados são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contraídos, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade do Grupo fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em conta os recursos financeiros disponíveis.

O Grupo gere o risco de liquidez de duas formas principais:
Por um lado, procura garantir que a estrutura de financiamento do Grupo é adequada à natureza das suas obrigações. Investimentos realizados em activos fixos, incluindo investimentos financeiros, são financiados com recurso a financiamento de longo prazo (capitais próprios e empréstimos não correntes), enquanto responsabilidades correntes são financiadas com empréstimos de curto prazo. Os empréstimos de médio e longo prazo são contratados geralmente por prazos de 5 a 7 anos, normalmente com períodos de carência de reembolso de capital de 1 a 2 anos.
Por outro lado, as subsidiárias têm contratado com instituições financeiras facilidades de crédito disponíveis de imediato, por um montante que garante adequada liquidez. O montante das linhas de crédito disponíveis e não utilizadas, no final de 2010, ascendia a cerca de Euro 57 milhões. As subsidiárias contam, ainda, com disponibilidades suficientes para garantir os seus compromissos de curto prazo.

Risco de crédito

O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afectem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes do Grupo Martifer para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados do Grupo. Cientes desta realidade, o Grupo procura avaliar o risco de crédito de todos os seus clientes como racional para o estabelecimento do crédito a conceder, sendo objectivo último assegurar a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos. Com este objectivo, o Grupo recorre a agências de informação financeira e avaliação de crédito, e efectua regularmente análises de risco e controlo de crédito, bem como cobrança e gestão de processos em contencioso, procedimentos essenciais para gerir a actividade creditícia e minimizar a ocorrência de incobráveis.

Hotel Sweet Atlantic | PORTUGAL

PERSPECTIVAS
FUTURAS

Perspectivas futuras

GUIDANCE ESTRATÉGICO

O Grupo Martifer aproveitou o clima económico difícil em que nos encontramos para repensar e afinar a sua estratégia para os próximos anos. Esta estratégia foi apresentada no passado dia 24 de Fevereiro, simultaneamente com a apresentação de resultados referente à actividade do ano 2010.
As principais ideias a sublinhar e a reter dessa apresentação são:
- evidenciar a base de engenharia que fez crescer a Martifer até à sua dimensão actual, concentrando a sua actividade em duas áreas: construções metálicas (que passa agora a incluir a área de produção de equipamentos para energia) e energia solar fotovoltaica, focando em 3 geograficas--chave: Europa, Angola e Brasil (deixando em aberto a possibilidade de considerar possíveis oportunidades atractivas no negócio solar, como por exemplo os EUA)
- reduzir os rácios de endividamento, apostando numa estratégia "asset light", para atingir uma situação financeira robusta

Em termos de guidance foram dados números que são objectivo da empresa para atingir até 2013:

CRESCIMENTO	2013
Volume de negócios (M€)	> 750
RENTABILIDADE GLOBAL	
RoE (%)	> 10,0%
Margem EBITDA (%)	> 10,0%
ESTRUTURA DE CAPITAIS	
NET DEBT/ EBITDA (x)	< 4,0x

As principais linhas de orientação estratégica para a Martifer Metallic Constructions são:
– Continuar a apostar forte em mercados Europeus com forte potencial (França e Reino Unido, que somam já 60 M€ na carteira de encomendas)
– Entrar no mercado do Brasil e outros mercados com potencial de crescimento e margens atractivas
–Potenciar negócios off-shore e plataformas petrolíferas
–Implementar um programa de optimização operacional

As principais linhas de orientação estratégica para a Martifer Solar são:
– Crescer de forma sustentada no negócio de EPC, criando massa crítica em mercados com forte potencial
–Potenciar uma oferta de serviços de valor acrescentado de Operação e Manutenção (O&M), completando a presença integrada ao longo da cadeia de valor de EPC
– Diversificar a base de negócios solar através da distribuição
– Optimizar a gestão do working capital

ORGANIGRAMA FUTURO E APRESENTAÇÃO DE CONTAS

MARTIFER
GROUP

MARTIFER
METALLIC CONSTRUCTIONS

Estruturas Metálicas
Alumínios
Inox
Engenharia
Indústria Eólica

MARTIFER
SOLAR

EPC
Soluções fotovoltaicas
Distribuição

OUTRAS

Como referido no enquadramento, e em consequência deste focus estratégico, a Martifer começará a apresentar as contas do Grupo, já no primeiro trimestre de 2011, agrupando a sua actividade nestas duas áreas = construção metálica e solar – não deixando, contudo, de fazer referência, quando assim o justificar, às outras actividades e participadas. A actividade divulgada actualmente como 'Equipamentos para Energia', passará a ser divulgada conjuntamente com a actividade da construção metálica, integrando esse segmento, de forma a reflectir a desagregação das actividades do Grupo tal como estas são geridas e monitorizadas internamente pela gestão.

PROGRAMA "NEW STEP"

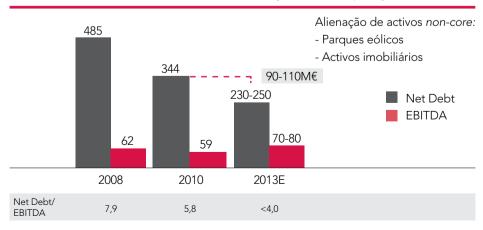
Após uma avaliação interna do Grupo, a Martifer traçou como objectivo para 2011 a implementação do programa "New Step" com vista à melhoria da eficiência operacional. As iniciativas estão divididas em 5 grupos para os quais foram identificadas medidas concretas a adoptar no decorrer dos próximos 3 anos.

INICIATIVAS DO PROGRAMA "NEW STEP" - MELHORIA DA EFICIÊNCIA OPERACIONAL

	ACÇÕES CONCRETAS DO PROGRAMA
AJUSTES AO MODELO ORGANIZACIONAL	▪ Detalhe e implementação de novo modelo organizativo ▪ Revisão de processos de negócio ao longo das várias fases de cadeia de valor
ALIENAÇÃO DE ACTIVOS *NON-CORE*	▪ Activos imobiliários ▪ Activos eólicos
OPTIMIZAÇÃO DO *WORKING CAPITAL*	▪ Ajuste dos níveis de *stocks* à actividade ▪ Optimização da cadeia de valor ▪ Revisão de processos de negócio
OPTIMIZAÇÃO DOS *CASH COSTS*	▪ Optimização dos custos com pessoal e FSEs
REAJUSTAMENTO DOS *LAYOUTS* INDUSTRIAIS	▪ Revisão dos *layouts* e processos produtivos

ESTRUTURA DE CAPITAL

Conforme destacamos, a Martifer reduziu a sua dívida líquida em 100 milhões de euros para 344 milhões de euros, e um rácio NET DEBT / EBITDA de 5,8x (344 M€ / 59M€). Ao nível de estrutura de capital, foi traçado como objectivo até 2013 uma forte redução do nível de endividamento do Grupo, ou seja, entre 90 a 110 milhões de euros com o objectivo de alcançar uma estrutura de capitais mais robusta, com um rácio NET DEBT / EBITDA abaixo dos 4x.

ENDIVIDAMENTO DO GRUPO MARTIFER (2008-2013E; M€)

Para conseguir aquele objectivo, foram delineadas as seguintes acções:
• Continuação da política de alienação de activos non-core, já iniciada em 2010
• Gestão operacional do fundo de maneio
• Política de contenção de investimento, na sequência do que já aconteceu em 2010
No exercício de 2011, é nosso objectivo atingir um nível de dívida líquida abaixo dos 300 milhões de euros.
No entanto, assistiremos, durante o ano, a duas tendências distintas:
• Aumento progressivo da dívida líquida nos primeiros meses de 2011, fundamentalmente no segmento solar, e também algum aumento na área da construção metálica, resultado dos investimentos em fundo de maneio nestas duas actividades, normais no início dos projectos de engenharia e turnkey
• No segundo semestre, resultado quer do progressivo desinvestimento do fundo de maneio, nas fases mais avançadas dos projectos, quer da alienação provável de mais activos, estimamos que a dívida líquida da Martifer se vá reduzindo, atingindo no final do ano um valor abaixo dos 300 milhões de euros

RESUMO

Em suma, a estratégia da Martifer passa por uma maior focalização, aposta em mercados atractivos, forte redução da dívida e maior rentabilidade:

PLANO 2011-2013

FOCALIZAÇÃO EM APENAS DOIS NEGÓCIOS	▪ Construções Metálicas ▪ Solar
REFORÇO DA PRESENÇA INTERNACIONAL DA MMC EM MERCADOS COM FORTE POTENCIAL DE CRESCIMENTO	▪ Redução da dependência na Ibéria ▪ Enfoque em três geografias core (Europa, ▪ Angola e Brasil)
LIBERTAÇÃO DE FUNDOS DO GRUPO (ALIENAÇÃO DE ACTIVOS E OPTIMIZAÇÃO DE *CASH COSTS* E *WORKING CAPITAL*)	▪ Alienação de activos: 100-120 M€ ▪ Optimização de *cash costs*: 20-25 M€ ▪ Redução do *working capital*: 25-30 M€
REDUÇÃO SIGNIFICATIVA DO ENDIVIDAMENTO DO GRUPO	▪ Redução do Net Debt/EBITDA: 5,8x (2010) vs <4,0x (2013) ▪ Redução do Net Debt = 90-110 M€
INCREMENTO DO RETORNO DOS ACCIONISTAS	▪ Aumento do RoE: -15% (2010); vs >10% (2013)

Declaração de conformidade nos termos da alínea c) do número i do artº 245 do código de valores mobiliários

Senhores Accionistas,
Nos termos previstos na alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento:

(i) a informação constante no relatório de gestão consolidado expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Martifer SGPS, S.A., Sociedade Aberta, e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta; e

(ii) a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, assim como nos seus anexos, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Martifer SGPS, S.A., Sociedade Aberta, e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

Oliveira de Frades, 24 de Fevereiro de 2011

A ADMINISTRAÇÃO

Carlos Manuel Marques Martins
(Presidente)

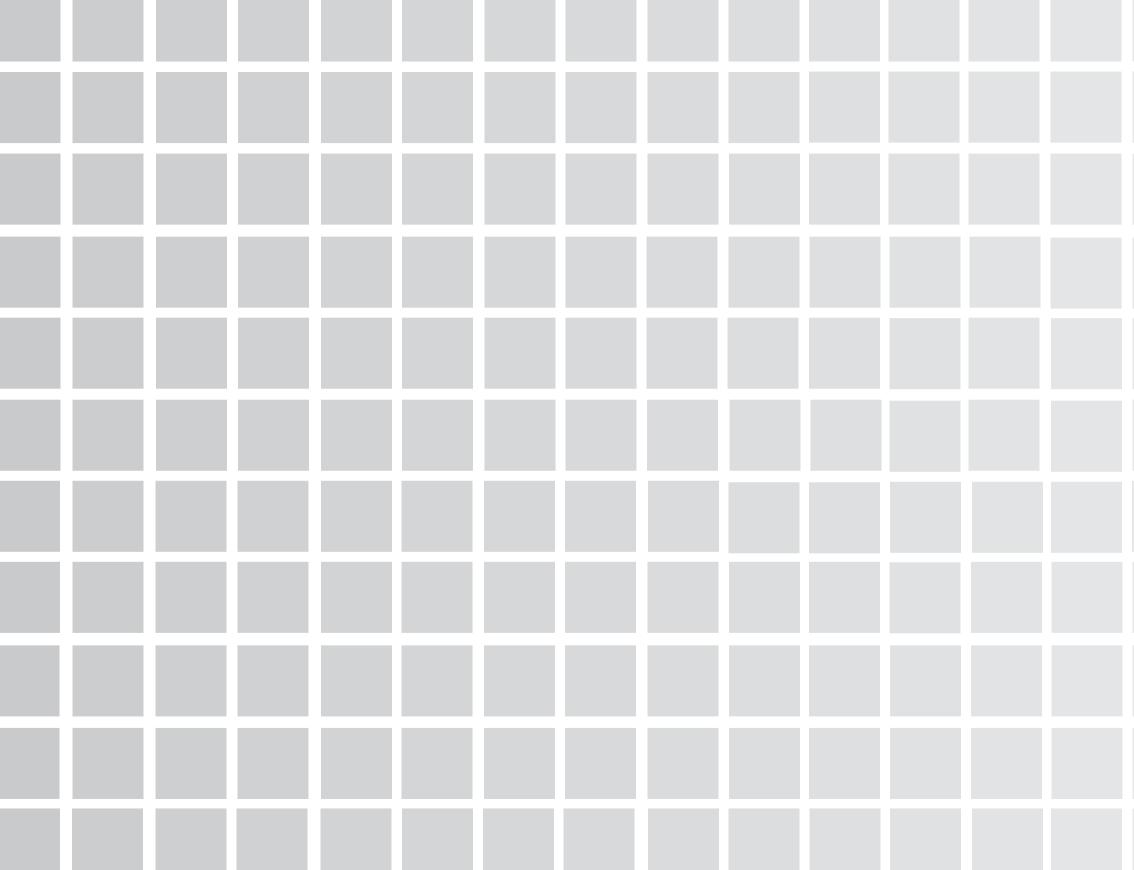
Jorge Alberto Marques Martins
(Vice-Presidente)

Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
(Vogal do Conselho de Administração)

Luís Filipe Cardoso da Silva
(Vogal do Conselho de Administração)

Mário Jorge Henriques Couto
(Vogal do Conselho de Administração)

Luís Valadares Tavares
(Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Bento Ribeiro Barbosa Farinha
(Vogal do Conselho de Administração)

INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA

PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DE ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

De acordo com o disposto nos artigos 447º do Código das Sociedades Comerciais são os seguintes os números de valores mobiliários emitidos pela Martifer SGPS, SA e por sociedades com as quais esta se encontra em relação de domínio ou de grupo, detidos no período de 1 de Janeiro de 2010 a 31 de Dezembro de 2010, por titulares de órgãos sociais:

TITULARES	ÓRGÃO SOCIAL	N.º DE ACÇÕES EM 31/12/2010
Carlos Manuel Marques Martins	Conselho de Administração	70.030
Jorge Alberto Marques Martins	Conselho de Administração	131.760
I'M – SGPS, S.A. *	Conselho de Administração	41.757.331
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	Conselho de Administração	3.000
Luís Filipe Cardoso da Silva	Conselho de Administração	2.000
MOTA-ENGIL, SGPS, S.A. **	Conselho de Administração	37.500.000
Mário Jorge Henriques Couto	Conselho de Administração	0
Luís Valadares Tavares	Conselho de Administração	0
Jorge Bento Ribeiro Barbosa Farinha	Conselho de Administração	0
Manuel Simões de Carvalho e Silva	Conselho Fiscal	0
Carlos Alberto da Silva e Cunha	Conselho Fiscal	0
Carlos Alberto de Oliveira e Sousa	Conselho Fiscal	0
Américo Agostinho Martins Pereira	Revisor Oficial de Contas	0
José Carreto Lages	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0

* Os Administradores Carlos Manuel Marques Martins e Jorge Alberto Marques Martins detêm a totalidade do capital social da I'M – SGPS, S.A., de cujo Conselho de Administração são igualmente Presidente e Vogal, respectivamente.
** Os Administradores Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo e Luís Filipe Cardoso da Silva são membros do Conselho de Administração da MOTA-ENGIL, SGPS, S.A.
*** O Administrador Mário Jorge Henriques Couto foi cooptado pelo Conselho de Administração da sociedade, em 19 de Maio de 2009, após a renúncia ao cargo do Administrador Pedro Álvaro de Brito Gomes Doutel, cuja cooptação foi ratificada em Assembleia Geral de Accionistas de 7 de Abril de 2010.

FACTOS ENUMERADOS NO ARTIGO 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

ÓRGÃO SOCIAL	ACÇÕES DETIDAS EM 31.12.09	TRANSACÇÕES NO ANO DE 2010				ACÇÕES DETIDAS EM 31.12.2010
		DATA	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PREÇO MÉDIO	
Carlos Manuel Marques Martins	70.030					70.030
Jorge Alberto Marques Martins	131.760					131.760
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo	3.000					3.000
Luís Filipe Cardoso da Silva	2.000					2.000

Carlos Manuel Marques Martins e Jorge Alberto Marques Martins, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, além de titulares directos das acções da Martifer SGPS, S.A., são detentores, em partes iguais, da totalidade do capital social da sociedade I'M SGPS, S.A., a qual, por sua vez, em 31 de Dezembro de 2010, era detentora de um total de 41.757.331 acções da Martifer SGPS, S.A..

Apresentam-se de seguida as transacções efectuadas pela I'M – SGPS, S.A. durante o ano de 2010:

DATA	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PREÇO MÉDIO
22-Jan	5.000		3,38 €
26-Fev	5.000		2,95 €
26-Fev	10.000		2,96 €
26-Fev	4.985		2,99 €
26-Fev	5.015		3,00 €
30-Mar	2.099		2,78 €
30-Mar	2.800		2,79 €
30-Mar	6.001		2,80 €
31-Mar	7.400		2,78 €
31-Mar	16		2,80 €
1-Abr	830		2,79 €
1-Abr	835		2,80 €
6-Abr	3.000		2,80 €
7-Abr	2.700		2,76 €
7-Abr	3.300		2,75 €
16-Abr	4.213		2,74 €
16-Abr	1.287		2,75 €
19-Abr	10		2.67 €
19-Abr	10		2.68 €
19-Abr	30		2.69 €
19-Abr	10		2.70 €
20-Abr	10		2.69 €
21-Abr	2500		2.57 €
22-Abr	447		2.52 €

DATA	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	PREÇO MÉDIO
22-Abr	53		2.54 €
23-Abr	501		2.57 €
23-Abr	250		2.56 €
23-Abr	250		2.55 €
23-Abr	20.000		2.48 €
23-Abr	20.000		2.47 €
27-Abr	10		2.46 €
27-Abr	5.080		2.32 €
27-Abr	10.010		2.39 €
28-Abr	3.500		2.22 €
28-Abr	2.500		2.20 €
25-Mai	10		1.83 €
26-Mai	350		1.83 €
22-Set	3.886		1.64€
22-Set	5.000		1.65€
22-Set	4.442		1.66€
22-Set	10		1.67€
23-Set	10.000		1.63€
24-Set	1.500		1.61€
24-Set	1.451		1.63€
24-Set	5.154		1.62€
27-Set	4.301		1.60€
27-Set	1.102		1.61€

ACTIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para além de integrar o Conselho de Administração da Martifer SGPS, SA, cada administrador não executivo integra, pelo menos, uma das Comissões nomeadas pelo Conselho de Administração (Comité do Governo Societário ou Comissão de Ética e de Conduta), cujo regulamento se encontra divulgado no sítio da internet do Grupo e cujas funções e actividades desenvolvidas ao longo do ano de 2010 se encontram descritas no capítulo Relatório sobre o Governo da Sociedade.
Durante o ano, os administradores não executivos partilharam e manifestaram opiniões relevantes, relativamente a áreas de negócio específicas, tendo por base o desempenho dos negócios, os riscos incorridos e as perspectivas para o futuro, mantendo uma comunicação regular com os administradores executivos, administradores das áreas de negócios e directores.

AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES, NOS TERMOS DO ART. 397.° DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Durante o exercício de 2010, foram concedidas as seguintes autorizações pelo Conselho de Administração, a negócios entre a sociedade e sociedades que estão em relação de domínio com administradores do Grupo, as quais mereceram parecer prévio favorável do conselho fiscal:

• A sociedade Severis, SGPS, SA, da qual são accionistas o Eng.° Carlos Martins e o Dr. Jorge Martins através da sociedade Expertoption SGPS, SA, adquiriu à Martifer SGPS SA, 11% do capital social de cada uma das sociedades Prio Foods SGPS, SA e Prio Energy, SGPS e respectivas prestações acessórias, pelo valor de 13.750.000 euros.
• Alienação da sociedade Tavira Gran Plaza, SA e posterior alienação da propriedade de investimento Centro Comercia "Tavira Gran Plaza" à Sociedade Estia SGPS, SA, detida em 50% pela sociedade I'm SGPS, SA (holding da qual são accionistas o Engº Carlos Martins e o Dr. Jorge Martins).
Ambas as transacções foram deliberadas favoravelmente e por maioria dos votos, com a abstenção dos administradores interessados

TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

De acordo com o disposto na alínea b) do número 1 do artigo 8º do regulamento 5/2008 da CMVM, e dando cumprimento ao artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, abaixo segue a lista dos titulares de participações qualificadas, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, em 31 de Dezembro de 2010:

ACCIONISTAS	Nº DE ACÇÕES	% DO CAPITAL SOCIAL	% DOS DIREITOS DE VOTO
I'M – SGPS, SA	**41.757.331**	**41,76%**	**41,76%**
Carlos Manuel Marques Martins *	70.030	0,07%	0,07%
Jorge Alberto Marques Martins *	131.760	0,13%	0,13%
Total imputável à I'M – SGPS, SA	**41.959.212**	**41,96%**	**41,96%**
Mota-Engil – SGPS, SA	37.500.000	37,50%	37,50%
Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo **	3.000	0,00%	0,00%
Luís Filipe Cardoso da Silva **	2.000	0,00%	0,00%
Total Imputável à FM – Sociedade de Controlo, SGPS, SA	**37.505.000**	**37,51%**	**37,51%**

* Membro de um órgão social da I'M SGPS, SA
** Membro de um órgão social da Mota-Engil SGPS, SA

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral de Accionistas que o resultado líquido negativo apurado nas demonstrações financeiras individuais no montante de 70.836.538,00 euros, registado no ano de 2010, seja transferido para Resultados Transitados.

OUTRAS INFORMAÇÕES

A Martifer SGPS, S.A. não tem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Cais Office | PORTUGAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstrações dos resultados consolidados separadas para os exercícios e trimestres findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores em Euros)

	NOTAS	ANO 2010 IFRS (AUDITADO)	ANO 2009 IFRS (AUDITADO)	4º TRIMESTRE 2010 IFRS (NÃO AUDITADO)	4º TRIMESTRE 2009 IFRS (NÃO AUDITADO)
Vendas e prestações de serviços	3 e 4	587.225.838	512.705.658	180.151.343	176.193.886
Outros rendimentos	5	14.901.834	93.387.580	5.839.266	24.180.185
Custo das mercadorias e dos subcontratos	6	(383.516.414)	(400.753.728)	(127.425.674)	(135.581.501)
Resultado bruto		**218.611.258**	**205.339.510**	**58.564.935**	**64.792.570**
Fornecimentos e serviços externos	7	(84.772.625)	(80.963.783)	(24.773.798)	(20.977.512)
Gastos com o pessoal	8	(77.634.943)	(71.473.135)	(19.763.235)	(17.234.472)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	9	2.762.295	13.858.662	3.098.833	432.501
	4	**58.965.985**	**66.761.255**	**17.126.735**	**27.013.087**
Amortizações	4, 17 e 18	(26.068.965)	(23.936.632)	(6.231.174)	(6.755.569)
Provisões e perdas de imparidade	4 e 10	(53.864.522)	(51.988.760)	(37.455.369)	(13.044.152)
Resultado operacional	4	**(20.967.502)**	**(9.164.137)**	**(26.559.808)**	**7.213.366**
Rendimentos financeiros	11	40.296.864	177.633.588	9.102.968	4.792.809
Gastos financeiros	11	(57.350.161)	(43.359.086)	(27.828.401)	(14.501.583)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas	4 e 12	(3.847.936)	(137.592)	(2.299.116)	(145.221)
Imposto sobre o rendimento	13	(10.515.530)	(7.923.001)	(4.909.535)	(4.666.349)
Resultado depois de impostos	4	**(52.384.265)**	**117.049.770**	**(52.493.892)**	**(7.306.979)**
Resultado da unidade operacional detida para venda		**-**	**(16.868.188)**	**-**	**(3.997.861)**
Atribuível:					
a interesses não controlados		-	(7.021.286)	-	(1.637.889)
ao Grupo		-	(9.846.902)	-	(2.359.972)
Resultado consolidado líquido do exercício		**(52.384.265)**	**100.181.583**	**(52.493.892)**	**(11.304.840)**
Atribuível:					
a interesses não controlados		2.509.792	(7.523.661)	(886.288)	(4.715.867)
ao Grupo		(54.894.057)	107.705.244	(51.607.604)	(6.588.973)
Resultado consolidado líquido por acção					
básico	15	(0,5493)	1,0771	(0,5173)	(0,0659)
das unidades operacionais em continuação	15	(0,5493)	1,1755	(0,5173)	(0,0423)
da unidade operacional detida para venda	15	-	(0,0985)	-	(0,0236)
diluído	15	(0,5493)	1,0771	(0,5173)	(0,0659)
das unidades operacionais em continuação	15	(0,5493)	1,1755	(0,5173)	(0,0423)
da unidade operacional detida para venda	15	-	(0,0985)	-	(0,0236)

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

Demonstrações do rendimento integral consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores em Euros)

	ANO 2010 IFRS (AUDITADO)	ANO 2009 IFRS (AUDITADO)
Resultado líquido consolidado do exercício	**(52.384.265)**	**100.181.583**
Justo valor de instrumentos financeiros derivados, líquido de imposto	(82.005)	(1.606.603)
Justo valor de investimentos financeiros disponíveis para venda, líquido de imposto	-	5.419.842
Diferenças cambiais decorrentes de: (i) transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira; (ii) investimento líquido nas subsidiárias; e (iii) actualização cambial de diferenças de consolidação	2.889.706	3.068.973
Reserva de reavaliação de activos fixos tangíveis, líquido de imposto	(288.468)	-
Resultados consolidados reconhecidos directamente no capital próprio	**2.519.233**	**6.882.211**
Rendimento integral consolidado do exercício	**(49.865.032)**	**107.063.794**
Atribuível:		
a interesses não controlados	2.962.675	(6.372.808)
ao Grupo	(52.827.707)	113.436.602

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

Demonstrações da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores em Euros)

	NOTAS	31 DEZEMBRO 2010 IFRS (AUDITADO)	31 DEZEMBRO 2009 IFRS (AUDITADO)
Activo			
Não corrente			
Diferenças de consolidação	16	20.689.425	40.495.583
Activos intangíveis	17	28.658.372	55.315.241
Activos fixos tangíveis	18	367.482.823	398.191.844
Propriedades de investimento	19	14.981.893	57.013.000
Investimentos financeiros em equivalência patrimonial	4 e 20	11.954.290	90.469
Investimentos financeiros disponíveis para venda	21	20.186.393	55.046.568
Clientes e outros devedores	23	83.172.197	9.841.286
Activos por impostos diferidos	13	6.446.069	8.249.453
		553.571.462	**624.243.444**
Corrente			
Inventários	22	56.367.267	51.171.469
Clientes	23	218.884.487	203.047.084
Outros devedores	23	34.394.644	26.773.327
Estado e outros entes públicos	24	20.779.512	45.353.151
Outros activos correntes	25	165.387.543	86.074.198
Caixa e seus equivalentes	26	76.666.431	24.844.210
Activos da unidade operacional detida para venda		-	361.190.780
		572.479.884	**798.454.219**
Total do Activo	**4**	**1.126.051.346**	**1.422.697.663**
Capital Próprio			
Capital	27	50.000.000	50.000.000
Reservas	27	314.153.874	229.365.149
Resultado consolidado líquido do exercício		(54.894.057)	107.705.244
Capital próprio atribuível ao Grupo		**309.259.817**	**387.070.394**
Interesses não controlados	27	30.988.178	18.999.457
Interesses não controlados associados a activos da unidade operacional detida para venda		-	31.958.178
Total do Capital Próprio		**340.247.995**	**438.028.029**
Passivo			
Não corrente			
Empréstimos	28	167.443.037	171.259.217
Credores por locações financeiras	29	31.398.405	27.174.571
Credores diversos	30	11.520.911	7.146.910
Provisões	31	16.588.337	7.515.356
Passivos por impostos diferidos	13	10.334.013	9.859.456
		237.284.703	**222.955.511**
Corrente			
Empréstimos	28	212.654.520	261.946.120
Credores por locações financeiras	29	8.573.620	8.102.374
Fornecedores	30	197.532.331	162.194.213
Credores diversos	30	63.621.163	25.527.973
Estado e outros entes públicos	33	21.878.594	13.923.945
Outros passivos correntes	34	43.884.568	38.831.813
Derivados	35	373.852	908.058
Passivos associados a activos da unidade operacional detida para venda		-	250.279.627
		548.518.648	**761.714.123**
Total do Passivo	**4**	**785.803.351**	**984.669.634**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**1.126.051.346**	**1.422.697.663**

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

Demonstrações das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores em Euros)

				RESERVAS DE JUSTO VALOR									
	CAPITAL	ACÇÕES PRÓPRIAS	PRÉMIOS DE EMISSÃO	REAVALIAÇÃO DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVESTIMENTOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	DERIVADOS	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAIS	RESERVAS RELATIVAS A OPÇÕES SOBRE ACÇÕES	OUTRAS RESERVAS	RESULTADO LÍQUIDO	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A ACCIONISTAS MAIORITÁRIOS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A ACCIONISTAS MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	**50.000.000**	**-**	**186.500.000**	**17.549.418**	**2.841.818**	**(1.705.601)**	**(22.974.300)**	**-**	**33.663.383**	**7.439.955**	**273.314.673**	**60.375.467**	**333.690.141**
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2008	-	-	-	-	-	-	-	-	7.439.955	(7.439.955)	-	-	-
Rendimento integral consolidado do exercício:													
Resultado líquido consolidado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	107.705.244	107.705.244	(7.523.661)	100.181.583
Diferenças cambiais decorrentes de: (i) transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira; e (ii) investimento líquido nas subsidiárias	-	-	-	-	-	-	(1.795.721)	-	-	-	(1.795.721)	1.181.395	(614.326)
Actualização das diferenças de consolidação expressas em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	3.290.653	-	-	-	3.290.653	392.646	3.683.299
Outras variações no capital próprio das empresas participadas, líquidos de imposto	-	-	-	-	5.419.842	(1.183.416)	-	-	-	-	4.236.425	(423.187)	3.813.239
Sub-total	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.419.842**	**(1.183.416)**	**1.494.932**	**-**	**-**	**107.705.244**	**113.436.602**	**(6.372.808)**	**107.063.794**
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(539.752)	(539.752)
Opções sobre acções – valor dos serviços prestados	-	-	-	-	-	-	-	17.347	-	-	17.347	-	17.347
Outras variações no capital próprio das empresas participadas	-	-	-	-	-	-	-	-	301.771	-	301.771	(698.796)	(397.025)
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.806.476)	(1.806.476)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	**50.000.000**	**-**	**186.500.000**	**17.549.418**	**8.261.660**	**(2.889.017)**	**(21.479.368)**	**17.347**	**41.405.109**	**107.705.244**	**387.070.394**	**50.957.635**	**438.028.029**
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	**50.000.000**	**-**	**186.500.000**	**17.549.418**	**8.261.660**	**(2.889.017)**	**(21.479.368)**	**17.347**	**41.405.109**	**107.705.244**	**387.070.394**	**50.957.635**	**438.028.029**
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	107.705.244	(107.705.244)	-	-	-
Rendimento integral consolidado do exercício:													
Resultado líquido consolidado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.894.057)	(54.894.057)	2.509.792	(52.384.265)
Diferenças cambiais decorrentes de: (i) transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira; e (ii) investimento líquido nas subsidiárias	-	-	-	-	-	-	84.308	-	-	-	84.308	501.770	586.078
Actualização das diferenças de consolidação expressas em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	2.306.488	-	-	-	2.306.488	(2.860)	2.303.628
Reavaliação de terrenos e edifícios, líquidos de imposto	-	-	-	(288.468)							(288.468)	-	(288.468)
Outras variações no capital próprio das empresas participadas, líquidos de imposto	-	-	-	-	-	(35.978)	-	-	-	-	(35.978)	(46,027)	(82,005)
Sub-total	**-**	**-**	**-**	**(288.468)**	**-**	**(35.978)**	**2.390.796**	**-**	**-**	**(54.894.057)**	**(52.827.707)**	**2.962.675**	**(49.865.032)**
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.000.000)	-	(10,000,000)	(107.252)	(10.107.252)
Aquisição de acções próprias	-	(852.587)	-	-	-	-					(852.587)	-	(852.587)
Opções sobre acções – valor dos serviços prestados	-	-	-	-	-	-	-	96.147	-	-	96.147	-	96.147
Alienação de investimentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	8.261.660	-	-	-	-	--	(8.261.660)	-	(8,261,660)
Aumento de capital em empresas participadas	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	8.750.000	8.750.000
Transacções com interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.247.046)	-	(13.247.046)	(7.685.704)	(20.932.750)
Outras variações no capital próprio das empresas participadas	-	-	-	-	-	-	-	-	328.522	-	328.522	4.100.230	4.428.752
Alterações no perímetro de consolidação	-	-	-	(1.333.700)	-	2.696.240	5.591.214	-	-	-	6.953.754	(27.989.408)	(21.035.654)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	**50.000.000**	**(852.587)**	**186.500.000**	**15.927.250**	**-**	**(228.755)**	**(13.497.358)**	**113.494**	**126.191.829**	**(54.894.057)**	**309.259.817**	**30.988.178**	**340.247.995**

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios e trimestres findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(valores em Euros)

	NOTAS	ANO 2010 IFRS (AUDITADO)	ANO 2009 IFRS (AUDITADO)	4.º TRIMESTRE 2010 IFRS (NÃO AUDITADO)	4.º TRIMESTRE 2009 IFRS (NÃO AUDITADO)
ACTIVIDADES OPERACIONAIS					
Recebimentos de clientes		634.120.891	814.609.795	236.802.688	232.775.564
Pagamentos a fornecedores		(516.387.963)	(730.135.135)	(191.324.095)	(188.990.249)
Pagamentos ao pessoal		(77.530.471)	(63.733.325)	(21.615.112)	(6.260.226)
Fluxos gerados pelas operações		**40.202.457**	**20.741.335**	**23.863.481**	**37.525.089**
Pagamento de imposto sobre o rendimento		(5.181.829)	(13.193.114)	(873.702)	(960.528)
Outros recebimentos /(pagamentos) de actividades operacionais		(2.838.758)	7.849.104	(17.802.138)	5.439.893
Outros fluxos gerados		**(8.020.587)**	**(5.344.010)**	**(18.675.840)**	**4.479.365**
Fluxos das actividades operacionais (1)		**32.181.870**	**15.397.325**	**5.187.641**	**42.004.454**
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Investimentos financeiros	42	92.637.708	183.134.883	57.445.178	635.410
Activos fixos tangíveis		17.051.550	1.350.263	275.452	582.448
Activos intangíveis		21.493	45.151	18.446	21.019
Subsídios ao investimento		27.979	306.816	27.979	167.337
Juros e rendimentos similares		4.756.821	5.559.875	3.654.763	1.571.533
Dividendos		2.743.689	2.478.230	-	84
Outros		252.399	-	131.410	-
		117.491.639	**192.875.217**	**61.553.228**	**2.977.830**
Pagamentos respeitantes a:					
Investimentos financeiros	42	(14.251.582)	(9.091.832)	(11.252.500)	(222.192)
Activos fixos tangíveis		(44.383.600)	(147.978.712)	(35.803.283)	(37.779.264)
Activos intangíveis		(7.161.714)	(13.984.700)	(3.057.002)	(1.891.856)
Outros		(214.425)	-	(12.024)	-
		(66.011.321)	**(171.055.245)**	**(50.124.809)**	**(39.893.312)**
Fluxos das actividades de investimento (2)		**51.480.318**	**21.819.972**	**11.428.419**	**(36.915.482)**
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos		1.000.282.100	2.190.778.228	274.076.425	57.633.084
Subsídios e doações		-	585.179	-	437.527
Outros		456.632	-	6.236	-
		1.000.738.732	**2.191.363.407**	**274.082.661**	**58.070.611**
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos		(977.824.478)	(2.212.954.867)	(262.511.959)	(74.955.366)
Amortizações de contratos de locação financeira		(17.905.092)	(18.858.540)	(3.087.656)	(5.882.299)
Juros e gastos similares		(22.145.614)	(38.078.830)	(8.603.693)	(10.809.105)
Dividendos		(10.000.000)	(450.000)	-	(450.000)
Aquisição de acções próprias		(850.004)	-	(780.304)	-
Outros		(1.193.789)	-	(153.689)	-
		(1.029.918.977)	**(2.270.342.236)**	**(275.137.301)**	**(92.096.770)**
Fluxos das actividades de financiamento (3)		**(29.180.245)**	**(78.978.829)**	**(1.054.640)**	**(34.026.159)**
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		54.481.943	(41.761.532)	15.561.420	(28.937.187)
Variação de perímetro e outras variações		(5.240.384)	(32.811)	(1.063.378)	10.945
Efeito das diferenças de câmbio		2.580.662	(8.432.764)	718.728	(4.798.665)
Caixa e seus equivalentes no início do período		24.844.210	84.275.826	61.449.661	67.773.625
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**26**	**76.666.431**	**34.048.718**	**76.666.431**	**34.048.718**
Atribuível à unidade operacional detida para venda			9.204.508		9.204.508
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**26**		**24.844.210**		**24.844.210**

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

Parque Solar de Moratalla | ESPANHA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nota introdutória

A Martifer, SGPS, S.A., com sede na Zona Industrial, Apartado 17, Oliveira de Frades – Portugal ('Martifer SGPS' ou 'Empresa'), e empresas participadas ('Grupo'), têm como actividade principal a construção de infra-estruturas metálicas, a produção de equipamentos para energia, eólica e solar e, ainda, a promoção, desenvolvimento e gestão de projectos de geração eléctrica a partir de fontes de energia renovável (Nota 4).
A Martifer SGPS foi constituída em 29 de Outubro de 2004, tendo o seu capital social sido realizado através da entrega da totalidade das acções, avaliadas a valores de mercado, que os accionistas do Grupo detinham na Martifer – Construções, S.A., participada constituída em 1990 e que nessa altura era a Empresa-mãe do actual Grupo Martifer.
A partir de Junho de 2007 e após a realização com sucesso de uma Oferta Pública de Subscrição, o Grupo passou a ter as suas acções cotadas na Euronext Lisboa.
Em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo desenvolve a sua actividade em Portugal, Espanha, Polónia, Eslováquia, Alemanha, Roménia, República Checa, Angola, Brasil, Grécia, Estados Unidos da América, Austrália, Moçambique, Irlanda, Itália, Bélgica, Bulgária, Holanda, França, Tailândia, Marrocos, África do Sul, Reino Unido e Canadá.
Todos os montantes apresentados nestas notas explicativas são apresentados em Euro (com arredondamentos às unidades), salvo se expressamente referido em contrário.

1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do Grupo Martifer e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS'), tal como adoptadas pela União Europeia, em vigor para o exercício económico iniciado em 1 de Janeiro de 2010. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ('IFRIC') ou pelo anterior Standing Interpretations Committee ('SIC'), que tenham sido adoptadas na União Europeia.
As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, das suas subsidiárias e dos empreendimentos conjuntos onde participa (Nota 2), no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para a reavaliação de certos activos não correntes e de certos instrumentos financeiros, que se encontram registados pelo justo valor.
Para o Grupo, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB). As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pelo Grupo no exercício de 2010 foram consistentes com os aplicados pelo Grupo na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, apresentada para efeitos comparativos.

Adopção de normas e interpretações novas, emendadas ou revistas
As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ('endorsed') pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

	DATA DE EFICÁCIA
IFRIC 12 - Acordo de concessão de serviços	01-04-09
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	01-07-09
IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Emendas)	01-07-09
IFRS 3 – Concentração de actividades empresariais (Revista)	01-07-09
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	01-01-10
IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração (Emendas)	01-07-09
IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (Emendas)	01-01-10
IFRS 2 – Pagamento com base em acções (Emendas)	01-01-10
IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa	01-11-09
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	01-11-09
IAS 32 – Instrumentos financeiros: apresentação (Emendas)	01-02-11
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro	01-01-10

O efeito nas demonstrações financeiras do Grupo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, decorrente da adopção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não foi material.

Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas não adoptadas
As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

	DATA DE EFICÁCIA
IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (Emendas)	01-07-10
IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações (Emendas)	01-07-10
IFRIC 19 - Extinção de passivos financeiros com instrumentos de capital	01-07-10
IAS 24 – Partes relacionadas (Revista)	01-01-11
IFRIC 14 – O limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção	01-01-11

Estas normas, apesar de aprovadas ('endorsed') pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adopção das normas acima referidas, decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Normas e interpretações novas, emendadas ou revistas ainda em processo de aprovação pela União Europeia
As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, foram já emitidas a esta data, embora não se encontrem ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia:

	DATA DE EFICÁCIA
IFRS 9 – Instrumentos financeiros: classificação e mensuração	01-01-13
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (2010)	01-01-11
IFRS 7 - Instrumentos financeiros: divulgações (Emendas)	01-07-11
IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (Emendas)	01-07-11
IAS 12 – Impostos sobre o rendimento (Emendas)	01-07-11

Não se estima que da futura adopção das normas acima, as quais não se encontram ainda aprovadas ('endorsed') pela União Europeia, decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

1 de Janeiro de 2004, correspondeu ao início do período da primeira aplicação pelo Grupo dos IAS/IFRS, de acordo com a IFRS 1 – 'Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro'. January 2004 corresponds to the first period of application by the Group of the IAS/IFRS, in accordance with the IFRS
As demonstrações financeiras consolidadas foram apresentadas em Euro por esta ser a moeda principal das operações do Grupo. As demonstrações financeiras das empresas participadas em moeda estrangeira foram convertidas para Euro de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 1 xiv).
Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os IAS/IFRS, o Conselho de Administração do Grupo adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados (Nota 1 xxv)). Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.
As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. O Conselho de Administração do Grupo entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

BASES DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas/Sócios e/ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, pelo método de consolidação integral.
O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados na demonstração da posição financeira consolidada (na rubrica de capitais próprios – interesses não controlados) e na demonstração dos resultados consolidada (incluída no resultado consolidado líquido atribuível a interesses não controlados), respectivamente.
As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 2.
Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos tenha sido recuperada.
Nas concentrações empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004, os activos e passivos de cada filial (incluindo os passivos contingentes) são identificados ao seu justo valor na data de aquisição conforme estabelecido no IFRS 3. Qualquer excesso / défice do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido, respectivamente, como diferença de consolidação positiva no activo (Goodwill, ou a somar à respectiva rubrica, que originou a diferença, quando identificada) e no caso de diferença de consolidação negativa (Badwill), após reconfirmação do processo de valorização do justo valor e caso este se mantenha, na demonstração dos resultados do exercício. Os interesses de accionistas minoritários incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos activos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias.
Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às utilizadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação. Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com fins específicos, ainda que não tenha participações de capital nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. À data de 31 de Dezembro de 2010 não existiam entidades nesta situação.

b) Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeira e operacional da Empresa - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.
De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nos resultados líquidos das associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.
Os activos e passivos de cada associada (incluindo os passivos contingentes) são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença de consolidação positiva (Goodwill), sendo adicionada ao valor de balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro e, no caso de diferença de consolidação negativa (Badwill), após reconfirmação do processo de valorização do justo valor e caso este se mantenha, na demonstração dos resultados do exercício.
É efectuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.
Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.
Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.
As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial encontram-se detalhadas na Nota 2.

c) Empresas controladas conjuntamente

Os interesses financeiros em empresas controladas conjuntamente foram consolidados nas demonstrações financeiras pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método os activos, passivos, rendimentos e gastos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica na proporção do controlo atribuível ao Grupo.
A classificação dos interesses financeiros detidos em entidades controladas conjuntamente é determinada com base:
- nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto;
- na percentagem efectiva de detenção;

- nos direitos de voto detidos.
Qualquer diferença de consolidação gerada na aquisição de uma empresa controlada conjuntamente é registada de acordo com as políticas contabilísticas definidas para as empresas subsidiárias (Nota 1a)).
As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.
As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método proporcional encontram-se detalhadas na Nota 2

PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Os principais critérios valorimétricos, julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, nos exercícios apresentados, são os seguintes:

i) Diferenças de consolidação positivas (Goodwill)

Nas concentrações empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004, as diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis (incluindo os passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, são registadas na rubrica 'Diferenças de consolidação' (no caso dos investimentos em empresas do Grupo e entidades conjuntamente controladas) ou no valor do investimento financeiro em associadas (no caso dos investimentos em associadas). As Diferenças de consolidação positivas geradas antes da data de transição para os IFRS (1 de Janeiro de 2004) ou as resultantes da constituição do Grupo, mantêm-se registadas pelo seu valor líquido contabilístico, apurado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, sendo objecto de testes de imparidade anualmente a partir daquela data. O valor das Diferenças de consolidação não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade, ou seja, se as Diferenças de consolidação não se encontram registadas por um valor superior à sua quantia recuperável. As perdas por imparidade das Diferenças de consolidação verificadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados na rubrica 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos gastos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence. As perdas por imparidade relativas a Diferenças de consolidação não podem ser revertidas. As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, entidades conjuntamente controladas e associadas, sediadas no estrangeiro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas empresas, sendo convertidas para a moeda de relato do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica do Capital próprio - 'Reservas de conversão cambiais'. As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando negativas são reconhecidas como ganho na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

ii) Activos não correntes classificados como detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda quando o valor dos mesmos for recuperado através de uma operação de venda, ao invés do seu uso continuado. Contudo, tal classificação exige que a transacção de venda seja altamente provável, que o activo se encontre disponível para venda imediata, que o Conselho de Administração do Grupo esteja comprometido com a alienação do mesmo e que a mesma ocorra no curto prazo (normalmente, mas não exclusivamente no prazo de um ano).Os activos não correntes classificados como detidos para venda são registados ao mais baixo do seu valor contabilístico, ou do seu valor de realização, deduzido dos gastos com a sua alienação, sendo a amortização dos activos fixos afectos à unidade operacional detida para venda interrompida durante tal período.

iii) Activos intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos pelo Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, e só são reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo, se possa medir razoavelmente o seu valor e se o Grupo possuir o controlo sobre os mesmos. Os activos intangíveis são constituídos basicamente por software e direitos de propriedade industrial, sendo os mesmos amortizados pelo método das quotas constantes durante um período de três anos, bem como pelas despesas incorridas com a obtenção de licenças para a exploração de parques eólicos, as quais são amortizadas de acordo com o período das licenças atribuídas (actualmente em 20 anos).
As despesas incorridas com o licenciamento de parques eólicos são capitalizadas em activos intangíveis apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:
- os estudos de viabilidade económica demonstrem que existirão benefícios económicos futuros;
- o Grupo tenha capacidade técnica e financeira para proceder à instalação e exploração dos parques eólicos; e
- os gastos afectos à fase de licenciamento dos parques eólicos sejam mensuráveis de forma fiável.
Os gastos incorridos pelo Grupo durante a fase de pesquisa e de instalação de parques eólicos são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento em que são incorridos.
As restantes despesas de investigação são reconhecidas como gasto do exercício em que são incorridas.Os activos intangíveis gerados na aquisição de uma empresa subsidiária, ou conjuntamente controlada, são identificados e registados separadamente da rubrica de 'Diferenças de consolidação' se o seu justo valor puder ser estimado com fiabilidade. O custo de aquisição de tais activos intangíveis é o seu justo valor na data de aquisição.Após o seu reconhecimento inicial, os activos intangíveis gerados na aquisição de uma empresa subsidiária, ou conjuntamente controlada, são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, da mesma forma que os activos intangíveis adquiridos pelo Grupo. Tais activos são amortizados pelo método das quotas constantes, geralmente durante o período em que se espera que benefícios económicos ocorram.

iv) Imóveis para uso próprio

Os imóveis (terrenos e edifícios) para uso próprio são registados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer subsequente depreciação acumulada e quaisquer perdas de imparidade acumuladas. As revalorizações são efectuadas periodicamente, por avaliadores imobiliários independentes, de forma a que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor do respectivo imóvel. Os ajustamentos resultantes das revalorizações efectuadas aos bens imobilizados são registados por contrapartida de capital próprio. Quando um activo fixo tangível que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios subsequentes se encontra sujeito a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores deduzido da quantia realizada através das amortizações, sendo o seu excedente registado como gasto do exercício por contrapartida do resultado líquido do exercício. As depreciações são imputadas numa base sistemática durante a vida útil estimada dos edifícios, actualmente variando entre 20 e 50 anos, enquanto os terrenos não são depreciáveis.

v) Outros activos fixos tangíveis

Os outros activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para as IFRS) encontram-se registados ao seu deemed cost, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade acumuladas. Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.
Os activos tangíveis em curso representam activos ainda em fase de construção / desenvolvimento, encontrando-se os mesmos registados ao custo de aquisição, deduzido de perdas de imparidade acumuladas. Estes activos tangíveis são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias em termos de qualidade e fiabilidade técnica para operar. As depreciações são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do activo pelo Grupo, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.
As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamentos:	
Equipamento básico	3 a 7 anos
Equipamento de transporte	4 a 5 anos
Ferramentas e utensílios	3 a 5 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros activos fixos tangíveis:	
- Parques eólicos e solares	15 a 20 anos
- Outros activos fixos tangíveis	3 a 10 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis, são registadas como gasto do exercício em que ocorrem.

vi) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.
A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.
Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas iv) e v) acima e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.
Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

vii) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis e terrenos detidos para auferir rendimento ou valorização do capital, ou ambos, e não para utilização no decurso da actividade corrente dos negócios.
As propriedades de investimento são inicialmente registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade. Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são reavaliadas pelos seus justos valores, com reconhecimento das alterações de justo valor nos resultados do exercício em que ocorram.
Os gastos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos e rendas obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem.

viii) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira consolidada quando o Grupo se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS
O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.
A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral. - Investimentos registados ao justo valor através de resultados: esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria, nomeadamente, se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira;
- Investimentos detidos até ao vencimento: esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e cuja intenção do Conselho de Administração é a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento;
- Investimentos disponíveis para venda: incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.
Os 'investimentos detidos até ao vencimento' são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.
Os investimentos registados a justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes.Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais gastos de transacção, sendo a única excepção os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os gastos de transacção são reconhecidos na demonstração dos resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, consequentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.
Os 'investimentos disponíveis para venda' e os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração dos resultados do exercício. Os ganhos e perdas, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos na demonstração do rendimento integral na rubrica de 'Reservas de justo valor' até ao investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulada é reconhecida na demonstração consolidada dos

resultados.O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/líquido (investimentos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data da demonstração da posição financeira.Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.
O Grupo efectua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (queda superior a 20%) ou prolongada (queda durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Para os restantes activos financeiros, indícios objectivos de imparidade podem incluir:
- dificuldades financeiras significativas por parte da contraparte para liquidar as suas dívidas;
- não cumprimento atempado por parte da contraparte dos créditos concedidos pelo Grupo;
- probabilidade elevada que a contraparte entre num processo de falência ou de reestruturação de dívida.

Para os activos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado, o montante da imparidade resulta da diferença entre o seu valor contabilístico e o valor actual dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva inicial.O valor contabilístico dos activos financeiros é reduzido directamente pelas perdas de imparidade detectadas, com excepção das contas a receber de clientes e outros devedores em que o Grupo constitui uma conta de 'Perdas de imparidade acumuladas' específica para as mesmas. Quando uma conta a receber de clientes e outros devedores é considerada como incobrável a mesma é anulada por contrapartida da conta 'Perdas de imparidade acumuladas'. Recebimentos posteriores de contas a receber de clientes e outros devedores anuladas das demonstrações financeiras são registados a crédito na demonstração dos resultados do exercício. Alterações ocorridas na conta 'Perdas de imparidade acumuladas' são registadas na demonstração dos resultados do exercício.Com excepção dos 'Investimentos disponíveis para venda', se, num exercício subsequente, ocorrer uma diminuição das Perdas de imparidade acumuladas e se esse decréscimo se dever objectivamente a um evento posterior à data de reconhecimento de tal imparidade, esse decréscimo é registado através da demonstração dos resultados do exercício até ao limite da conta

b) CLIENTES E OUTROS DEVEDORES
As dívidas de 'Clientes' e de 'Outros devedores' não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade reconhecidas nas rubricas de 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflictam o seu valor realizável líquido.

c) EMPRÉSTIMOS
Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são contabilizados na demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

d) CONTAS A PAGAR E OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS
As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

e) PASSIVOS FINANCEIROS E INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO
Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção. São considerados pelo Grupo instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transacção evidencie que o Grupo detém um interesse residual num conjunto de activos após dedução de um conjunto de passivos.

f) INSTRUMENTOS DERIVADOS
O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação. A utilização de instrumentos financeiros derivados encontra-se devidamente aprovada pelo Conselho de Administração do Grupo.
Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam exclusivamente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.
Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:
- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fielmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro (cobertura de cash-flow) são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos, associadas à parcela de cobertura efectiva, são reconhecidas na demonstração do rendimento integral na rubrica 'Reservas de justo valor – Derivados', sendo transferidos para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta os resultados. A parcela de cobertura não efectiva é registada na demonstração dos resultados do exercício, no momento em que é apurada.
A reavaliação dos instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas reconhecidas na demonstração do rendimento integral na rubrica 'Reservas de justo valor - Derivados" são transferidas para resultados do exercício, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

g) LETRAS DESCONTADAS E CONTAS A RECEBER CEDIDAS EM FACTORING
O Grupo desreconhece activos financeiros das suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais activos já tiver expirado, ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais activos para uma terceira entidade. Se o Grupo retiver substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais activos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica de 'Empréstimos' a contrapartida monetária pelos activos cedidos.Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em factoring à data de cada demonstração da posição financeira, com excepção das operações de 'factoring sem recurso', são relevadas nas demonstrações financeiras do Grupo até ao momento do seu recebimento.

ix) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e seus equivalentes' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria (com vencimento inferior a três meses) para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

x) Inventários

As mercadorias, as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição, ou do respectivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos gastos a incorrer com a sua alienação). Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

xi) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de 'Outros activos correntes', 'Outros activos não correntes', 'Outros passivos correntes' e 'Outros passivos não correntes'.

xii) Rédito

O rédito é registado pelo justo valor dos activos recebidos ou a receber, líquido de descontos e de devoluções expectáveis.

a) RECONHECIMENTO DE GASTOS E RENDIMENTOS EM OBRAS (CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS E CONSTRUÇÃO DE PARQUES EÓLICOS E SOLARES CHAVE NA MÃO).
O Grupo reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os gastos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos rendimentos estimados e os valores facturados, são contabilizadas nas sub-rubricas 'Trabalhos em curso' ou 'Facturação antecipada', incluídas nas rubricas 'Outros activos correntes' e 'Outros passivos correntes', respectivamente.Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação, e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que é provável que o cliente aceite a reclamação, e que é possível mensurá-la com fiabilidade.Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, o Grupo reconhece anualmente uma provisão para fazer face a tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos incorridos no passado com as obras em período de garantia.Quando é provável que os gastos totais previstos no contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do exercício.

b) OBRAS DE CURTA DURAÇÃO
Nestes contratos de prestação de serviços, o Grupo reconhece os rendimentos e gastos à medida que se facturam ou incorrem, respectivamente.

c) RECONHECIMENTO DE GASTOS E RENDIMENTOS NA ACTIVIDADE IMOBILIÁRIA
As empresas do Grupo têm recorrido a operações de leasing imobiliário, como forma de financiar todos os seus projectos imobiliários. Os gastos relevantes com os empreendimentos imobiliários são apurados tendo em conta os gastos directos de construção, assim como todos os gastos associados à elaboração de projectos e licenciamento das obras. Os gastos imputáveis ao financiamento do empreendimento são também adicionados ao custo dos empreendimentos imobiliários, desde que estes se encontrem em curso.Em 31 de Dezembro de 2010, foram incluídos na rubrica de 'Inventários' o montante de Euro 107.869 (Euro 350.975 em 31 de Dezembro de 2009) relativos a juros suportados especificamente com empréstimos destinados à construção de empreendimentos imobiliários.
Considera-se, para efeito de capitalização dos encargos financeiros, que o empreendimento está em curso se aguardar decisão das autoridades envolvidas, ou se se encontrar em fase de construção. Caso o empreendimento não se encontre nestas fases é considerado parado e as capitalizações acima referidas são suspensas.O rédito, neste tipo de operações, tem sido gerado e reconhecido, essencialmente, aquando da cedência da posição contratual que as empresas do Grupo detêm nos contratos de locação financeira imobiliária, em função da diferença entre o preço acordado com um terceiro e o preço inicialmente contratado com a locatária.

d) TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA
Os gastos internos (materiais, mão de obra e gastos gerais de fabrico) incorridos na produção de activos fixos tangíveis são objecto de capitalização apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:
- os activos desenvolvidos são identificáveis;
- existe forte probabilidade de os activos gerarem benefícios económicos futuros; e
- os gastos de desenvolvimento são mensuráveis de forma fiável.
Os trabalhos para a própria empresa registados no exercício de 2010 pelo Grupo correspondem, essencialmente, à actividade de construção de parques eólicos na Polónia, Roménia e Portugal.

e) RECONHECIMENTO DE RÉDITO EM VENDAS DE MERCADORIAS E PRODUTOS ACABADOS
O reconhecimento do rédito resultante da venda de mercadorias e de produtos acabados, ocorre unicamente quando todas as condições descritas abaixo se encontrarem cumpridas:
- O Grupo transferiu para o comprador todos os riscos e benefícios significativos inerentes à posse dos bens alienados;
- O Grupo não retém qualquer envolvimento ou qualquer controlo continuado sobre os bens alienados;
- O montante do rédito possa ser estimado de forma fiável;
- É provável que os benefícios económicos associados à alienação de tais bens venham a ser recebidos; e
- Os gastos incorridos, ou a incorrer, com tal alienação possam ser estimados com fiabilidade.

f) RECONHECIMENTO DO RÉDITO RELATIVO A DIVIDENDOS E A JUROS
O rédito associado a dividendos é reconhecido no momento em que o direito do Grupo ao recebimento dos mesmos for estabelecido.O rédito associado aos juros é reconhecido de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, tendo em consideração o valor do capital mutuado e a taxa de juro efectiva da operação.

xiii) Gastos com a preparação de propostas

Os gastos incorridos com a preparação de propostas em concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridos, em virtude do desfecho das propostas não ser controlável.

xiv) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Demonstrações financeiras individuais:
Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas, pelo seu valor bruto, como ganhos e perdas na demonstração dos resultados do exercício.

Demonstrações financeiras consolidadas:
Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os activos e passivos das demonstrações financeiras das entidades estrangeiras do Grupo são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio à data de fecho da demonstração da posição financeira. Os gastos e rendimentos, bem como os fluxos de caixa são igualmente convertidos para Euro, utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. Adicionalmente, alguns empréstimos de médio e longo prazo ou sem prazo de reembolso definido, concedidos a participadas que operam em países que não adoptam o Euro, foram considerados como parte integrante do investimento líquido do Grupo, sendo a diferença cambial resultante registada na demonstração do rendimento integral na rubrica 'Reservas de conversão cambiais'. No momento da alienação de tais entidades estrangeiras, as diferenças de conversão cambiais acumuladas são registadas na demonstração dos resultados do exercício.
As diferenças de consolidação e os ajustamentos para o justo valor dos activos e passivos adquiridos, resultantes da aquisição de entidades estrangeiras, são tratados como activos e passivos em moeda estrangeira e são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio à data de fecho da demonstração da posição financeira.Foram usadas as seguintes taxas de câmbio na preparação das demonstrações financeiras:

1 € EQUIVALE A:	TAXA DE FECHO			TAXA MÉDIA		
	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009	VARIAÇÃO EM %	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009	VARIAÇÃO EM %
Dólar da Austrália	1,314	1,601	-17,9%	1,442	1,773	-18,6%
Lev da Bulgária	1,956	1,956	-	1,956	1,956	-
Coroa checa	25,061	26,473	-5,3%	25,284	26,435	-4,4%
Zloti da Polónia	3,975	4,105	-3,2%	3,995	4,328	-7,7%
Novo Leu da Roménia	4,262	4,236	0,6%	4,212	4,240	-0,7%
Dólar dos Estados Unidos	1,336	1,441	-7,2%	1,326	1,395	-5,0%
Rand da África do Sul	8,863	10,666	-16,9%	9,698	11,674	-16,9%
Real do Brasil	2,218	2,511	-11,7%	2,331	2,767	-15,8%
Baht da Tailândia	40,170	47,986	-16,3%	42,014	47,804	-12,1%
Kwanza de Angola	126,470	131,499	-3,8%	125,436	110,360	13,7%
Dirham de Marrocos	11,241	11,422	-1,6%	11,250	11,322	-0,6%
Libra esterlina	0,861	0,888	-3,1%	0,858	0,891	-3,7%
Dólar do Canadá	1,332	-	-	1,365	-	-

xv) Impostos sobre o rendimento
O imposto sobre o rendimento do exercício inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12. O imposto corrente é calculado com base nos respectivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.
Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como a alguns créditos fiscais atribuídos ao Grupo.
Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.
Os activos por impostos diferidos são registados apenas quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada demonstração da posição financeira é efectuada uma reapreciação dos impostos diferidos activos, sendo os mesmos desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.
O montante de imposto diferido que resulte de transacções ou eventos reconhecidos em contas de capital próprio, é registado directamente nessas mesmas rubricas, não afectando o resultado do exercício.

xvi) Encargos financeiros com empréstimos obtidos
Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto do exercício de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.
Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a construção de activos fixos e de algumas existências (projectos imobiliários) são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização, no final de produção ou de construção do activo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso.
A partir de 1 de Janeiro de 2009, o Grupo passou a capitalizar todos os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para a aquisição/produção de activos que se qualificam. Em 31 de Dezembro de 2010 o montante de encargos financeiros capitalizados ascendeu a Euro 240.654 (Euro 795.439 em 31 de Dezembro de 2009).

xvii) Provisões
As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas. Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa futuros necessários para liquidar tal obrigação, a mesma é registada pelo valor actual dos mesmos.

xviii) Subsídios atribuídos pelo Estado
Subsídios atribuídos para financiar acções de formação de pessoal e de apoio à contratação são reconhecidos como rendimentos durante o período de tempo durante o qual o Grupo incorre nos respectivos gastos.
Subsídios atribuídos para financiar investimentos em activos são registados como rendimentos diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período de vida útil estimado para os bens subsidiados.

xix) Imparidade de activos que não diferenças de consolidação
É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica de 'Provisões e perdas por imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso.
O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos gastos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.
A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir e, consequentemente, o activo deixa de estar em imparidade. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como resultados operacionais. Contudo, a reversão de uma perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (quer através do custo histórico, quer

através do seu valor reavaliado, líquido de amortizações ou depreciações) caso a perda de imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

xx) Benefícios aos empregados

Complementos de reforma
Conforme mencionado na Nota 37, o Grupo contratou junto de uma empresa de seguros uma apólice, que se traduz num fundo de capitalização, para fazer face aos complementos de reforma a atribuir no futuro aos seus colaboradores.
As dotações de capital efectuadas para a referida apólice de seguro, mantida na Companhia de Seguros Global, são efectuadas anualmente, sempre que o Conselho de Administração do Grupo assim o delibere, e caso venham a ter lugar, traduzem-se num montante equivalente a um salário base por colaborador e são registadas como gasto, na demonstração dos resultados, na rubrica 'Gastos com o pessoal'. Adicionalmente, o direito a receber tal seguro na idade de reforma apenas ocorrerá se o colaborador terminar a sua carreira no Grupo, caso contrário perderá o direito ao mesmo.

Opções sobre acções
O Grupo remunera os serviços prestados por alguns dos seus colaboradores, através de um plano de atribuição de opções sobre acções, liquidado com base em capital próprio. O justo valor dos serviços recebidos é registado como um gasto na demonstração dos resultados, por contrapartida de um incremento nos capitais próprios, ao longo do período de aquisição de direitos pelos colaboradores. O valor total a registar como gasto foi determinado com base no justo valor das opções atribuídas, que foi estimado apenas com recurso a condições de mercado. As condições de aquisição que não são as condições de mercado foram consideradas para estimar o número de opções que no final do período de aquisição terão direitos adquiridos. Em cada data de relato, o Grupo revê a estimativa do número de opções que se espera que se tornem exercíveis e reconhece o impacto da revisão da estimativa original na demonstração dos resultados por contrapartida da demonstração das alterações no capital próprio.

xxi) Classificação na demonstração da posição financeira
Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como activos e passivos não correntes.

xxii) Activos e passivos contingentes
Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota. Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

xxiii) Demonstração dos fluxos de caixa
A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. O Grupo classifica na rubrica 'Caixa e seus equivalentes' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.
A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos tangíveis e intangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, e pagamento de dividendos.

xxiv) Eventos subsequentes
Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (adjusting events) são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (non adjusting events), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

xxv) Julgamentos e estimativas
Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.
As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 incluem:
- justo valor e vidas úteis dos activos tangíveis, nomeadamente, dos terrenos e edifícios;
- testes de imparidade realizados às diferenças de consolidação;
- registo de provisões e perdas de imparidade;
- reconhecimento de rendimentos em obras em curso;
- reconhecimento de activos por impostos diferidos decorrentes de perdas fiscais;
- apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

xxvi) Gestão dos riscos financeiros
A incerteza, característica dominante dos mercados, comporta em si uma variedade de riscos aos quais as actividades do Grupo Martifer se encontram expostas, designadamente, risco de preço, risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco de crédito.

a) RISCO DE PREÇO
A volatilidade do preço das matérias-primas constitui um risco para o Grupo. Alterações do preço do aço e do alumínio afectam a actividade operacional das áreas de negócio de construção metálica e de equipamentos para energia. A Martifer tem procurado mitigar este risco através de contratos com clientes que permitam repercutir as alterações do preço da matéria-prima no valor pago pelo cliente e garantindo junto dos seus fornecedores preços fixos para projectos de grande dimensão.

b) RISCO DE TAXA DE CÂMBIO
O risco taxa de câmbio traduz-se na possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado de variações de taxas de câmbio entre diferentes divisas. A exposição ao risco de taxa de câmbio do Grupo resulta da existência de subsidiárias localizadas em países em que a moeda local é diferente

do Euro, das operações realizadas entre essas subsidiárias e outras empresas do Grupo e da existência de transacções efectuadas pelas empresas operacionais em moeda diferente da moeda de reporte do Grupo.
A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pelo Grupo tem como objectivo último diminuir ao máximo a sensibilidade dos seus resultados a flutuações cambiais.
No âmbito da actividade operacional de todas as subsidiárias, procura-se que as transacções sejam realizadas nas respectivas moedas locais. Pela mesma razão, os empréstimos contraídos pelas subsidiárias estrangeiras são preferencialmente contraídos nas respectivas moedas locais.
Certas actividades desenvolvidas pelo Grupo estão expostas a variações das taxas de câmbio das moedas locais face a outras moedas. O preço de algumas matérias-primas, como sejam o aço e o alumínio, são geralmente expressos ou indexados ao dólar norte-americano, o que pode ter impacto nos resultados do Grupo. Em grande medida, é possível repercutir essas variações nos preços de venda. Quando não é possível, o Grupo procura mitigar esta exposição através da contratação de derivados cambiais na subsidiária exposta a esse risco.
O Grupo tem subsidiárias localizadas fora da zona Euro, designadamente na Roménia, Polónia, Brasil, Estados Unidos da América, Angola, Austrália, República Checa, Reino Unido, Marrocos e Canadá, que relatam em moeda diferente do Euro. A exposição ao risco cambial decorre do facto de, no processo de preparação das contas consolidadas do Grupo, ser necessário a transposição das demonstrações financeiras das subsidiárias para o Euro. Existem ainda transacções entre empresas do Grupo realizadas em moeda diferente do Euro ou em Euro com empresas que reportam em outra moeda, resultando em variações cambiais (é o caso dos suprimentos realizados pelas holdings de cada área de negócio a subsidiárias estrangeiras, nomeadamente as localizadas fora da Zona Euro).
No que respeita ao risco cambial emergente da conversão dos investimentos do Grupo em subsidiárias que relatam em moedas diferentes do Euro, o Grupo procura efectuar a sua gestão com base em hedging natural, recorrendo ao balanço das empresas, nomeadamente procurando contrair financiamento em moeda local. Paralelamente, o Grupo procura mitigar este impacto cambial através da diversificação dos países em que está presente.

O montante de activos e passivos (em Euro) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, materialmente relevantes, pode ser resumido como se segue:

	ACTIVOS		PASSIVOS	
	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009
Novo Leu (Roménia)	184.470.569	375.126.865	101.593.126	277.780.174
Zloti (Polónia)	171.742.898	150.689.688	168.886.764	147.746.056
Dólar Americano (E.U.A.)	78.012.779	45.115.616	36.111.992	11.942.939
Kwanza (Angola)	61.491.755	46.898.885	49.399.625	41.344.309
Real (Brasil)	58.095.144	90.013.456	30.164.765	61.096.257
Dirham (Marrocos)	24.530.513	-	23.031.876	-
Dólar Australiano (Austrália)	14.386.480	9.785.819	11.648.413	7.597.881
Coroa Checa (República Checa)	4.225.015	1.033.870	3.993.186	1.010.456
Dólar Canadiano (Canadá)	3.980.095	-	3.988.297	-
Libra Esterlina (Reino Unido)	526.248	-	521.246	-

Os eventuais impactos gerados nas demonstrações financeiras do Grupo pela transposição das demonstrações financeiras das suas subsidiárias, que relatam em moeda diferente do Euro, caso ocorresse uma variação de 1% nas taxas de câmbio acima referidas, podem ser resumidos como se segue (valores em Euro):

		2010		2009	
	DEPRECIAÇÃO DA MOEDA LOCAL FACE AO EURO	IMPACTO EM RESULTADOS	IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS	IMPACTO EM RESULTADOS	IMPACTO EM CAPITAIS PRÓPRIOS
New leu (Romania)	1%	222,075	167,127	125,696	(963,829)
Zloty (Poland)	1%	147,867	105,501	73,975	(29,145)
US dollar (U.S.A.)	1%	4,181	61,269	27,090	(328,442)
Canadian dollar (Canada)	1%	81	17	-	-
Pound sterling (United Kingdom)	1%	(50)	(156)	-	-
Czech koruna (Czech Republic)	1%	(2,295)	(2,045)	160	(232)
Moroccan dirham (Morocco)	1%	(14,838)	(14,728)	-	-
Australian dollar (Australia)	1%	(22,210)	1,295	7,830	(21,663)
Kwanza (Angola)	1%	(78,711)	(65,478)	(12,359)	(54,996)
Real (Brazil)	1%	(276,538)	(41)	21,271	(286,309)

c) RISCO DE TAXA DE JURO
O risco de taxa de juro traduz a possibilidade de existirem flutuações no montante dos encargos financeiros futuros em empréstimos contraídos devido à evolução do nível de taxas de juro de mercado. O Grupo recorre a financiamentos externos no decurso da sua actividade, estando exposto ao risco de taxa de juro já que grande parte da dívida financeira do Grupo está indexada a taxas de juro de mercado.
Nos empréstimos de médio e longo prazo mais significativos, o Grupo recorre a empréstimos de taxa fixa ou a instrumentos financeiros derivados de taxa de juro no sentido de gerir a sua exposição a alterações nas taxas de juro vigentes nesses empréstimos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos derivados de taxa de juro contratados são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contraídos, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

d) RISCO DE LIQUIDEZ
O risco de liquidez traduz a capacidade do Grupo fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em conta os recursos financeiros disponíveis.
O Grupo gere o risco de liquidez de duas formas principais:
- Por um lado, procura garantir que a estrutura de financiamento do Grupo é adequada à natureza das suas obrigações. Investimentos realizados em activos fixos, incluindo investimentos financeiros, são financiados com recurso a financiamento de longo prazo (capitais próprios e empréstimos não correntes), enquanto que responsabilidades correntes são financiadas com empréstimos de curto prazo. Os empréstimos de médio e longo prazo são contratados geralmente por prazos de 5 a 7 anos, normalmente com períodos de carência de reembolso de capital de 1 a 2 anos.
- Por outro lado, as subsidiárias têm contratado com instituições financeiras facilidades de crédito disponíveis de imediato, por um montante que garante adequada liquidez. O montante das linhas de crédito disponíveis e não utilizadas, no final de 2010, ascendia a cerca de Euro 57 milhões. As subsidiárias contam, ainda, com disponibilidades suficientes para garantir os seus compromissos de curto prazo.

e) RISCO DE CRÉDITO
O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afectem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes do Grupo Martifer para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados do Grupo.
Cientes desta realidade, o Grupo procura avaliar o risco de crédito de todos os seus clientes como racional para o estabelecimento do crédito a conceder, sendo objectivo último assegurar a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos.
Com este objectivo, o Grupo recorre a agências de informação financeira e avaliação de crédito, e efectua regularmente análises de risco e controlo de crédito, bem como cobrança e gestão de processos em contencioso, procedimentos essenciais para gerir a actividade creditícia e minimizar a ocorrência de incobráveis.

2. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010, as empresas incluídas na consolidação, respectivos métodos de consolidação, bem como as suas sedes sociais e proporção do capital detido, são como se segue:

EMPRESAS CONSOLIDADAS PELO MÉTODO INTEGRAL

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE SOCIAL	DESIGNAÇÃO	PROPORÇÃO DO CAPITAL DETIDO		
			DIRECTAMENTE	INDIRECTAMENTE	TOTAL
Martifer SGPS, S.A.	**Oliveira de Frades**	**Martifer SGPS**	**Holding**		
Martifer Inovação e Gestão, S.A.	Oliveira de Frades	Martifer Inovação	100,00%	-	100,00%
Martifer Gestiune Si Servicii, S.R.L.	Bucareste	Martifer Inovação Roménia	100,00%	-	100,00%
Martifer Metallic Constructions SGPS, S.A.	**Oliveira de Frades**	**Martifer Metallic Constructions**	**100,00%**	**-**	**100,00%**
Martifer - Construções Metalomecânicas, S.A.	Oliveira de Frades	Martifer Construções	-	100,00%	100,00%
Marifer Mota-Engil Coffey Construction Joint Venture Limited	Dublin	MMECC	-	60,00%	60,00%
Martifer – Construcciones Metálicas España, S.A.	Madrid	Martifer Espanha	-	100,00%	100,00%
Martifer – Construções Metálicas Angola, S.A.	Luanda	Martifer Angola	-	78,75%	78,75%
Martifer Construction Limited	Dublin	Martifer Irlanda	-	100,00%	100,00%
Martifer Polska Sp. Zo.o.	Gliwice	Martifer Polska	-	100,00%	100,00%
Martifer Constructions, SAS	Rungis	Martifer França	-	100,00%	100,00%
Martifer Constructii SRL	Bucareste	Martifer Constructii	-	100,00%	100,00%
Park Logistyczny Biskupice	Gliwice	Biskupice	-	90,00%	90,00%
Martifer Konstrukcje Sp. Z o.o.	Gliwice	Martifer Konstrukcje	-	100,00%	100,00%
Martifer Slovakia S.R.O.	Bratislava	Martifer Slovakia	-	100,00%	100,00%
Sociedade de Madeiras do Vouga, S.A.	Albergaria-a-velha	Madeiras do Vouga	-	100,00%	100,00%
Martifer - Gestão de Investimentos, S.A.	Oliveira de Frades	MGI	-	100,00%	100,00%
Nagatel Viseu, Promoção Imobiliária, S.A.	Oliveira de Frades	Nagatel Viseu	-	100,00%	100,00%
Martifer Retail & Warehousing Angola, S.A.	Luanda	Martifer Retail Angola	-	100,00%	100,00%
Martifer - Alumínios, S.A.	Oliveira de Frades	Martifer Alumínios	-	100,00%	100,00%
Martifer - Alumínios, S.A.	Madrid	Martifer Alumínios Espanha	-	100,00%	100,00%
Martifer Alumínios Angola, S.A.	Luanda	Martifer Alumínios Angola	-	92,00%	92,00%
Martifer Recycling S.R.L.	Bucareste	Martfer Recycling Roménia	-	100,00%	100,00%
Martifer Recycling Sp. Zo.o	Gliwice	Martfer Recycling Polónia	-	100,00%	100,00%
Martifer Aluminium Pty, Ltd	Sidney	Sassall	-	100,00%	100,00%
Global Façade Systems Company Limited	Banguecoque	Global Façade Systems 1)	-	49,00%	49,00%
Martifer Aluminium UK Limited	Londres	Martifer Aluminium UK	-	100,00%	100,00%
Martifer Aluminium Limited	Dublin	Martifer Aluminium Irlanda	-	100,00%	100,00%
Martifer Aluminium S.R.L.	Bucareste	Martifer Aluminium Roménia	-	100,00%	100,00%
Martifer II Inox, S.A.	Sever do Vouga	Martifer II Inox	-	75,00%	75,00%
Martinox, S.A.	Luanda	Martinox Angola	-	63,00%	63,00%
MT Construction Maroc, S.A.R.L.	Tânger	Martifer Marrocos	-	100,00%	100,00%
Martifer - Construções Metálicas, Ltda.	Fortaleza	Martifer Brasil	-	100,00%	100,00%
Martifer Beteiligungsverwaltungs GmbH	Viena	Martifer GmbH	100,00%	-	100,00%
M City Gliwice Sp. Zo.o	Gliwice	M City Gliwice	-	52,80%	52,80%
Martifer Energy Systems SGPS, S.A.	**Oliveira de Frades**	**Martifer Energy Systems**	**100,00%**	**-**	**100,00%**
Martifer Energia – Equipamentos para Energia, S.A.	Oliveira de Frades	Martifer Energia	-	100,00%	100,00%
Martifer Energia S.R.L.	Bucareste	Martifer Energia Roménia	-	100,00%	100,00%
Martifer Energia Sp. Z.o.o	Gliwice	Martifer Energia Polónia	-	100,00%	100,00%
Martifer Energia LLC	Kiev	Martifer Energia Ucrânia	-	100,00%	100,00%
Martifer Wind Energy Systems LLC	San Angelo TX	Martifer Wind USA	-	100,00%	100,00%

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE SOCIAL	DESIGNAÇÃO	PROPORÇÃO DO CAPITAL DETIDO		
			DIRECTAMENTE	INDIRECTAMENTE	TOTAL
Martifer Energy Systems PTY	Cidade do Cabo	Martifer Energia África do Sul	-	85,00%	85,00%
Navalria – Docas, Construções e Reparações Navais, S.A.	Aveiro	Navalria	-	100,00%	100,00%
Ventinveste Indústria SGPS, S.A.	Oliveira de Frades	Ventinveste Indústria	-	46,60%	46,60%
Martifer Solar SGPS, S.A.	**Oliveira de Frades**	**Martifer Solar**	**100,00%**	**-**	**100,00%**
Martifer Solar, S.A.	Oliveira de Frades	Martifer Solar	-	75,00%	75,00%
Martifer Solar Sistemas Solares, S.A.	Madrid	Martifer Solar Sistemas Solares	-	75,00%	75,00%
Solar Parks Construccion Parques Solares ETVE, S.A.	Madrid	Solar Parks	-	75,00%	75,00%
Parque Solar Seseña I, S.L.	Madrid	Seseña I	-	75,00%	75,00%
Parque Solar Segovia, S.L.	Madrid	Segovia	-	75,00%	75,00%
Parque Solar Quintanar, S.L.	Madrid	Quintanar	-	75,00%	75,00%
Parque Solar Seseña III, S.L.	Madrid	Seseña III	-	75,00%	75,00%
Inovsun, Lda.	Oliveira de Frades	Inovsun	-	75,00%	75,00%
Martifer Solar S.R.L.	Milão	Martifer Solar Itália	-	75,00%	75,00%
MTS1 S.R.L.	Siracusa	MTS1	-	75,00%	75,00%
MTS2 S.R.L.	Siracusa	MTS2	-	75,00%	75,00%
MTS3 S.R.L.	Siracusa	MTS3	-	75,00%	75,00%
MTS4 S.R.L.	Siracusa	MTS4	-	75,00%	75,00%
MTS5 S.R.L.	Siracusa	MTS5	-	75,00%	75,00%
Martifer Solar Inc.	S. Francisco CA	Martifer Inc.	-	75,00%	75,00%
Martifer Solar USA, Inc.	Santa Monica CA	AEM 1)	-	47,63%	47,63%
Martifer Silverado Fund LLC	S. Francisco CA	Silverado 1)	-	38,25%	38,25%
Martifer Solar Hellas, A.T.E.	Atenas	PVI	-	50,58%	50,58%
Martifer Solar Angola	Luanda	Martifer Solar Angola	-	56,25%	56,25%
Martifer Solar N.V.	Deerlijk	Martifer Solar Bélgica	-	75,00%	75,00%
Martifer Solar S.A.S.	Lyon	Martifer Solar França	-	75,00%	75,00%
Martifer Solar CZ s.r.o.	Praga	Martifer Solar República Checa	-	75,00%	75,00%
Home Energy II, S.A.	Oliveira de Frades	Home Energy II 1)	-	45,00%	45,00%
PVGlass, S.A.	Oliveira de Frades	PVGlass	-	52,50%	52,50%
Home Energy France S.A.S.	Lyon	Home Energy França	-	75,00%	75,00%
MPrime Solar Solutions, S.A.	Oliveira de Frades	MPrime	-	75,00%	75,00%
Martifer Solar Investments, B.V.	Amsterdam	Martifer Solar Holanda	-	75,00%	75,00%
Martifer Solar Canadá, Ltd.	Toronto	Martifer Solar Canadá	-	75,00%	75,00%
MTS6 S.R.L.	Siracusa	MTS6	-	75,00%	75,00%
MTSK1 s.r.o.	Cadca	MTSK1	-	75,00%	75,00%
Martifer Solar SK s.r.o.	Dolny Kubin	Martifer Solar Eslováquia	-	75,00%	75,00%
Canopy - Apollo S.A.S.	Paris	Canopy	-	75,00%	75,00%
Gargano Solar Park S.R.L.	Cassola	Gargano Solar Park	-	75,00%	75,00%
Ginosa Solar Farm, S.R.L.	Roma	Ginosa Solar Farm	-	75,00%	75,00%
Solar Spritehood S.R.L	Roma	Solar Spritehood	-	75,00%	75,00%
MTS7, S.R.L.	Roma	MTS7	-	75,00%	75,00%
Martifer Renewables SGPS, S.A.	**Oliveira de Frades**	**Martifer Renewables SGPS**	**100,00%**	**-**	**100,00%**
Martifer Renewables, S.A.	Oliveira de Frades	Martifer Renewables SA	-	100,00%	100,00%
Martifer Renovables ETVE, S.A.U.	Madrid	Martifer Renovables	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 1 S.L.	Madrid	Eurocab 1	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 2 S.L.	Madrid	Eurocab 2	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 3 S.L.	Madrid	Eurocab 3	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 4 S.L.	Madrid	Eurocab 4	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 5 S.L.	Madrid	Eurocab 5	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 6 S.L.	Madrid	Eurocab 6	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 7 S.L.	Madrid	Eurocab 7	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 8 S.L.	Madrid	Eurocab 8	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 9 S.L.	Madrid	Eurocab 9	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 10 S.L.	Madrid	Eurocab 10	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 11 S.L.	Madrid	Eurocab 11	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 12 S.L.	Madrid	Eurocab 12	-	100.00%	100.00%

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE SOCIAL	DESIGNAÇÃO	PROPORÇÃO DO CAPITAL DETIDO		
			DIRECTAMENTE	INDIRECTAMENTE	TOTAL
Eurocab FV 13 S.L.	Madrid	Eurocab 13	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 14 S.L.	Madrid	Eurocab 14	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 15 S.L.	Madrid	Eurocab 15	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 16 S.L.	Madrid	Eurocab 16	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 17 S.L.	Madrid	Eurocab 17	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 18 S.L.	Madrid	Eurocab 18	-	100,00%	100,00%
Eurocab FV 19 S.L.	Madrid	Eurocab 19	-	100,00%	100,00%
Martifer Renewables Brasil Participações LTDA	Fortaleza	Martifer Renewables Brasil	-	100,00%	100,00%
Martifer Renováveis - Geração de Energia e Participações S.A.	Fortaleza	Ventania	-	55,00%	55,00%
Eólica Faisa, Ltda.	Fortaleza	Faisa	-	55,00%	55,00%
Eólica Faisa I, Ltda.	Fortaleza	Faisa I	-	55,00%	55,00%
Eólica Faisa II, Ltda.	Fortaleza	Faisa II	-	55,00%	55,00%
Eólica Faisa III, Ltda.	Fortaleza	Faisa III	-	55,00%	55,00%
Eólica Faisa IV, Ltda.	Fortaleza	Faisa IV	-	55,00%	55,00%
Eólica Faisa V, Ltda.	Fortaleza	Faisa V	-	55,00%	55,00%
MS – Participações Societárias, S.A.	Fortaleza	MS (ex-Faisa Biomassa)	-	55,00%	55,00%
Eólica Embuaca, Ltda.	Fortaleza	Embuaca	-	55,00%	55,00%
Eólica Mar e Terra, Ltda.	Fortaleza	Mar e Terra	-	55,00%	55,00%
Eólica Bela Vista, Ltda.	Fortaleza	Bela Vista	-	55,00%	55,00%
Eólica Cajueiro da Praia, Ltda .	Fortaleza	Cajueiro	-	55,00%	55,00%
Eólica Cacimbas, Ltda.	Fortaleza	Cacimbas	-	55,00%	55,00%
SBER – Sociedade Brasileira de Energias Renováveis, Ltda.	Fortaleza	SBER 1)	-	41,25%	41,25%
Melosa – Geração de Energia e Participações, Ltda.	Fortaleza	Melosa	-	55,00%	55,00%
Eólica Paraipaba, Ltda .	Fortaleza	Paraipaba	-	55,00%	55,00%
Eólica Chapadão, Ltda.	Fortaleza	Chapadão	-	55,00%	55,00%
Rosa dos Ventos - Geração e Comercialização de Energia, S.A	Fortaleza	Rosa dos Ventos	-	52,25%	52,25%
Eólica Icaraí, Ltda.	Fortaleza	Icaraí	-	55,00%	55,00%
Eurocab FV 20 S.L.	Madrid	Eurocab 20	-	100,00%	100,00%
Eviva Energy S.R.L.	Bucareste	Eviva Roménia	-	100,00%	100,00%
Eviva Nalbant S.R.L.	Bucareste	Eviva Nalbant	-	99,00%	99,00%
Eviva Agighiol S.R.L.	Bucareste	Eviva Agighiol	-	99,00%	99,00%
Eviva Casimcea S.R.L.	Bucareste	Eviva Casimcea	-	99,00%	99,00%
Premium Management Consulting, S.R.L.	Bucareste	Premium Management	-	85,00%	85,00%
MW Topolog, S.R.L.	Bucareste	MW Topolog	-	99,00%	99,00%
Martifer Renewables, S.A.	Gliwice	Eviva Polónia	-	100,00%	100,00%
IWP Sp. Z o.o.	Gliwice	IWP	-	100,00%	100,00%
Bukowsko	Gliwice	Bukowsko	-	100,00%	100,00%
Eviva Mepe	Atenas	Eviva Grécia	-	100,00%	100,00%
Martifer Renewables Pty, Ltd.	Sidney	Eviva Austrália	-	100,00%	100,00%
Eviva Beteiligungsverwaltungs GmbH	Wien	Eviva GmbH	-	100,00%	100,00%
Eviva Hidro S.R.L.	Bucareste	Eviva Hidro	-	100,00%	100,00%
Martifer Deutschland GmbH	Berlim	Martifer Deutschland	-	100,00%	100,00%
Martifer Renewables Bippen GmbH	Berlim	Eviva Bippen	-	100,00%	100,00%
Martifer Renewables Electricity LLC	San Francisco CA	Eviva Electricity	-	80,00%	80,00%
Martifer Renewables Wind LLC	San Diego CA	Eviva Spinnaker	-	80,00%	80,00%
Martifer Renewables Solar Thermal LLC	San Diego CA	Eviva Solar LLC	-	80,00%	80,00%
Gesto Energia, S.A.	Oliveira de Frades	Gesto Energia	-	75,00%	75,00%
Martifer Renewables II Microprodução, S.A.	Vouzela	Martifer Renewables II Microprodução	-	60,00%	60,00%

DENOMINAÇÃO SOCIAL	SEDE SOCIAL	DESIGNAÇÃO	PROPORÇÃO DO CAPITAL DETIDO		
			DIRECTAMENTE	INDIRECTAMENTE	TOTAL
G.I.G. - Gesto Investimento e Gestão, SGPS, S.A.	Oliveira de Frades	G.I.G.	-	75,00%	75,00%
Hidroavelar, Unipessoal Lda.	Oliveira de Frades	Hidroavelar	-	75,00%	75,00%
Sociedade Hidroeléctrica do Távora, Unipessoal Lda.	Oliveira de Frades	Hidroeléctrica do Távora	-	75,00%	75,00%
Sociedade Geotérmica da Bacia Lusitaniana, Unipessoal Lda.	Oliveira de Frades	Soc. Geotérmica da Bacia Lusitaniana	-	75,00%	75,00%
Gesto Itália, S.R.L.	Roma	Gesto Itália	-	75,00%	75,00%
Eviva Energy SGPS, S.A.	Oliveira de Frades	Enerpetra	-	100,00%	100,00%
Wind Farm Odrzechowa Sp. Zo.o	Gliwice	Wind Odrzechowa	-	100,00%	100,00%
Energia Wiatrowa Sp. Zo.o	Gliwice	Energia Wiatrowa	-	100,00%	100,00%
Eviva Gizalki Sp. Zo.o	Miastko	Eviva Gizalki	-	60,00%	60,00%
Wind Farm Bukowsko Sp. Zo.o	Gliwice	Wind Farm Bukowsko	-	100,00%	100,00%
Wind Farm Markowa Sp. Zo.o	Gliwice	Wind Farm Markowa	-	100,00%	100,00%
Wind Farm Lada Sp. Zo.o	Gliwice	Wind Farm Lada	-	100,00%	100,00%
Wind Farm Jawornik Sp. Zo.o	Gliwice	Wind Farm Jawornik	-	100,00%	100,00%
Wind Farm Piersno Sp. Zo.o	Gliwice	Wind Farm Piersno	-	100,00%	100,00%
Martifer Renewables Brazil B.V.	Amesterdão	Renewables Holanda	-	100,00%	100,00%
Vesto EAD	Varna	Vesto	-	100,00%	100,00%
DVP1 Limited	Varna	DVP1	-	100,00%	100,00%
DVP2 Limited	Varna	DVP2	-	100,00%	100,00%
Martifer Renewables Investments ETVE, S.A.	Madrid	Eurocab 21	-	100,00%	100,00%
Martifer Renewables Italy B.V.	Amesterdão	Renewables Italy Holanda	-	100,00%	100,00%
Prio Agriculture, B.V.	Delft	Prio Holanda	-	100,00%	100,00%
Porthold Project Development BV	Amesterdão	Porthold	-	100,00%	100,00%

[1)] A consolidação destas empresas pelo método integral justifica-se na medida em que o Grupo detém participações em escada com controlo a cada nível.

EMPRESAS CONSOLIDADAS PELO MÉTODO PROPORCIONAL

As empresas consolidadas pelo método proporcional, suas sedes sociais e proporção do capital detido, são como se segue:

			PERCENTAGE OF SHARE CAPITAL HELD		
COMPANY	HEAD OFFICE	DESIGNATION	DIRECTLY	INDIRECTLY	TOTAL
Gebox, S.A.	Ílhavo	Gebox	-	50,00%	50,00%
Promoquatro – Investimentos Imobiliários, Lda.	Oliveira de Frades	Promoquatro	-	50,00%	50,00%
WPT – Wind Power Transmission, S.A.	Oliveira de Frades	WPT 1)	-	33,33%	33,33%
Ventinveste, S.A.	Lisboa	Ventinveste SA 2)	5,00%	41,60%	46,60%
Ventinveste Eólica, SGPS, S.A.	Lisboa	Ventinveste Eólica 2)	-	46,60%	46,60%
Parque Eólico de Torrinheiras, S.A.	Lisboa	PE Torrinheiras 2)	-	46,60%	46,60%
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	Lisboa	PE Douro Sul 2)	-	46,60%	46,60%
Parque Eólico do Pinhal do Oeste, S.A.	Lisboa	PE Pinhal do Oeste 2)	-	46,60%	46,60%
Parque Eólico de Vale Grande, S.A.	Lisboa	PE Vale Grande 2)	-	46,60%	46,60%
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	Lisboa	PE Vale do Chão 2)	-	46,60%	46,60%
Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A.	Lisboa	PE Cabeço Norte 2)	-	46,60%	46,60%
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	Lisboa	PE Serra do Oeste 2)	-	46,60%	46,60%
Parque Eólico do Planalto, S.A.	Lisboa	PE Planalto 2)	-	46,60%	46,60%
Eviva Dunowo, Sp. Z o.o.	Gliwice	Eviva Dunowo	-	50,00%	50,00%
SPEE 3 – Parque Eólico do Baião, S.A.	Lisboa	SPEE 3	-	50,00%	50,00%
SPEE 2 – Parque Eólico de Vila Franca de Xira, S.A.	Oliveira de Frades	SPEE 2	-	50,00%	50,00%
Macquarie Capital Wind Fund Pty Limited	Sidney	Macquarie	-	50,00%	50,00%
Silverton Wind Farm Holding	Sidney	Silverton 1)	-	25,00%	25,00%
REpower Portugal – Sistemas Eólicos, S.A.	Oliveira de Frades	Repower Portugal	-	50,00%	50,00%
Ventipower, S.A.	Oliveira de Frades	Ventipower 2)	-	46,60%	46,60%
Martifer – Hirschfeld Energy Systems LLC	San Angelo TX	Martifer Energy Systems USA	-	50,00%	50,00%
M City Bialystok Sp. Zo.o	Gliwice	M City Bialystok	-	50,00%	50,00%
M City Radom Sp. Zo.o	Gliwice	M City Radom	-	50,00%	50,00%
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	Oliveira de Frades	PE Penha da Gardunha	-	50,00%	50,00%

1) A consolidação destas empresas pelo método proporcional justifica-se na medida em que o Grupo detém controlo conjunto sobre as empresas que detêm estas participações, as quais têm depois controlo ou controlo partilhado sobre a empresa participada.
2) A consolidação destas empresas pelo método proporcional justifica-se pela existência de acordos parassociais que determinam o controlo partilhado das mesmas.

EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO PELO MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As empresas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, suas sedes sociais e proporção do capital detido, são como se segue:

COMPANY	HEAD OFFICE	DESIGNATION	PERCENTAGE OF SHARE CAPITAL HELD		
			DIRECTLY	INDIRECTLY	TOTAL
Proempar	Porto	Proempar	-	24,00%	24,00%
Parque Tecnológico do Tâmega	Felgueiras	PTT	-	19,40%	19,40%
Liszki Green Park, Sp. Zo.o	Gliwice	Liszki Green Park	-	45,00%	45,00%
Parque Solar Seseña I, S.L.	Madrid	Seseña I	-	37,48%	37,48%
Prio Foods SGPS, S.A.	Oliveira de Frades	Prio SGPS	49,00%	-	49,00%
Prio Foods, S.A.	Oliveira de Frades	Prio Foods	-	49,00%	49,00%
Prio Agricultura, S.A.	Maputo	Prio Agricultura Moçambique	-	49,00%	49,00%
Prio Agricultura, S.R.L.	Bucareste	Prio Agricultura Roménia	-	49,00%	49,00%
Prio Agromart S.R.L.	Bucareste	Prio Agromart	-	49,00%	49,00%
Prio Balta S.R.L.	Bucareste	Prio Balta	-	49,00%	49,00%
Prio Facaieni S.R.L.	Bucareste	Prio Facaieni	-	49,00%	49,00%
Prio Ialomita S.R.L.	Bucareste	Prio Ialomita	-	49,00%	49,00%
Prio Rapita S.R.L.	Bucareste	Prio Rapita	-	49,00%	49,00%
Prio Terra Agricola S.R.L.	Bucareste	Prio Terra Agricola	-	49,00%	49,00%
Prio Turism Rural S.R.L	Bucareste	Prio Turism Rural	-	49,00%	49,00%
Agromec Balaciu, S.A.	Bucareste	Agromec Balaciu	-	42,60%	42,60%
Miharox S.R.L.	Bucareste	Miharox	-	40,47%	40,47%
Zimbrul, S.A.	Bucareste	Zimbrul	-	49,00%	49,00%
Agrozootehnica Facaeni, S.A.	Bucareste	Agrozootehnica	-	48,98%	48,98%
Prio Agrotrans S.R.L.	Bucareste	Prio Agrotrans	-	49,00%	49,00%
Prio Agricultura e Extracção Ltda.	S. Luís do Maranhão	Prio Agricultura e Extracção	-	49,00%	49,00%
Prio Extractie S.R.L.	Bucareste	Prio Extractie	-	49,00%	49,00%
Prio Agro Industries, Sp. Z o.o.	Gliwice	Prio Polónia	-	49,00%	49,00%
Prio Biocombustibil S.R.L.	Bucharest	Prio Biocombustibil	-	49,00%	49,00%
Prio Energy SGPS, S.A.	Oliveira de Frades	Prio Energy SGPS	-	49,00%	49,00%
Prio Biocombustíveis, S.A.	Oliveira de Frades	Prio Biocombustíveis	-	49,00%	49,00%
Prio Energy, S.A.	Oliveira de Frades	Prio Energy	-	49,00%	49,00%
Mondefin, S.A.	Coimbra	Mondefin	-	49,00%	49,00%
Veiga & Seabra, S.A.	Aguada de Baixo	Veiga & Seabra	-	49,00%	49,00%
Prio Parque de Tanques de Aveiro, S.A.	Oliveira de Frades	Prio Tanques	-	49,00%	49,00%

Durante os exercícios de 2010 e de 2009, as alterações ocorridas no perímetro de consolidação foram como segue:

CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS:

Em 2010:

Martifer Gestiune Si Servicii, S.R.L. (Martifer Inovação Roménia)
MTS6 S.R.L. (MTS6)
Ginosa Solar Farm S.R.L. (Ginosa Solar Farm)
Solar Spritehood S.R.L. (Solar Spritehood)
Martifer - Construções Metálicas, Ltda (Martifer Brasil)
Martifer Solar SGPS, S.A. (Martifer Solar SGPS)
MT Silverado Fund LLC (Silverado)
Home Energy France S.A.S. (Home Energy França)
MPrime Solar Solutions, S.A. (MPrime)
Martifer Solar Canadá, Ltd. (Martifer Solar Canadá)
Eólica Faisa I, Ltda (Faisa I)
Eólica Faisa II, Ltda (Faisa II)
Eólica Faisa III, Ltda (Faisa III)
Eólica Faisa IV, Ltda (Faisa IV)
Eólica Faisa V, Ltda (Faisa V)
Eólica Icaraí, Ltda. (Icaraí)
Martifer Renewables Italy BV (Renewables Italy Holanda)
Martifer Constructions, S.A.S. (Martifer França)
Martifer Solar SK s.r.o. (Martifer Solar Eslováquia)
Canopy – Apollo S.A.S. (Canopy)

Parque Solar Segovia, S.L. (Segovia)
Parque Solar Quintanar, S.L. (Quintanar)
Parque Solar Seseña III, S.L. (Seseña III)
Inovsun, Lda. (Inovsun)
Prio Parque de Tanques de Aveiro, S.A. (Prio Tanques)

Em 2009:

Martifer Solar S.A.S. (Martifer Solar França)
Parque Solar Seseña I, S.L. (Seseña I)
Parque Solar Seseña II, S.L. (Seseña II)
MTS1 S.R.L. (MTS1)
MTS2 S.R.L. (MTS2)
MTS3 S.R.L. (MTS3)
MTS4 S.R.L. (MTS4)
MTS5 S.R.L. (MTS5)
Martifer Recycling, S.R.L. (Martifer Recycling Roménia)
Martifer Wind Energy Systems LLC (Martifer Wind USA)
Martifer Energy Systems, PTY (Martifer Energia África do Sul)
MT Construction Maroc, S.A.R.L. (Martifer Marrocos)
Martifer Solar CZ (Martifer Solar República Checa)
Martifer Renewables II Microprodução, S.A. (Martifer Renewables II Microprodução)
G.I.G. - Gesto Investimento e Gestão, SGPS, S.A. (G.I.G.)
Hidroavelar, Unipessoal Lda. (Hidroavelar)
Sociedade Hidroeléctrica do Távora, Unipessoal Lda. (Soc. Hidroeléctrica do Távora)
Sociedade Geotérmica da Bacia Lusitaniana, Unipessoal Lda. (Soc. Geotérmica da Bacia Lusitaniana)
Gesto Itália, S.R.L. (Gesto Itália)
Wind Hidro Sun Energy Services, Lda. (WHS Energy Services)
Martifer Renewables Brasil Participações LTDA (Martifer Renewables Brasil)
Prio Advanced Fuels SGPS, S.A. (Prio AF SGPS)
Martifer Solar Investments, B.V. (Martifer Solar Holanda)
Martifer Aluminium UK Limited (Martifer Aluminium Reino Unido)

AQUISIÇÃO DE EMPRESAS:

Em 2010:

Gargano Solar Park, SRL (Gargano Solar Park)
MTSK1 s.r.o. (MTSK1))
Porthold Project Development BV (Porthold)

Em 2009:

Miharox, S.R.L. (Miharox)
Premium Management Consulting, S.R.L. (Premium Management)
Ground Investment Corp, S.R.L. (Ground Investment)
Parque Eólico Penha da Gardunha, S.A. (PE Penha da Gardunha)
Prio Agrotrans S.R.L. (Prio Agrotrans)
RDS Farmers Seeds B.V. (Renewables Holanda)
M City Bialystok Sp. Zo.o (M City Bialystok)

ALIENAÇÃO DE EMPRESAS:

Em 2010:

Wind Hidro Sun Energy Services, Lda. (WHS Energy Services)
Ground Investment Corp, S.R.L. (Ground Investment)
Nova Eco LLC (Nova Eco LLC)
Eviva Redecin Sp. Z o.o. (Eviva Redecin)
Eviva Rumsko Sp. Z o.o. (Eviva Rumsko)
Windpark Bippen GmbH & Co. KG (Bippen KG)
Windpark Holleben GmbH & Co. KG (Holleben KG)
Pro Wind LLC (Pro Wind)
Eviva Zebowo SP (Eviva Zebowo)
Eviva Gac SP (Eviva Gac)
Eviva Drzezewo SP (Eviva Drzezewo)
Clean Energy Solutions (Clean Energy Solutions)
Total Natural SRL (Total Natural)
Eviva S.R.O. (Eviva Eslováquia)

Em 2009:

Martifer Retail & Warehousing, SRL (Martifer Retail, SRL)
RPW Investments SGPS SA (RPW Investments)
Martifer Enerq – Sistemas de Energias Renováveis, S.A. (Martifer Enerq)
Martifer CZ, SRO (Martifer CZ)

ALTERAÇÃO DO MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO:

Em 2010:

Parque Solar Seseña I, S.L. (Seseña I) – from full consolidation method to equity method due to the changes in the percentage held by the Group
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda. (PE Penha da Gardunha) – from full to proportionate consolidation method resulting from changes in the percentage of control that became joint
Prio SGPS, S.A. (Prio SGPS)1)
Prio Foods, S.A. (Prio Foods)1)
Prio Agricultura, S.A. (Prio Agricultura Moçambique)1)
Prio Agricultura, S.R.L. (Prio Agricultura Roménia)1)
Prio Agromart S.R.L. (Prio Agromart)1)
Prio Balta S.R.L. (Prio Balta)1)
Prio Facaieni S.R.L. (Prio Facaieni)1)
Prio Ialomita S.R.L. (Prio Ialomita)1)
Prio Rapita S.R.L. (Prio Rapita)1)
Prio Terra Agricola S.R.L. (Prio Terra Agricola)1)
Prio Turism Rural S.R.L. (Prio Turism Rural)1)
Agromec Balaciu (Agromec Balaciu)1)
Miharox S.R.L. (Miharox)1)
Zimbrul, S.A. (Zimbrul)1)
Agrozootehnica, S.A. (Agrozootehnica)1)
Prio Agrotrans S.R.L. (Prio Agrotrans)1)
Prio Agricultura e Extracção LTDA (Prio Agricultura e Extracção)1)
Prio Extractie S.R.L. (Prio Extractie)1)
Prio Agro Industries, Sp. Z o.o. (Prio Polónia)1)

Prio Biocombustibil S.R.L. (Prio Biocombustibil)1)
Prio Advanced Fuels SGPS, S.A. (Prio AF SGPS)1)
Prio Biocombustíveis, S.A. (Prio Biocombustíveis)1)
Prio Energy, S.A. (Prio Energy)1)
Mondefin (Mondefin)1)
Veiga & Seabra, S.A. (Veiga & Seabra)1)

[1)] Estas empresas alteraram o método de consolidação de integral para equivalência patrimonial em virtude da alteração na percentagem de participação detida pelo Grupo acompanhada pela perda de controlo económico nestas participadas.

Em 2009:

REpower Portugal – Sistemas Eólicos, S.A. (REpower Portugal) – de integral para proporcional em virtude da alteração do controlo sobre a participada que passou a ser conjunto
Ventipower, S.A. (Ventipower) – de integral para proporcional em virtude da alteração do controlo sobre a participada que passou a ser conjunto
Martifer – Hirschfeld Energy Systems LLC (Martifer Energy Systems USA) – de integral para proporcional em virtude da alteração na percentagem de participação detida pelo Grupo na participada
Nova Eco LLC (Nova Eco LLC) – de integral para equivalência patrimonial em virtude da perda de controlo sobre a participada
Global Façade Systems Company Limited (Global Façade Systems) – de equivalência patrimonial para integral em virtude da alteração na percentagem de participação detida pelo Grupo na participada
M City Radom Sp. Zo.o (M City Radom) – de integral para proporcional em virtude da alteração na percentagem de participação detida pelo Grupo na participada
Liszki Green Park, Sp. Zo.o (Liszki Green Park) - de integral para equivalência patrimonial em virtude da alteração na percentagem de participação detida pelo Grupo na participada

3. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e prestações de serviços para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 têm a seguinte composição:

	ANO 2010	ANO 2009
Vendas de mercadorias	116.918.673	154.791.396
Vendas de produtos	271.698.084	275.372.102
Prestações de serviços	198.609.081	82.542.160
	587.225.838	**512.705.658**

4. SEGMENTOS DE NEGÓCIO

O Grupo serve-se da sua organização interna para efeitos de gestão como base para o seu reporte da informação por segmentos primários.
O Grupo está organizado em duas áreas de negócio principais – Construção Metálica e Energias Renováveis, as quais são coordenadas e apoiadas pela Martifer SGPS. A área de negócio 'Construção Metálica' inclui as actividades de construção de estruturas metálicas, fachadas em alumínio e soluções em aço inox. A área de negócio 'Energias Renováveis' inclui os segmentos 'Equipamentos para Energia', 'Solar' e 'RE Developer'. O segmento 'Equipamentos para Energia' inclui a divisão de Energia Eólica que se dedica ao fabrico de componentes bem como à construção de parques eólicos chave na mão, a divisão de Engenharia responsável pela gestão e construção de projectos em regime de chave na mão de unidades industriais de elevada incorporação tecnológica e a divisão Naval que inclui a reparação e construção naval. O segmento 'Solar' abrange a produção de equipamentos para energia solar, bem como a promoção, licenciamento, operação e manutenção de parques solares. O segmento 'RE Developer' (anteriormente designado de 'Geração Eléctrica') inclui as actividades de produção, comercialização e distribuição de energia eléctrica de fontes renováveis. Os valores relativos à Martifer SGPS, à Martifer Inovação e Gestão, S.A. (MIG) e à Martifer Gestiune Si Servicii, S.R.L. (MIG RO) estão incluídos na linha 'Holding e MIG's'.
Como resultado da adopção da IFRS 8 – Relato por Segmentos não houve, para além da redenominação de alguns segmentos, alteração dos segmentos relatáveis do Grupo dado que o mesmo já era efectuado de acordo com a informação utilizada pela Gestão na análise dos negócios do Grupo. Adicionalmente, as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados na preparação da informação por segmentos foram os mesmos das demonstrações financeiras anexas (Nota 1).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as vendas e prestações de serviços por segmentos primários podem ser analisadas como se segue:

	VENDAS PARA CLIENTES EXTERNOS		VENDAS INTERSEGMENTOS		TOTAL	
	ANO 2010	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2009
Holding e MIG's	2.472.412	720.294	9.573.411	11.022.444	12.045.823	11.742.738
Construção Metálica	285.044.275	283.168.931	102.387.681	174.566.855	387.431.956	457.735.786
Equipamentos para Energia	62.628.458	83.818.060	14.123.425	71.152.460	76.751.883	154.970.520
Solar	213.380.354	123.850.672	97.385.192	64.357.939	310.765.546	188.208.611
RE Developer	23.700.339	21.147.701	8.765.679	678.148	32.466.018	21.825.849
	587.225.838	**512.705.658**	**232.235.388**	**321.777.846**	**819.461.226**	**834.483.504**
Eliminações intersegmentos					(216.124.938)	(232.831.434)
Trabalhos para a própria empresa (Nota 5)					(16.110.450)	(88.946.413)
Total das vendas e das prestações de serviços para clientes externos					**587.225.838**	**512.705.658**

Com excepção do segmento Equipamentos para Energia, todas as restantes áreas de negócio registam, no exercício de 2010, variações positivas nas vendas e prestações de serviços para clientes externos. No segmento Construção Metálica este crescimento ficou a dever-se ao início de diversos projectos importantes e a uma ligeira tendência de subida dos preços do alumínio e aço no mercado internacional, apesar de se verificar um adiamento pontual no arranque de algumas obras mais complexas, devido a indefinições técnicas e de projecto.
No segmento Solar a variação ocorrida respeita, essencialmente, à crescente actividade no sector fotovoltaico, particularmente em alguns países da Europa, como a Itália e Espanha e também em Cabo Verde.
No segmento RE Developer, o crescimento das vendas e prestações de serviços face ao período homólogo é explicado pelo aumento do número de MWs em operação, uma vez que alguns parques iniciaram as suas operações em meados de 2009.
A redução ocorrida na área de negócio dos Equipamentos para Energia é justificada pelo abrandamento económico e pelas condições adversas do mercado financeiro, bem como pela incerteza legislativa devido aos cortes orçamentais dos diversos governos, que levaram a uma quebra da procura de sistemas e equipamentos eólicos e também a uma redução dos projectos chave-na-mão por toda a Europa.
Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os resultados operacionais antes (EBITDA) e depois de amortizações e provisões e perdas de imparidade (EBIT) e o resultado líquido do exercício (RLE) por segmentos primários podem ser analisados como se segue:

	EBITDA		EBIT		RLE	
	ANO 2010	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2009
Holding e MIG's	2.276.620	1.601.301	(630.076)	94.680	10.275.320	160.663.691
Construção Metálica	21.552.082	37.077.728	10.774.091	27.021.303	405.782	8.140.298
Equipamentos para Energia	(4.894.189)	11.233.333	(10.697.165)	4.344.651	(13.229.646)	107.444
Solar	22.168.080	12.498.970	18.086.772	9.321.256	10.404.086	4.827.853
RE Developer	17.863.392	4.349.922	(38.501.124)	(49.946.026)	(60.239.807)	(56.689.514)
	58.965.985	66.761.255	(20.967.502)	(9.164.137)	(52.384.265)	117.049.770

As perdas e os ganhos em empresas associadas, o valor de balanço dos investimentos financeiros em associadas, bem como a constituição e reversão de provisões e perdas de imparidade por segmentos primários são como se segue:

	PERDAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS		GANHOS EM EMPRESAS ASSOCIADAS		VALOR DE BALANÇO DOS INVESTIMENTOS REGISTADOS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE REGISTADAS NO EXERCÍCIO		REVERSÕES DE PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE REGISTADAS NO EXERCÍCIO	
	ANO 2010	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2009
Holding e MIG's	4.957.673	-	1.110.974	81.773	6.495.894	88.501	904.654	-	19	-
Construção Metálica	-	206.609	-	-	-	-	3.934.440	3.659.389	1.298.978	1.636.295
Equipamentos para Energia	-	-	-	-	-	-	1.717.808	2.581.787	294.134	63.505
Solar	-	-	-	-	5.458.396	-	1.768.487	1.270.171	-	-
RE Developer	1.237	12.756	-	-	-	1.968	45.539.133	44.477.413	-	-
	4.958.910	219.365	1.110.974	81.773	11.954.290	90.469	53.864.522	51.988.760	1.593.131	1.699.800

O activo líquido total e o passivo do Grupo por segmentos primários podem ser analisados como se segue:

	ACTIVO		PASSIVO	
	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009
Holding e MIG's	565.221.974	513.303.855	151.012.332	39.431.016
Construção Metálica	627.724.431	570.861.886	518.309.746	472.359.926
Equipamentos para Energia	199.871.028	229.272.498	174.915.822	204.009.976
Solar	330.818.853	151.620.064	261.226.190	138.573.011
RE Developer	782.082.162	982.432.226	768.366.884	860.154.458
Agricultura & Biocombustíveis	-	596.874.676	-	590.788.986
Eliminações intragrupo	(1.379.667.102)	(1.621.667.542)	(1.088.027.623)	(1.320.647.738)
	1.126.051.346	**1.422.697.663**	**785.803.351**	**984.669.634**
Atribuível à unidade operacional detida para venda	**-**	**361.190.780**	**-**	**250.279.627**

O investimento (aquisições de activos fixos tangíveis e intangíveis) e as amortizações do Grupo por segmentos primários são como se segue:

	INVESTIMENTO		AMORTIZAÇÕES	
	ANO 2010	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2009
Holding e MIG's	294.481	3.122.791	2.002.041	1.506.621
Construção Metálica	5.497.073	13.093.265	6.843.551	6.397.037
Equipamentos para Energia	6.530.212	12.762.348	4.085.169	4.306.895
Solar	11.758.640	4.430.907	2.312.821	1.907.543
RE Developer	30.735.100	69.500.410	10.825.383	9.818.536
	54.815.506	**102.909.721**	**26.068.965**	**23.936.632**

O decréscimo verificado no investimento em activos intangíveis e tangíveis, face ao período homólogo, justifica-se na medida em que ficaram concluídos grande parte dos investimentos iniciados durante os exercícios de 2008 e 2009, com destaque para a implementação do ERP SAP, construção de parques eólicos no segmento RE Developer e das novas unidades fabris em Angola, no segmento da Construção Metálica.
O investimento registado no exercício de 2010 foi canalizado principalmente para a construção da nova fábrica de torres no Texas, EUA, no segmento de Equipamentos para Energia, para o desenvolvimento de parques eólicos no segmento RE Developer na Roménia, Polónia, Portugal e Brasil bem como para a conclusão das unidades fabris em Angola, no segmento da Construção Metálica.

As vendas e prestações de serviços para clientes externos, por segmentos geográficos, podem ser analisadas como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Península Ibérica	302.931.096	310.132.239
Europa Central	52.484.211	31.777.471
Outros Mercados	231.810.531	170.795.949
	587.225.838	**512.705.658**

Em 2010, das vendas e prestações de serviços realizadas na Península Ibérica, 24% foram efectuadas no mercado Espanhol (2009: 19%).

Os activos detidos e os investimentos efectuados por segmentos geográficos podem ser analisados como se segue:

	ACTIVO		INVESTIMENTO	
	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009	ANO 2010	ANO 2009
Península Ibérica	1.802.002.210	2.142.488.331	10.068.539	38.686.624
Europa Central	356.212.380	525.837.446	21.259.721	100.996.583
Outros Mercados	347.503.858	376.039.427	23.487.246	35.245.526
Eliminações intragrupo	(1.379.667.102)	(1.621.667.542)	-	-
	1.126.051.346	**1.422.697.663**	**54.815.506**	**174.928.733**
Atribuível à unidade operacional detida para venda	**-**	**361.190.780**	**-**	**72.019.011**
			54.815.506	**102.909.721**

5. OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Variação da produção	(1.208.616)	4.441.168
Trabalhos para a própria empresa	16.110.450	88.946.413
	14.901.834	**93.387.580**

A redução verificada na rubrica 'Trabalhos para a própria empresa' está relacionada com a finalização da construção das unidades fabris em Angola, no segmento de Construção Metálica, bem como dos parques eólicos no segmento de RE Developer.

6. CUSTO DAS MERCADORIAS E DOS SUBCONTRATOS

O custo das mercadorias e dos subcontratos dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisado como se segue:

	MERCADORIAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	TOTAL
Ano 2009			
Existências iniciais	29.837.056	38.924.957	68.762.013
Compras	18.193.518	213.860.756	232.054.274
Variações de perímetro, diferenças cambiais, transferências e outros	(4.758.661)	(1.767.531)	(6.526.192)
Existências finais	16.954.342	21.017.753	37.972.094
	26.317.572	**230.000.429**	**256.318.000**
Subcontratos			144.435.728
Custo das mercadorias e dos subcontratos			**400.753.728**
Ano 2010			
Existências iniciais	16.954.342	21.017.753	37.972.095
Compras	8.357.207	247.404.188	255.761.395
Variações de perímetro, diferenças cambiais, transferências e outros	(6.446.408)	(687.980)	(7.134.389)
Existências finais	10.824.027	35.051.566	45.875.592
	8.041.114	**232.682.395**	**240.723.509**
Subcontratos			142.792.905
Custo das mercadorias e dos subcontratos			**383.516.414**

7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 é a seguinte:

	ANO 2010	ANO 2009
Trabalhos especializados	30.239.857	37.861.571
Rendas e alugueres	16.820.952	15.344.894
Transportes de mercadorias	13.946.385	9.631.391
Honorários	7.865.977	14.700.830
Deslocações e estadas	6.378.779	5.895.708
Electricidade e combustíveis	6.004.251	4.740.000
Seguros	4.451.660	3.578.655
Conservação e reparação	3.944.135	4.109.692
Comunicação	1.920.288	1.570.324
Vigilância e segurança	1.716.167	1.855.738
Ferramentas e utensílios	1.388.690	1.199.458
Contencioso e notariado	1.322.073	446.424
Publicidade e propaganda	1.168.193	1.913.440
Comissões	1.108.177	6.151.897
Limpeza, higiene e conforto	1.052.638	1.058.817
Outros	7.801.772	7.649.517
Eliminações intragrupo	(22.357.369)	(36.744.574)
	84.772.625	80.963.783

8. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Remunerações	60.715.628	55.204.370
Encargos sociais:		
Pensões e outros benefícios concedidos	478.580	681.726
Outros	16.440.735	15.587.040
	77.634.943	**71.473.135**

A rubrica 'Pensões e outros benefícios concedidos' inclui os valores depositados nos respectivos exercícios no fundo gerido pela Companhia de Seguros Global, conforme descrito nas Notas 1 xx) e 37. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica 'Outros' inclui, essencialmente, os custos suportados com a Segurança Social, com os subsídios de refeição e de doença e com os seguros de acidentes de trabalho.

NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios de 2010 e 2009, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo pode ser analisado como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Administradores	17	56
Empregados	2.242	2.198
Assalariados	1.034	1.541
	3.293	3.795
Atribuível à unidade operacional detida para venda	-	615
	3.293	3.180
Portugueses	2.170	2.508
Portugueses no estrangeiro e estrangeiros	1.123	1.287
	3.293	3.795
Atribuível à unidade operacional detida para venda	-	615
	3.293	3.180

9. OUTROS RENDIMENTOS / (GASTOS) OPERACIONAIS

A variação ocorrida nesta rubrica está, essencialmente, influenciada pela cessação da capitalização de custos de parques eólicos e solares, no segmento RE Developer devido à sua conclusão e consequente entrada em funcionamento.
Esta rubrica inclui ainda a reversão de provisões e perdas de imparidade no valor de Euro 1.593.131 (2009: Euro 1.699.800).

10. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE

As provisões e as perdas de imparidade dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Perdas de imparidade em diferenças de consolidação (Nota 16)	20.371.745	24.332.520
Perdas de imparidade em investimentos financeiros	-	6.607.167
Perdas de imparidade em activos intangíveis (Nota 17)	4.851.537	9.694.648
Perdas de imparidade em activos fixos tangíveis (Nota 18)	12.518.916	4.951.625
Perdas de imparidade em clientes e outros devedores (nota 23)	3.790.278	2.517.358
Perdas de imparidade em inventários	-	1.200.885
Provisões (Nota 31)	12.332.046	2.684.557
	53.864.522	51.988.760

A área de negócio RE Developer reconheceu, durante o exercício de 2010, Euro 44.803.164 de perdas de imparidade não recorrentes na sequência da avaliação do seu portfólio de activos.
Todas as diferenças para os valores totais apresentados por segmento, na nota 4 acima, dizem essencialmente respeito a perdas de imparidade em clientes e outros devedores e a provisões para garantias de qualidade.

11. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como se segue:

RENDIMENTOS E GANHOS FINANCEIROS	ANO 2010	ANO 2009
Empréstimos e contas a receber (incluindo depósitos bancários)		
- Juros obtidos	4.941.294	2.669.772
Investimentos disponíveis para venda		
- Rendimentos de participação de capital	2.745.389	2.478.230
- Ganhos na alienação de investimentos	3.004.041	-
Investimentos detidos para venda		
- Ganhos na alienação de investimentos	13.062.857	160.885.470
Outros rendimentos e ganhos financeiros relativos a outros activos financeiros		
- Diferenças de câmbio favoráveis	16.118.003	10.320.286
- Descontos de pronto pagamento obtidos	152.886	794.603
- Outros rendimentos e ganhos financeiros	272.394	485.226
	40.296.864	177.633.588

GASTOS E PERDAS FINANCEIROS	ANO 2010	ANO 2009
Empréstimos e contas a pagar		
- Juros suportados em empréstimos bancários e operações de locação financeira	23.302.304	22.179.233
dos quais incluídos nos custos de aquisição de activos em construção	(240.654)	(795.439)
Outros gastos e perdas financeiros relativos a outros activos financeiros		
- Perdas na alienação de investimentos financeiros	15.231.922	-
- Perdas por imparidade em investimentos financeiros	-	-
Outros gastos e perdas financeiros relativos a outros passivos financeiros		
- Diferenças de câmbio desfavoráveis	13.866.171	17.809.655
- Descontos de pronto pagamento concedidos	50.767	13.502
- Outros gastos e perdas financeiros	5.139.652	4.152.135
	57.350.161	43.359.086

Os valores constantes da rubrica 'Rendimentos de participação de capital' referem-se, em ambos os exercícios, a dividendos da EDP – Energias de Portugal, S.A. recebidos pelo Grupo.
Os 'Ganhos na alienação de investimentos detidos para venda' respeitam, em 2010, à perda de controlo nas subsidiárias dos Grupos Prio Foods e Prio Energy. Em 2009, o montante de Euro 160.885.470 respeita à mais valia registada na venda da participação do Grupo no capital social da Repower Systems AG.
Os 'Ganhos / Perdas na alienação de investimentos disponíveis para venda' resultam da estratégia de rotação de activos no segmento RE Developer. As alienações da GreenVouga e dos parques eólicos na Polónia foram os que mais contribuíram para a mais valia registada ao passo que a menos valia se ficou, essencialmente, a dever à alienação dos parques eólicos na Alemanha e da subsidiária na Suécia.
As rubricas 'Diferenças de câmbio favoráveis / (desfavoráveis)' estão relacionadas com a ocorrência de variações cambiais, essencialmente, nas participadas do Grupo localizadas na Roménia, Polónia e Angola, sendo que a sua variação face ao período homólogo relaciona-se com as recentes valorizações das moedas locais face ao Euro, com especial enfoque para a apreciação do Kwanza (Angola) e do Zloty (Polónia), face ao Euro.
Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, para efeito de capitalização de encargos financeiros ao custo de aquisição de activos em construção foi utilizada uma taxa média de 2,31% e de 3,05%, respectivamente.

12. GANHOS / (PERDAS) EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Os ganhos e as perdas em empresas associadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Grupo Prio Foods	(4.957.673)	-
Grupo Prio Energy	1.110.974	-
Seseña I	(1.237)	-
Liszki Green Park	-	(206.609)
Power Blades	-	81.773
Green Vouga	-	(12.474)
WHS Energy Services	-	(282)
	(3.847.936)	(137.592)

13. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O detalhe dos activos e passivos geradores de impostos diferidos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisado da seguinte forma:

DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS DEDUTÍVEIS	ANO 2010	ANO 2009
Provisões não aceites fiscalmente	3.299.192	1.280.321
Prejuízos fiscais	23.096.595	17.912.197
Justo valor dos derivados	383.148	171.699
Benefícios fiscais	1.108.489	3.035.879
Outros	2.887.013	4.317.901
	30.774.437	26.717.997

DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS TRIBUTÁVEIS	ANO 2010	ANO 2009
Reavaliação de activos fixos tangíveis	22.940.358	32.057.905
Diferimento de tributação de mais valias	92.668	92.668
Justo valor dos derivados	9.297	-
Acréscimos de rendimentos não tributados	17.152.934	6.355.346
Outros	1.282.406	1.246.751
	41.477.663	**39.752.670**

Em 31 de Dezembro de 2010, os activos e passivos por impostos diferidos ascendiam a Euro 6.446.069 e Euro 10.334.013, respectivamente (2009: Euro 8.249.453 e Euro 9.859.456, respectivamente), sendo o efeito na demonstração dos resultados negativo de Euro 2.619.975 (2009: efeito negativo de Euro 276.363).
Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, face à legislação fiscal em vigor em Portugal no que concerne à tributação de dividendos, as diferenças temporárias relativas a resultados apropriados de subsidiárias, associadas e participadas para as quais não foram registados passivos por impostos diferidos não são materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.
A reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente pode ser analisada como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Imposto corrente	**7.895.555**	**7.646.638**
Impostos diferidos relativos ao reconhecimento de diferenças temporárias	(758.977)	213.380
Impostos diferidos relativos à reversão de diferenças temporárias	4.272.731	946.712
Efeito das alterações nas taxas de imposto	-	6.251
Registo de activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis	(893.779)	(889.980)
Imposto diferido	**2.619.975**	**276.363**
Imposto do exercício	10.515.530	7.923.001
Taxa de imposto efectiva	**-**	**6,3%**

Em 31 de Dezembro de 2010, a reconciliação entre a taxa normal e efectiva de imposto é como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Resultado antes de impostos	**(41.868.735)**	**124.972.771**
Imposto nominal sobre o rendimento (taxa nominal de 26,5%)	(11.095.215)	33.117.784
Resultados isentos de tributação:		
Alienação de investimentos financeiros	(57.326)	(42.448.407)
Gastos não dedutiveis para efeitos fiscais:		
Amortizações de reavaliações de activos fixos tangíveis	-	316.797
Imparidade de activos	12.091.824	12.586.794
Outros	-	470.547
Resultados em associadas em equivalência patrimonial	1.089.139	165.554
Utilização de benefícios fiscais	(1.878.325)	(2.119.859)
Prejuízos fiscais gerados no exercício para os quais não foi reconhecido imposto diferido activo	10.088.237	6.101.269
Reversão de activos por impostos diferidos no exercicio	3.019.238	1.748.827
Taxas de imposto diferenciadas	(2.421.032)	(1.695.414)
Outros ajustamentos	(321.010)	(320.892)
Imposto efectivo sobre o rendimento	**10.515.530**	**7.923.001**

A Martifer SGPS e as suas empresas participadas nacionais são tributadas individualmente e encontram-se sujeitas a impostos sobre lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC, à taxa normal de 25%, sendo a matéria colectável até €12.500,00 tributada à taxa de 12,5%. Sobre o lucro tributável das sociedades incide ainda derrama municipal, no máximo pode atingir a taxa de 1,5%, e, apenas sobre lucro tributável, de cada uma das sociedades, superior a €2.000.000,00, incide derrama estadual, com taxa de 2,5%. Para as empresas do Grupo localizadas em Oliveira de Frades, as mesmas beneficiam de uma redução de taxa de IRC para 15%, até ao limite de Euro 200.000 por empresa, durante um período de três exercícios, ao abrigo dos auxílios 'de minimis'
Estes auxílios concedidos ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1998/2006, da Comissão, de 15 de Dezembro, viram o seu limite aumentar para Euro 500.000 por empresa, durante um período de três exercícios, aplicável a todos os apoios concedidos desde 1 de Janeiro de 2009 até 31 de Dezembro de 2011, conforme disposto na Portaria n.º 184/2009, de 20 de Fevereiro de 2009 e na Portaria 70/2011, de 9 de Fevereiro de 2011. Adicionalmente, os resultados gerados em Espanha, na Polónia e na Roménia são tributados, respectivamente a 30%, 19% e 16%.
Mais se informa que o Estado Polaco atribuiu à Martifer Polska uma isenção fiscal de Impostos sobre lucros durante 19 anos. No entanto, uma vez que o benefício fiscal está directamente correlacionado com o valor dos lucros tributáveis futuros, não é possível quantificar o montante futuro de tal benefício, pelo que o mesmo não foi alvo de registo.
De acordo com a legislação nacional em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das Autoridades Fiscais por um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 31 de Dezembro de 2001, cinco anos após essa data) e, consequentemente, as declarações fiscais dos exercícios de 2007 a 2010 poderão ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração do Grupo entende que eventuais correcções, resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente, por parte das Autoridades Fiscais, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.
Conforme corroborado pelos nossos advogados, não existem activos ou passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis ou possíveis ou a liquidações adicionais recebidas das Autoridades Fiscais que devessem ser alvo de divulgação no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

14. DIVIDENDOS

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral de Accionistas que o resultado líquido negativo de Euro 70.836.537,86, registado no ano de 2010, seja transferido para Resultados Transitados.
Em 2010 foram distribuídos Euro 10.000.000 de dividendos, correspondentes à distribuição de um dividendo bruto por acção de 10 cêntimos.

15. RESULTADOS POR ACÇÃO

A Martifer SGPS emitiu apenas acções ordinárias, pelo que não existem, nomeadamente, direitos especiais de dividendo ou voto.
A Martifer tem apenas um tipo de potenciais acções ordinárias diluitivas: as opções sobre acções. Para efeitos de cálculo do resultado por acção diluído é necessário determinar se estas opções, independentemente de poderem ou não ser exercidas, têm efeito de diluição, o que ocorre quando o preço de exercício da opção é inferior ao preço de mercado das acções.
Na medida em que o preço médio de mercado das acções da Martifer, no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010, se situou no Euro 2,19, inferior ao preço de

exercício das opções (Euro 3,84), as mesmas consideram-se não diluitivas porque o seu exercício daria lugar a uma redução do número de acções ordinárias em circulação. Assim, em 31 de Dezembro de 2010 não existe dissemelhança entre o cálculo dos resultados por acção básicos e o cálculo dos resultados por acção diluídos. O capital social da Martifer SGPS SA é representado por 100.000.000 de acções ordinárias, totalmente subscritas e realizadas, representativas de um capital social de Euro 50.000.000. O número médio ponderado de acções em circulação encontra-se deduzido de 70.908 acções correspondente a um volume de acções próprias adquiridas pela Martifer SGPS, durante o exercício de 2010, de 553.841 acções.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o cálculo do resultado por acção básico e diluído pode ser demonstrado como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Resultado líquido do exercício (I)	(54.894.057)	107.705.244
Número médio ponderado de acções em circulação (II)	99.929.092	100.000.000
Resultado por acção básico e diluído (I) / (II)	(0.5493)	1.0771
das unidades operacionais em continuação	(0.5493)	1.1755
da unidade operacional detida para venda	-	(0.0985)

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a empresa procedeu ao pagamento de Euro 10.000.000 de dividendos.

16. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

A informação relevante sobre as aquisições efectuadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, pode ser resumida como se segue:

EMPRESA ADQUIRIDA	ACTIVIDADE	DATA DE AQUISIÇÃO	% DE PARTICIPAÇÃO ADQUIRIDA	CUSTO DE AQUISIÇÃO
Energia Wiatrowa	Geração de energia eléctrica	Janeiro 10	-	1.390.055
Ventinveste, S.A.	Sociedade gestora de participações sociais	Fevereiro 10	5%	462.500
Gargano Solar Park	Produção, distribuição e venda de energia	Abril 10	100%	56.320
Porthold Project Development BV	Sociedade gestora de participações sociais	Outubro 10	100%	2.500
				1.911.375

As aquisições acima referidas foram contabilizadas de acordo com o método da compra e tiveram, maioritariamente, como contrapartida da sua aquisição numerário.
As diferenças de consolidação apuradas nas aquisições acima referidas, foram alocadas na sua totalidade a 'Diferenças de consolidação', por ainda não se encontrar concluído o processo de imputação de justo valor.
Como resultado das aquisições acima referidas, o Grupo não decidiu abandonar/alienar qualquer das operações desenvolvidas pelas empresas adquiridas.

O detalhe do exercício de imputação de justo valor aos activos e passivos adquiridos pode ser resumido como se segue:

	VALOR DE BALANÇO DOS ACTIVOS E PASSIVOS ADQUIRIDOS ANTES DA AQUISIÇÃO	AJUSTAMENTOS DE JUSTO VALOR	JUSTO VALOR
Activos líquidos adquiridos:			
Activos fixos tangíveis	324.240	-	324.240
Activos intangíveis	209.167	-	209.167
Inventários	-	-	-
Clientes e outros devedores	12.760	-	12.760
Caixa e seus equivalentes	12.216	-	12.216
Empréstimos bancários	(556.008)	-	(556.008)
Fornecedores e credores diversos	(18.423)	-	(18.423)
Outros	(539)	-	(539)
	(16.586)	-	**(16.586)**
Diferenças de consolidação geradas nas aquisições			1.927.961
Total do custo de aquisição			1.911.375
Valor de aquisição a liquidar em espécie			-
Total dos custos de aquisição liquidados em numerário			**1.911.375**
Fluxos de caixa resultantes das aquisições:			
- Montante de caixa e seus equivalentes pago			1.911.375
- Montante de caixa e seus equivalentes nas empresas adquiridas			(12.216)
			1.899.159

O contributo das empresas adquiridas para os proveitos operacionais e para o resultado líquido consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, entre a data da sua aquisição e 31 de Dezembro é imaterial. De igual forma, o efeito da consolidação de tais empresas desde 1 de Janeiro de 2010, ao nível do resultado líquido e de proveitos operacionais é imaterial e por esse motivo não é divulgado.
Em virtude de as aquisições de empresas ocorridas entre 31 de Dezembro de 2010 e a data de aprovação destas demonstrações financeiras serem imateriais, o Conselho de Administração do Grupo não procedeu à divulgação de informação sobre as mesmas.

O movimento ocorrido na rubrica de 'Diferenças de consolidação' nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como se segue:

	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009
Valor bruto		
Saldo inicial	67.513.979	57.736.208
Aquisições de subsidiárias	1.927.961	8.978.238
Reduções resultantes do processo de imputação de justo valor		
- SPEE 2	-	(1.300.000)
- Ventania	-	(596.193)
Alterações resultantes da perda de controlo nas subsidiárias:		
- Parque Eólico Penha da Gardunha	(1.698.870)	-
Alienação de subsidiárias	(7.255.986)	(981.156)
Actualização cambial	2.293.143	3.693.784
Outros	(154.280)	(16.901)
Saldo final	**62.625.947**	**67.513.979**
Perdas de imparidade acumuladas		
Saldo inicial	27.018.396	2.685.876
Perdas de imparidade do exercício (Nota 10)	20.371.745	24.332.520
Alienação de subsidiárias	(5.453.619)	-
Saldo final	**41.936.522**	**27.018.396**
Valor líquido no início do exercício	**40.495.583**	**67.995.855**
Valor líquido no final do exercício	**20.689.425**	**40.495.583**

O detalhe das 'Diferenças de consolidação', com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, pode ser analisado como se segue:

	31 DEZEMBRO 2010			2009
	VALOR BRUTO	IMPARIDADES ACUMULADAS	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Martifer Construções	5.448.792	-	5.448.792	5.448.792
Sassall Glass & Joinery	4.837.691	-	4.837.691	3.969.760
Martifer Metallic Constructions	4.127.466	-	4.127.466	4.127.466
Parque Eólico Penha da Gardunha	1.974.515	-	1.974.515	3.673.386
Navalria	1.618.675	-	1.618.675	1.618.675
Martifer Solar	1.493.776	-	1.493.776	1.493.776
Ventinveste	473.525	-	473.525	-
Martifer Solar USA	371.328	-	371.328	344.418
Sassall Aluminium	187.940	-	187.940	154.221
Martifer Solar Hellas	72.205	-	72.205	72.205
Gargano Solar Park	50.002	-	50.002	-
Porthold	14.379	-	14.379	-
MGI	8.373	-	8.373	8.373
Martifer GmbH	6.026	-	6.026	6.026
M City Bialystok	4.733	-	4.733	4.733
Macquarie	16.850.087	(16.850.087)	-	6.246.877
Eviva Energy SR.L.	9.368.124	(9.368.124)	-	-
Eviva S.A.	7.329.313	(7.329.313)	-	7.329.313
Energia Wiatrowa	3.247.753	(3.247.753)	-	1.857.699
Solar Parks	2.685.876	(2.685.876)	-	-
Bukowsko	796.974	(796.974)	-	796.974
Eviva Gizalki	602.432	(602.432)	-	602.432
IWP	574.545	(574.545)	-	574.545
Silverton	249.875	(249.875)	-	-
Premium Management	199.060	(199.060)	-	200.267
Vesto	17.895	(17.895)	-	-
Martifer Renewables Brazil	6.000	(6.000)	-	6.000
Eviva GmbH	5.587	(5.587)	-	-
Eviva Bippen	3.000	(3.000)	-	3.000
Eviva Rumsko	-	-	-	637.197
Eviva Drzezewo	-	-	-	634.959
Eviva Redecin	-	-	-	232.945
Home Energy II	-	-	-	154.280
Eviva Gac	-	-	-	148.633
Eviva Zebowo	-	-	-	148.633
	62.625.947	**(41.936.522)**	**20.689.425**	**40.495.583**

O processo de apuramento do justo valor dos activos e passivos obtidos nas aquisições, bem como o apuramento definitivo do valor das diferenças de consolidação, foi realizado com base nas demonstrações financeiras das empresas adquiridas à data da respectiva aquisição.

O Grupo tem por procedimento efectuar testes anuais de imparidade às diferenças de consolidação, tal como definido na secção 'Principais critérios valorimétricos'. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, foram registadas perdas de imparidade relativas às diferenças de consolidação no valor de Euro 20.371.745, no segmento de RE Delevoper. Estas perdas de imparidade estão registadas na linha "Provisões e perdas de imparidade" da Demonstração dos Resultados.
Para efeitos da análise de imparidade, as diferenças de consolidação foram distribuidas pelas unidades geradoras de caixa que se espera que beneficiem das sinergias da concentração de actividades empresariais, dentro de cada segmento operacional. A quantia recuperável de cada uma das unidades geradoras de caixa foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base business plans desenvolvidos pelos responsáveis das empresas e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo e utilizando taxas de desconto que variam de acordo com os riscos inerentes aos diversos negócios.
Em 31 de Dezembro de 2010, os métodos e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, para os principais valores de diferenças de consolidação registadas por cada um dos segmentos nas demonstrações financeiras anexas foram como se segue:

1. CONSTRUÇÃO METÁLICA

	MARTIFER CONSTRUÇÕES	MARTIFER METALLIC CONSTRUCTIONS	SASSAL ALUMINIUM
Diferenças de consolidação	5.448.792	4.127.466	5.025.631
Período utilizado	projecções de *cash flow* para 5 anos	projecções de *cash flow* para 5 anos	projecções de *cash flow* para 5 anos
Taxas de crescimento (g) [1]	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de desconto utilizada [2]	9,27%	9,27%	10,34%

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais das unidades geradoras de caixa deste segmento, descontados à taxa considerada aplicável a cada negócio, concluiu que, em 31 de Dezembro de 2010, o valor contabilístico dos activos líquidos, incluindo as diferenças de consolidação, não excede o seu valor recuperável.
As projecções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas de imparidade.

2. EQUIPAMENTOS PARA ENERGIA

	NAVALRIA
Diferenças de consolidação	1.618.675
Período utilizado	projecções de *cash flow* para 5 anos
Taxas de crescimento (g) [1]	0,00%
Taxa de desconto utilizada [2]	10,24%

1 Taxa de crescimento usada para extrapolar os cash flows para além do período considerado no business plan
2 Taxa de desconto aplicada aos cash flows projectados

As projecções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e tiveram em conta as expectativas de desenvolvimento do negócio. O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais descontados à taxa considerada aplicável a cada negócio, concluiu que, o valor contabilístico dos activos líquidos, incluindo as respectivas diferenças de consolidação, não excede o seu valor recuperável. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas de imparidade.

3. SOLAR

	MARTIFER SOLAR	MARTIFER SOLAR USA
Diferenças de consolidação	1.493.776	371.328
Período utilizado	projecções de *cash flow* para 5 anos	projecções de *cash flow* para 5 anos
Taxas de crescimento (g) 1	1.00%	1.00%
Taxa de desconto utilizada 2	9,84%	9,86%

1 Taxa de crescimento usada para extrapolar os cash flows para além do período considerado no business plan
2 Taxa de desconto aplicada aos cash flows projectados

As projecções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e tiveram em conta as expectativas de desenvolvimento do negócio. O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais descontados à taxa considerada aplicável a cada negócio, concluiu que, o valor contabilístico dos activos líquidos, incluindo as respectivas diferenças de consolidação, não excede o seu valor recuperável. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas de imparidade, para além da perda já registada.

4. RE DEVELOPER

Durante o exercício de 2010, as variações ocorridas nas Diferenças de Consolidação deste segmento são como se segue:

	2009	AUMENTOS / (DIMINUIÇÕES)	ACTUALIZAÇÃO CAMBIAL	IMPARIDADE	2010
Parque Eólico Penha da Gardunha	3.673.386	(1.698.870)	-	-	1.974.515
Macquarie	6.246.877	-	1.365.791	(7.612.667)	-
Eviva S.A.	7.329.313	-	-	(7.329.313)	-
Energia Wiatrowa	1.857.699	1.390.054	-	(3.247.753)	-
Bukowsko	796.974	-	-	(796.974)	-
Eviva Gizalki	602.432	-	-	(602.432)	-
IWP	574.545	-	-	(574.545)	-
Premium Management	200.267	-	(1.208)	(199.060)	-
Martifer Renewables Brazil	6.000	-	-	(6.000)	-
Eviva Bippen	3.000	-	-	(3.000)	-
	21.290.493	**(308.816)**	**1.364.583**	**(20.371.745)**	**1.974.515**

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram registadas, neste segmento, perdas por imparidades nas diferenças de consolidação no valor de Euro 20.371.745. O reconhecimento desta perda deve-se ao facto de ter sido efectuada uma avaliação do portfólio de projectos em virtude da instabilidade macroeconómica, em geral, e da turbulência nos mercados financeiros, em particular.

Como se pode verificar pelo detalhe das diferenças de consolidação apresentado acima, as perdas de imparidade foram registadas, essencialmente:

• em diversas participadas na Europa de Leste devido a: (a) dificuldades no desenvolvimento e licenciamento de alguns projectos; (b) redução das taxas internas de rentabilidade resultantes das actuais condições de financiamento em Project finance; e (c) indefinição e instabilidade regulatória por parte dos reguladores locais. Desta forma, foi tomada a decisão de reconhecer imparidades no goodwill da Polónia, no valor de Euro 12,6 milhões e na Roménia no valor de Euro 0,2 milhões (Euro 11,5 milhões em 2009);

• em projectos em desenvolvimento na Austrália no valor de Euro 7,6 milhões (Euro 9,5 milhões em 2009), decorrente, essencialmente, dos efeitos na valorização actual do investimento em resultado da reavaliação das condições financeiras e da adopção de uma abordagem de prudência quanto ao plano de execução das diversas fases do projecto de Silverton.

Para além das perdas de imparidade registadas nas diferenças de consolidação, procedeu-se adicionalmente à redução do valor contabilístico dos outros activos pertencentes a este segmento, nomeadamente nos EUA no valor de Euro 4,9 milhões, na Roménia no valor de Euro 11,5 milhões (Euro 2,7 milhões em 2009) e na Polónia no valor de Euro 1 milhão. As perdas de imparidade registadas estão relacionadas com a incorporação nas perspectivas futuras dos projectos em curso, no segmento RE Developer, das recentes alterações de comportamento nos mercados financeiros mundiais.

	DISCOUNT RATE	TERMINAL VALUE	PERIOD
Polónia	8,72%	20%	20 years
Roménia	10,41%	20%	20 years
Brasil	9,67%	20%	20 years
Austrália	8,63%	20%	20 years

O valor de uso corresponde à estimativa do valor presente dos fluxos de caixas futuros, tendo os mesmos sido apurados com base em business plans, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso incluíram, essencialmente: (i) as tarifas de venda de electricidade e certificados verdes, (ii) o valor do recurso eólico medido até ao momento (número de horas equivalentes à potência nominal); (iii) as alterações regulamentares que possam vir a influenciar a actividade da empresa; e (iv) o nível de investimento necessário. A quantificação dos pressupostos acima referidos foi efectuada tendo por base dados históricos, bem como a experiência do Conselho de Administração do Grupo. Contudo, tais pressupostos poderão ser afectados por fenómenos de natureza política, económica ou legal que neste momento são imprevisíveis.

17. ACTIVOS INTANGÍVEIS

A informação relativa aos valores brutos do activo intangível, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada como se segue:

	SOFTWARE E OUTROS DIREITOS	ACTIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE ACTIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL
31 Dezembro 2009				
Saldo inicial	44.990.513	12.848.001	1.127.664	58.966.178
Aumentos	1.088.727	8.186.045	4.735.551	14.010.323
Alienações e abates	(24.125)	(31.804)	-	(55.929)
Diferenças cambiais	1.107.262	(261.162)	(36.431)	809.669
Variação de perímetro	(860.121)	(18.946)	-	(879.067)
Perdas de imparidade (nota 10)	(9.694.648)	-	-	(9.694.648)
Transferências e outros movimentos	9.972.382	(7.260.796)	(1.041.233)	1.670.354
	46.579.990	**13.461.339**	**4.785.551**	**64.826.880**
31 Dezembro 2010				
Saldo inicial	46.579.990	13.461.339	4.785.551	64.826.880
Aumentos	1.707.107	3.507.309	1.976.113	7.190.528
Alienações e abates	(17.299)	(4.194)	-	(21.493)
Diferenças cambiais	229.655	918.696	-	1.148.351
Variação de perímetro	(31.876.378)	(783.961)	(836.670)	(33.497.008)
Perdas de imparidade (nota 10)	-	(4.851.537)	-	(4.851.537)
Transferências e outros movimentos	976	246.001	(50.000)	196.977
	16.624.051	**12.493.653**	**5.874.994**	**34.992.699**

As perdas de imparidade registadas nos activos intangíveis em curso estão relacionadas com a incorporação nas perspectivas futuras dos projectos em curso, no segmento RE Developer, das recentes alterações de comportamento nos mercados financeiros mundiais, em particular nos projectos dos EUA.

O aumento do activo intangível em curso, relativo a 31 de Dezembro de 2010, resulta, essencialmente, da capitalização de projectos em desenvolvimento nos segmentos RE Developer e Solar.

O aumento registado em 'Adiantamentos por conta de activos intangíveis' está relacionado com os desembolsos efectuados pela Ventinveste, S.A., consórcio no qual o Grupo se insere, para a constituição de um Fundo de Incentivo à Inovação estabelecido no âmbito do Contrato de Atribuição de Capacidade de Injecção de Potência na Rede do Sistema Eléctrico de Serviço Público para Energia Eléctrica Produzida em Centrais Eólicas, assinado com o Estado Português.

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade acumuladas do activo intangível, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada como se segue:

	SOFTWARE E OUTROS DIREITOS	ACTIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE ACTIVOS INTANGÍVEIS	TOTAL
31 Dezembro 2009				
Saldo inicial	5.826.513	-	-	5.826.513
Aumentos	3.729.307	-	-	3.729.307
Alienações e abates	(6.701)	-	-	(6.701)
Diferenças cambiais	4.478	-	-	4.478
Variação de perímetro	(41.420)	-	-	(41.420)
Transferências e outros movimentos	(539)	-	-	(539)
	9.511.639	**-**	**-**	**9.511.639**
31 Dezembro 2010				
Saldo inicial	9.511.639	-	-	9.511.639
Aumentos	3.859.662	-	-	3.859.662
Alienações e abates	(5.848)	-	-	(5.848)
Diferenças cambiais	10.381	-	-	10.381
Variação de perímetro	(7.041.507)	-	-	(7.041.507)
Transferências e outros movimentos	-	-	-	-
	6.334.327	**-**	**-**	**6.334.327**
Valor líquido:				
31 Dezembro 2009	**37.068.351**	**13.461.339**	**4.785.551**	**55.315.241**
31 Dezembro 2010	**10.289.724**	**12.493.653**	**5.874.994**	**28.658.372**

18. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A informação relativa aos valores brutos de terrenos e edifícios, equipamentos, activos fixos tangíveis em curso e de outros activos fixos tangíveis para os exercícios findos em 2010 e 2009 pode ser analisada como se segue:

	TERRENOS E EDIFÍCIOS	EQUIPAMENTOS	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	OUTRAS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL
31 Dezembro 2009					
Saldo inicial	95.510.504	134.166.435	121.041.577	54.363.349	405.081.864
Aumentos	9.897.796	10.592.000	63.256.462	5.153.141	88.899.398
Alienações e abates	(189.418)	(3.234.925)	-	(130.737)	(3.555.079)
Diferenças cambiais	320.791	3.879.514	(3.824.771)	491.140	866.675
Perdas de imparidade (nota 10)	(232.046)	(332.528)	(5.661.627)	(596.692)	(6.822.894)
Variação de perímetro	(443.431)	(1.497.163)	(2.995.548)	(15.483)	(4.951.625)
Transferências e outros movimentos	25.061.583	15.927.583	(74.375.032)	33.373.599	(12.267)
	129.925.778	**159.500.917**	**97.441.061**	**92.638.317**	**479.506.073**
31 Dezembro 2010					
Saldo inicial	129.925.778	159.500.917	97.441.061	92.638.317	479.506.073
Aumentos	3.617.418	8.201.954	26.975.876	8.829.729	47.624.977
Alienações e abates	(174.926)	(2.346.930)	(574.608)	(945.700)	(4.042.164)
Diferenças cambiais	828.371	2.943.686	883.575	364.592	5.020.225
Variação de perímetro	(1.016.001)	(60.641.566)	(1.617.206)	(62.206)	(63.336.979)
Perdas de imparidade (nota 10)	-	-	(12.518.916)	-	(12.518.916)
Transferências e outros movimentos	7.009.515	2.258.727	(12.130.205)	687.720	(2.174.243)
	140.190.155	**109.916.789**	**98.459.577**	**101.512.453**	**450.078.974**

O decréscimo verificado no investimento em activos fixos tangíveis, face ao período homólogo, justifica-se na medida em que ficaram concluídos grande parte dos investimentos iniciados durante o exercício de 2009, tal como mencionado na nota 4 acima. O investimento registado no exercício de 2010 foi canalizado principalmente para a construção da nova fábrica de torres no Texas, EUA, no segmento de Equipamentos para Energia, para o desenvolvimento de parques eólicos no segmento RE Developer na Roménia, Polónia, Portugal e Brasil bem como para a conclusão das unidades fabris em Angola, no segmento da Construção Metálica.
O valor registado em 'Diferenças cambiais' respeita à transposição dos activos tangíveis expressos em moeda diferente do Euro que, com as valorizações das moedas locais face ao Euro, tiveram um impacto positivo aquando da reexpressão desses activos para a moeda de relato.
As perdas de imparidade em activos fixos tangíveis registadas no exercício de 2010 resultaram principalmente de write-offs de activos no segmentos de RE Developer (Euro 12.383.700).

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade acumuladas de terrenos e edifícios, equipamentos, activos fixos tangíveis em curso e de outros activos fixos tangíveis para os exercícios findos em 2010 e 2009 pode ser analisada como se segue:

	TERRENOS E EDIFÍCIOS	EQUIPAMENTOS	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	OUTRAS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL
31 Dezembro 2009					
Saldo inicial	18.815.908	42.323.498	-	1.143.094	62.282.501
Aumentos	4.146.585	13.143.461	-	2.917.279	20.207.325
Alienações e abates	-	(1.088.076)	-	(4.682)	(1.092.758)
Diferenças cambiais	38.323	154.839	-	34.790	227.953
Variação de perímetro	-	(310.574)	-	(215)	(310.789)
Transferências e outros movimentos	(21.515)	16.199	-	5.313	(3)
	22.979.302	**54.239.347**	**-**	**4.095.579**	**81.314.229**
31 Dezembro 2010					
Saldo inicial	22.979.302	54.239.347	-	4.095.579	81.314.229
Aumentos	4.910.206	12.603.471	-	4.695.625	22.209.303
Alienações e abates	-	(1.054.389)	-	(2.309)	(1.056.697)
Diferenças cambiais	81.877	346.225	-	51.691	479.793
Variação de perímetro	(43.862)	(19.910.926)	-	(46.658)	(20.001.446)
Transferências e outros movimentos	(344.601)	1.053	-	(5.482)	(349.029)
	27.582.922	**46.224.782**	**-**	**8.788.447**	**82.596.151**
Valor líquido:					
31 Dezembro 2009	**106.946.476**	**105.261.570**	**97.441.061**	**88.542.737**	**398.191.844**
31 Dezembro 2010	**112.607.233**	**63.692.008**	**98.459.577**	**92.724.006**	**367.482.823**

O crescimento das amortizações do exercício em 'Outros activos fixos tangíveis' à data de 31 de Dezembro de 2010 resulta dos investimentos realizados em activos de geração eléctrica, nos períodos anteriores.
Os critérios valorimétricos adoptados e as taxas de amortização utilizadas estão referidos nas alíneas iv) e v) dos principais critérios valorimétricos, julgamentos e estimativas, na Nota 1. Políticas Contabilísticas.
Os terrenos e edifícios estão registados ao seu valor de mercado de acordo com avaliações independentes, com referência a evidência no mercado de transacções recentes de propriedades similares. As avaliações efectuadas estão em conformidade com os padrões internacionais de avaliação e foram efectuadas pela Cushman & Wakefield – Consultoria Imobiliária, Unipessoal, Lda.
O método de avaliação utilizado pelos avaliadores imobiliários, quer em Portugal, Polónia e Roménia para valorizar ao justo valor os imóveis do Grupo, foi o método do custo de reposição depreciado, tendo as avaliações sido efectuadas de acordo com os padrões internacionais de avaliação. O justo valor dos imóveis não inclui qualquer imposto ou custos que o comprador tenha de vir a incorrer com a compra do imóvel e foi apurado, no caso dos terrenos, tendo em conta os preços praticados no mercado em activos semelhantes e no caso das edificações, no custo actual de proceder à construção dos mesmos. A localização, os acessos, o tamanho e a forma dos imóveis foi também tida em conta no apuramento do justo valor das mesmas.
Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, excepto para os bens adquiridos em regime de locação financeira, em regime de Project Finance e para os bens mencionados na Nota 36, não existiam outros activos fixos tangíveis que se encontrassem penhorados ou hipotecados a instituições financeiras como garantia de empréstimos obtidos pelo Grupo. Durante o ano, o Grupo estimou a quantia recuperável de alguns activos fixos tangíveis tendo em conta factores internos e externos que indicavam que os mesmos poderiam estar contabilizados por um valor superior à sua quantia recuperável. Com base nesta análise foi calculada uma perda por imparidade no valor de Euro 12.518.916, que foi reconhecida nos resultados do exercício, na rubrica de provisões e perdas de imparidade. Este valor reflecte a perda estimada na potencial venda de alguns activos do segmento da RE Developer, essencialmente na Roménia, apesar de não haver ainda uma decisão formal.
A quantia recuperável dos activos fixos mais significativos foi determinada com base no seu valor de uso. A taxa de desconto usada variou entre 8,72% e 11,14%, dependendo dos riscos inerentes aos diversos negócios e países. A aferição da existência de imparidade para os activos fixos tangíveis e intangíveis do Grupo foi efectuada tendo por base os business plans das diversas empresas cujos pressupostos se encontram detalhados na nota 16.

19. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A rubrica 'Propriedades de investimento' respeita às seguintes propriedades detidas pelo Grupo Martifer: Centro Empresarial de Benavente e Armazéns de Albergaria-a-Velha, destinados ao arrendamento e projecto imobiliário de Szczecin (Polónia) destinado a valorização do capital.
Estes activos encontram-se registados ao valor de mercado de acordo com a avaliação independente efectuada pela Cushman & Wakefield – Consultoria Imobiliária, Unipessoal, Lda, de acordo com os padrões internacionais do 'RICS Valuation Standards' (RICS Red Book). O Grupo Martifer irá efectuar avaliações regulares a estes imóveis, sendo as eventuais variações no justo valor registadas em resultados.

O movimento ocorrido nos exercícios de 2010 e 2009 na rubrica de 'Propriedades de Investimento' foi como se segue:

	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009
Saldo inicial	57.013.000	9.505.000
Aquisições	-	44.767.598
Transferências	5.476.893	-
Variações de justo valor	-	2.740.402
Alienações	(47.508.000)	-
Saldo final	**14.981.893**	**57.013.000**

A alienação registada em 'Propriedades de Investimento' respeita à venda do Centro Comercial Tavira Gran Plaza, concretizada no passado dia 2 de Agosto pelo valor total de 44.3 milhões de euros.

20. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição dos valores referentes a investimentos financeiros em equivalência patrimonial é como se segue:

	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009
Grupo Prio Energy	6.495.894	-
MTSK1	4.250.462	-
Home Energy	1.207.934	-
WHS Energy Services	-	1.968
Power Blades	-	88.501
	11.954.290	**90.469**

A 31 de Dezembro de 2010 o Grupo transferiu as subsidiárias MTSK1 e Home Energy para 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial' pelo montante correspondente aos seus contributos para o consolidado do Grupo. Na base destas transferências estão os contratos de compra e venda já celebrados com a Origis e EDP, respectivamente, os quais impõem importantes limitações à gestão destas sociedades, por parte do Grupo Martifer.

21. INVESTIMENTOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição dos valores referentes a investimentos financeiros disponíveis para venda é como se segue:

	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009
Aplicação financeira não corrente	20.030.000	-
EDP - Energias de Portugal, S.A.	-	55.011.600
Outros	156.393	34.968
	20.186.393	**55.046.568**

Durante o exercício de 2010, o Grupo alienou as 17.700.000 acções que detinha na EDP – Energias de Portugal, S.A., pelo contravalor de Euro 45.202.282 e com uma mais valia de Euro 342.600.

O movimento ocorrido nos exercícios de 2010 e 2009 na rubrica de 'Investimentos financeiros disponíveis para venda' foi como se segue:

	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009
Saldo inicial	55.046.568	48.394.186
Aquisições	20.030.000	-
Alienações	(55.011.600)	-
Variações de justo valor	-	7.310.100
Outras variações	121.425	(657.718)
	20.186.393	**55.046.568**

Os investimentos financeiros disponíveis para venda não têm uma maturidade definida.

22. INVENTÁRIOS

A informação relativa a existências com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, pode ser analisada como se segue:

	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	22.479.990	21.017.753
Produtos e trabalhos em curso	7.590.210	10.804.318
Mercadorias	23.395.603	16.954.342
Produtos acabados e intermédios	2.901.464	2.395.056
	56.367.267	**51.171.469**

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo não procedeu à constituição de perdas de imparidade em inventários, tendo revertido o montante de Euro 27.124 no segmento de Equipamentos para Energia.Em 31 de Dezembro de 2010, estão incluídos na rubrica 'Produtos e trabalhos em curso', Euro 4.754.459 referentes aos projectos imobiliários em curso desenvolvidos pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira relativos ao segmento da Construção Metálica, designadamente na actividade imobiliária e incluem os seguintes projectos:
- Amarante Gran Plaza;
- Taveiro Gran Plaza.

Para permitir a comparabilidade, o valor relativo a 2009, que estava apresentado em 'Adiantamentos-por conta de compras, de Euro 4.646.590, foi igualmente reclassificado para a rubrica de 'Produtos e trabalhos em curso'.
Com excepção destes activos, cujo prazo de realização pode ser superior a um ano, todos os outros activos classificados na rubrica de 'Inventários' serão realizáveis no curto prazo e não foram dados como garantia de empréstimos obtidos pelo Grupo.

23. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos financeiros detidos pelo Grupo, para além dos mencionados na Nota 21 acima, são os a seguir apresentados.

A informação relativa a 'Clientes e outros Devedores' com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada como se segue:

	NÃO CORRENTES		CORRENTES	
	ANO 2010	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2009
Valor bruto:				
Clientes:				
Clientes, conta corrente	2.838.433	-	203.726.089	195.003.315
Clientes, títulos a receber	-	-	14.268.562	7.650.369
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	9.242.706	8.210.419
Total 'clientes'	**2.838.433**	**-**	**227.237.358**	**210.864.103**
Outros devedores:				
Empresas associadas, participadas e participantes	80.447.533	14.556.138	2.897.353	2.356.824
Adiantamentos a fornecedores	5.702	6.526	15.180.108	19.815.618
Outros	59.171	5.712	19.640.303	7.585.160
Total 'outros devedores'	**80.512.405**	**14.568.377**	**37.717.764**	**29.757.602**
TOTAL	**83.350.838**	**14.568.377**	**264.955.122**	**240.621.705**

As perdas de imparidade acumuladas em contas a receber são como se segue:

	NÃO CORRENTES		CORRENTES	
	ANO 2010	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2009
Perdas de imparidade acumuladas:				
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	8.352.871	7.817.020
Outros devedores	178.641	4.727.091	3.323.120	2.984.274
	178.641	4.727.091	11.675.990	10.801.294
Valor líquido - Clientes	**2.838.433**	**-**	**218.884.487**	**203.047.084**
Valor líquido - Outros devedores	**80.333.764**	**9.841.286**	**34.394.644**	**26.773.327**

O movimento das perdas de imparidade acumuladas em contas a receber é como se segue:

CLIENTES DE COBRANÇA DUVIDOSA	ANO 2010	ANO 2009
Saldo inicial	7.817.020	6.601.765
Aumento (nota 10)	2.026.647	2.337.159
Redução	1.488.216	1.106.507
Variações de perímetro, diferenças cambiais e transferências	(2.580)	(15.397)
	8.352.871	**7.817.020**

OUTROS DEVEDORES	ANO 2010	ANO 2009
Saldo inicial	7.711.365	1.666.097
Aumento (nota 10)	1.763.630	180.199
Redução	77.772	11.129
Variações de perímetro, diferenças cambiais e transferências	(5.895.462)	5.876.198
	3.501.761	**7.711.365**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a antiguidade dos saldos relativos a contas a receber, antes de perdas de imparidade acumuladas, pode ser detalhada como se segue:

31 DEZEMBRO 2009						
	TOTAL	NÃO VENCIDO	VENCIDO			
			ATÉ 90 DIAS	90 A 180 DIAS	180 A 360 DIAS	MAIS DE 360 DIAS
Clientes, conta corrente	195.003.315	65.945.377	88.495.976	10.445.743	16.156.151	13.960.066
Clientes, títulos a receber	7.650.369	7.606.381	43.988	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	8.210.419	-	-	-	-	8.210.419
Outros devedores	44.325.979	41.561.823	624.179	206.091	1.664.743	269.141
	255.190.082	**115.113.582**	**89.164.143**	**10.651.835**	**17.820.895**	**22.439.627**

31 DEZEMBRO 2010						
	TOTAL	NÃO VENCIDO	VENCIDO			
			ATÉ 90 DIAS	90 A 180 DIAS	180 A 360 DIAS	MAIS DE 360 DIAS
Clientes, conta corrente	206.564.523	97.119.150	65.141.561	19.730.978	7.238.076	17.334.758
Clientes, títulos a receber	14.268.562	14.265.118	-	-	3.444	-
Clientes de cobrança duvidosa	9.242.706	1.888.188	188.224	238.527	422.631	6.505.136
Outros devedores	118.230.169	112.344.534	212.416	105.231	5.291.367	276.620
	348.305.960	**225.616.990**	**65.542.202**	**20.074.736**	**12.955.518**	**24.116.514**

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível, sobretudo, às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas de imparidade acumuladas para cobrança duvidosa, que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base nos condicionantes e na envolvente económica existente.
Dos créditos sobre clientes que se encontram registados na rubrica 'Clientes de cobrança duvidosa', em 31 de Dezembro de 2010, Euro 8.352.871 encontram-se em imparidade. Relativamente aos restantes Euro 889.835 existem acordos de recuperação para os mesmos sendo expectável o seu recebimento.
Para os restantes valores vencidos, o Grupo considera não ter havido deterioração da qualidade creditícia da contraparte, pelo que não se encontram em risco de incobrabilidade.
O prazo médio de recebimentos das contas a receber do Grupo situou-se, em 2010, nos 149 dias, tendo em muito contribuído a actual conjuntura económica. Não obstante este enquadramento, o Grupo continua empenhado no cumprimento rigoroso da política de crédito definida, nomeadamente ao nível da selecção criteriosa do crédito concedido, quer em quantidade quer em qualidade, bem como na respectiva cobrança.
É convicção do Conselho de Administração do Grupo de que o valor pelo qual os Empréstimos e contas a receber estão registados no balanço se aproxima do seu justo valor.
O Grupo não cobra quaisquer encargos de juros enquanto os prazos de pagamento definidos (em média 90 dias) estejam a ser respeitados. Findos esses prazos, são cobrados os juros que estiverem definidos contratualmente, e de acordo com a lei em vigor e aplicável a cada situação, o que tenderá a ocorrer só em situações extremas.
Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos não correntes mantidos com empresas associadas, participadas e participantes dizem respeito, essencialmente, a prestações acessórias concedidas, as quais não vencem juros.
Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Grupo não possui investimentos financeiros detidos até ao vencimento nem investimentos registados ao justo valor através de resultados.

24. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS ACTIVO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos da rubrica 'Estado e outros entes públicos' têm a seguinte composição:

	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	914.149	3.531.030
Imposto sobre o valor acrescentado	17.719.888	40.734.118
Impostos em outros países	1.675.502	823.977
Outros impostos	469.973	264.026
	20.779.512	**45.353.151**

25. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica 'Outros activos correntes' pode ser analisada como se segue:

	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009
Acréscimos de rendimentos		
Trabalhos em curso (contratos de construção)	158.844.792	76.799.761
Juros a receber	215.323	33.850
Outros acréscimos de rendimentos	1.940.445	3.146.472
	161.000.560	**79.980.083**
Gastos diferidos		
Seguros	791.921	824.887
Rendas pagas antecipadamente	1.679.377	970.318
Outras despesas plurianuais pagas antecipadamente	1.915.685	4.298.910
	4.386.983	**6.094.115**
	165.387.543	**86.074.198**

A variação ocorrida na rubrica 'Trabalhos em curso (contratos de construção)' respeita, por um lado, ao maior nível de actividade ocorrido no segmento Construção Metálica e Solar e, por outro lado, ao valor dos trabalhos de construção da fábrica de extracção na Roménia que, em resultado da perda de controlo do Grupo na participada Prio Extractie, deixou de ser eliminado no processo de consolidação.
Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica 'Outras despesas plurianuais pagas antecipadamente' inclui, essencialmente, os desembolsos efectuados pelo Grupo associados a trabalhos especializados, os quais irão ser prestados/utilizados no decorrer do exercício de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a informação sobre os contratos de construção em curso é como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
GASTOS TOTAIS INCORRIDOS EM CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO EM CURSO:		
- Construção Metalomecânica	646.451.059	581.988.332
- Equipamentos para Energia	160.403.504	190.187.479
- Solar	207.006.492	95.440.896
GASTOS INCORRIDOS NO ANO EM CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO EM CURSO:		
- Construção Metalomecânica	336.229.748	316.047.146
- Equipamentos para Energia	47.638.384	78.358.343
- Solar	116.723.694	86.773.496
RENDIMENTOS TOTAIS INCORRIDOS EM CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO EM CURSO:		
- Construção Metalomecânica	716.020.235	633.253.028
- Equipamentos para Energia	148.813.468	196.316.925
- Solar	239.664.986	108.568.436
RENDIMENTOS INCORRIDOS NO ANO EM CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO EM CURSO:		
- Construção Metalomecânica	312.851.674	344.353.366
- Equipamentos para Energia	37.807.010	100.027.422
- Solar	141.436.412	99.165.265
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS PARA A EXECUÇÃO DE CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO EM CURSO:		
- Construção Metalomecânica	489.218	2.129.477
- Equipamentos para Energia	-	154.708
- Solar	-	-
RETENÇÕES EFECTUADAS POR CLIENTES EM CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO EM CURSO:		
- Construção Metalomecânica	4.449.465	4.388.350
- Equipamentos para Energia	5.223	-
- Solar	-	-
GARANTIAS PRESTADAS A CLIENTES RELATIVAS A CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO EM CURSO:		
- Construção Metalomecânica	61.639.478	24.577.605
- Equipamentos para Energia	16.524.307	9.854.644
- Solar	5.779.855	12.836.544
ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS RELATIVOS A CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO EM CURSO:		
- Construção Metalomecânica	89.295.637	52.874.822
- Equipamentos para Energia	19.550.127	7.666.224
- Solar	49.999.028	16.258.715
RENDIMENTOS DIFERIDOS RELATIVOS A CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO EM CURSO:		
- Construção Metalomecânica	12.275.542	13.756.634
- Equipamentos para Energia	2.597.286	3.166.973
- Solar	511.417	1.744.483

Chama-se a atenção para o facto de as garantias prestadas a donos de obra referidas na Nota 36 dizerem respeito a obras em curso e a obras encerradas, para as quais a duração média é de cinco anos.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as principais obras em curso do Grupo que justificam o saldo de 'Acréscimos de rendimentos – trabalhos em curso' são como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Fábrica Renault Tanger Mediterranee (Martifer Construções)	21.422.891	2.577.101
Fábrica de Extracção Prio (Martifer Constructii e Martifer Energia Roménia)	14.540.599	-
Parque Fotovoltaico Borox (Martifer Solar)	9.889.830	-
Alstom - Mannheim 9 (Martifer Construções)	6.919.056	-
Sede Repsol YPF (Martifer Construções)	5.601.144	7.146.810
Ponte da Ulla (Martifer Construções)	4.699.931	3.208.300
Parque Fotovoltaico Fideco Ambiente (Martifer Solar Itália)	3.452.565	-
Ferry Transtejo (Navalria)	2.780.787	1.928.678
Parque Fotovoltaico Monreale (Martifer Solar Itália)	2.457.785	-
Fábrica de pás Riablades (Martifer Energia)	2.331.721	2.240.146
Parque Fotovoltaico Fideco Ambiente II (Martifer Solar Itália)	1.697.298	-
Parque Fotovoltaico Pozzo D'Adda (Martifer Solar Itália)	1.579.198	-
Artenius Mega PTA (Martifer)	1.384.430	1.867.610
Parque solar Moratalla (Martifer Solar)	-	6.471.552
Aeroporto de Luanda (Martifer Angola)	-	2.385.293
Universidade Gregório Semedo (Martifer Angola)	-	2.073.858
Basarab Bridge (Martifer Constructii)	-	1.931.353
VGP Park 3 MW (Martifer Solar)	-	1.857.375
Golden Horn Bridge Piles (Martifer Construções)	-	1.454.969
Torre Zero Zero (Martifer Alumínios)	-	1.383.615
Viaduco de los Tramposos (Martifer Construções)	-	1.353.496

26. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A rubrica caixa e seus equivalentes pode ser analisada como se segue:

	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009
Caixa e seus equivalentes:		
Depósitos bancários	74.250.903	22.961.895
Caixa	396.359	112.930
Outras aplicações de tesouraria	2.019.169	1.769.385
	76.666.431	**24.844.210**

Caixa e seus equivalentes incluem o dinheiro detido pelo Grupo e os depósitos bancários de curto prazo, com maturidades originais iguais ou inferiores a 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não existiam quaisquer restrições à utilização dos saldos registados nas rubricas de Caixa e seus equivalentes.

27. CAPITAL SOCIAL, RESERVAS, ACÇÕES PRÓPRIAS E INTERESSES NÃO CONTROLADOS

CAPITAL SOCIAL

O capital social da Martifer SGPS, totalmente subscrito e realizado, em 31 de Dezembro de 2010, ascende a Euro 50.000.000 e é representado por 100.000.000 de acções ao portador com um valor nominal de 50 cêntimos cada. Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto por cada acção. Durante os exercícios de 2010 e 2009 não ocorreram quaisquer movimentos no número de acções representativas do capital social do Grupo.

Durante o exercício de 2010, a Martifer SGPS adquiriu, através de compras realizadas em bolsa, 553.841 acções próprias, correspondentes a 0,554% do seu capital social. Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social do Grupo é detido em 41,76% pela I'M SGPS, S.A., 37,5% pela Mota-Engil SGPS, S.A., 0,55% em acções próprias, encontrando-se os restantes 20,19% dispersos em Bolsa.

OPÇÕES SOBRE ACÇÕES

Está em vigor um plano de remunerações em opções sobre acções, nos termos aprovados pela Assembleia Geral, aplicável a alguns colaboradores, com vista a incentivar a criação de valor.
As opções atribuídas caducarão automaticamente, sempre que o colaborador deixe de estar ao serviço de qualquer uma das empresas do Grupo.
Todas as opções atribuídas à data de 31 de Dezembro de 2010 são consideradas com liquidação com base em acções.
O movimento do plano de remunerações em opções sobre acções é analisado como segue:

	MOVIMENTO NAS OPÇÕES	PREÇO MÉDIO DE EXERCÍCIO POR ACÇÃO
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	404.770	3,84
Opções exercidas	-	
Opções atribuídas	-	
Opções expiradas	(64.913)	3,84
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	**339.857**	**3,84**

As opções sobre acções em aberto no final do exercício têm as seguintes data de termo e preço de exercício:

DATA DE TERMO	PREÇO DE EXERCÍCIO	OPÇÕES
2011	3,84	84.964
2012	3,84	84.964
2013	3,84	169.929
		339.857

Na demonstração dos resultados, foi registado o custo de Euro 96.147 na rubrica 'Gastos com o pessoal'.

RESERVAS

Prémios de emissão
Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva legal
A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital. Este valor encontra-se incluído na rubrica de 'Outras Reservas' e ascende a Euro 7.696.844.

Reservas de justo valor – Reavaliações de activos fixos tangíveis
As reservas de justo valor – Reavaliações de activos fixos tangíveis não podem ser distribuídas aos accionistas, excepto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respectivos bens objecto de reavaliação tiverem sido alienados.

Reservas de justo valor – Investimentos disponíveis para venda
As reservas de justo valor - Investimentos disponíveis para venda reflectem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros detidos para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reserva de justo valor - Derivados
As Reservas de justo valor - Derivados reflectem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de cash flow que se consideram eficazes e não são passíveis de serem distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de conversão cambiais
As reservas de conversão cambiais reflectem as variações cambiais ocorridas: (i) na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro; (ii) na actualização do investimento líquido nas subsidiárias; e (iii) na actualização de diferenças de consolidação as quais não são passíveis de serem distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas relativas a opções sobre acções
As reservas relativas a opções sobre acções reflectem o justo valor dos serviços prestados pelos colaboradores corrigidas, a cada data de relato, pelo impacto da revisão da estimativa original em resultado da determinação do número de opções que se espera que se tornem exercíveis.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS'). Assim, as únicas reservas da Martifer SGPS, S.A., que, pela sua natureza, se consideram distribuíveis, são as relativas a resultados transitados no montante de Euro 21.780.119 (ver nota 14).

INTERESSES NÃO CONTROLADOS
A evolução desta rubrica pode ser apresentada da seguinte forma:

Saldo Inicial	50.957.635
Resultado Liquido do período	2.509.792
Outras variações no capital próprio	4.100.230
Aumento de capital em empresas participadas	8.750.000
Alterações no perímetro de consolidação (Prios)	(27.989.408)
Transacções com interesses não controlados	(7.685.704)
Outros	345.634
	30.988.178

As 'transacções' com interesses não controlados dizem respeito, essencialmente à aquisição dos 45% do capital social da Martifer Alumínios, S.A..
O saldo final diz respeito, essencialmente, aos interesses não controlados na Martifer Solar, Martifer Renováveis S.A., Solar Parks, Martifer Solar Itália, Martifer Construções Metálicas Angola, Martinox, S.A., Martifer Aluminios Angola, S.A. e Rosa dos Ventos.

28. EMPRÉSTIMOS

Os montantes relativos a empréstimos, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são como se segue:

31 DEZEMBRO 2009	ATÉ 1 ANO	A 2 ANOS	ENTRE 3 E 5 ANOS	A MAIS DE 5 ANOS	TOTAL
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	58.301.844	21.043.200	45.284.545	29.580.783	154.210.371
Descobertos bancários	29.924.500	-	-	-	29.924.500
Contas caucionadas	22.647.000	-	-	-	22.647.000
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	128.000.000	-	-	-	128.000.000
Outros empréstimos	23.072.776	413.056	413.056	74.524.577	98.423.466
	261.946.120	**21.456.256**	**45.697.601**	**104.105.360**	**433.205.337**

31 DEZEMBRO 2010	ATÉ 1 ANO	A 2 ANOS	ENTRE 3 E 5 ANOS	A MAIS DE 5 ANOS	TOTAL
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	25.303.626	38.320.395	58.019.128	14.072.851	135.716.000
Descobertos bancários	30.239.050	-	-	-	30.239.050
Contas caucionadas	94.660.204	-	-	-	94.660.204
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	60.500.000	14.250.000	22.500.000	-	97.250.000
Outros empréstimos	1.951.640	826.944	2.381.024	17.072.695	22.232.303
	212.654.520	**53.397.339**	**82.900.152**	**31.145.546**	**380.097.557**

Em 31 de Dezembro de 2010 o net debt do Grupo ascendeu a Euro 343.777.003. De notar que para o cálculo do net debt, para além dos empréstimos acima evidenciados, consideram-se os leasings, derivados e caixa e seus equivalentes.

OUTROS EMPRÉSTIMOS
Os outros empréstimos em 2010 com vencimento superior a 5 anos, no valor de Euro 17.072.695, referem-se a contratos de locação financeira de pré-financiamento, os quais não têm prazo definido de reembolso. Aproximadamente, Euro 4 milhões correspondem a operações de locação financeira imobiliária (afectas ao financiamento dos projectos imobiliários registados na rubrica de Adiantamentos por conta de compras – Nota 22) as quais, em caso de alienação dos acima referidos projectos imobiliários terão de ser liquidadas nesse momento e não de acordo com o plano de reembolso definido, que contratualmente ocorre após 2011.
Os montantes considerados em 'Outros empréstimos' incluem, ainda, empréstimos obtidos junto da Agência Portuguesa para o Investimento (API) e da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI) como apoio ao investimento efectuado pelo Grupo, no valor de Euro 3,4 milhões. Estes empréstimos não vencem juros, à excepção do empréstimo concedido pela API à Martifer Energia, o qual prevê um período de carência de quatro semestres, findo o qual vence juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de 0,95%.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes relativos a empréstimos estão denominados nas seguintes moedas:

31 DEZEMBRO 2009	INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	TOTAL
Euros	174.314.313	226.423.466	400.737.778
Reais	18.863.640	-	18.863.640
Novo Leu	5.570.001	-	5.570.001
Zlotis	4.563.743	-	4.563.743
Outros	3.470.174	-	3.470.174
	206.781.872	**226.423.466**	**433.205.337**

31 DEZEMBRO 2010	INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	TOTAL
Euros	219.699.645	119.482.303	339.181.948
Reais	20.657.939	-	20.657.939
Zlotis	8.947.285	-	8.947.285
Dólar americano	5.030.251	-	5.030.251
Novo Leu	4.506.567	-	4.506.567
Dólar australiano	1.773.566	-	1.773.566
	260.615.254	**119.482.303**	**380.097.557**

As taxas de juro médias suportadas em descobertos e empréstimos bancários são as seguintes:

31 DEZEMBRO 2009	TAXAS MÉDIAS (%)	INTERVALO DE TAXAS (%)
Dívidas a instituições de crédito:		
Empréstimos bancários	4,24	[1,71; 23,0]
Descobertos bancários	3,51	[1,73; 15,0]
Contas caucionadas	3,13	[2,09; 5,72]
Outros empréstimos obtidos		
Emissões de papel comercial	2,09	[1,01; 3,50]
Outros empréstimos	2,46	[1,96; 3,65]

31 DEZEMBRO 2010	TAXAS MÉDIAS (%)	INTERVALO DE TAXAS (%)
Dívidas a instituições de crédito:		
Empréstimos bancários	4,89	[3,29; 10,00]
Descobertos bancários	5,31	[2,33; 7,55]
Contas caucionadas	4,04	[1,23; 14,00]
Outros empréstimos obtidos		
Emissões de papel comercial	3,13	[2,10; 5,64]
Outros empréstimos	2,76	[1,89; 4,89]

As taxas de juro suportadas nos empréstimos bancários, por geografia, são as seguintes:

PAÍS	INDEXANTE	SPREAD
Austrália	BBSY	2,00
Brasil	CDI	[1,00 a 5,00]
Espanha	Euribor	[0,30 a 2,75]
Itália	Euribor	2,25
Portugal	Euribor	[1,50 a 4,50]
Polónia	Wibor	[1,60 a 4,15]
Roménia	Euribor	[1,59 a 4,50]

Em 31 de Dezembro de 2010, os principais empréstimos bancários obtidos pelo Grupo são como se segue:

	MOEDA ORIGINAL CONTRATO	DATA CONTRATO	PRAZO	PERÍODO DE CARÊNCIA	PERIODICIDADE DAS RENDAS	MONTANTE DO PRIMEIRO REEMBOLSO	FIRST INSTALMENT AMOUNT	MONTANTE DO ÚLTIMO REEMBOLSO
Martifer SGPS	EUR	26.250.000	Ago-10	5 Anos	1 Ano	Trimestral	1.640.625	1.640.625
Martifer Metallic Constructions	EUR	20.000.000	Set-10	5 Anos	1 Ano	Trimestral	1.250.000	1.250.000
Martifer Solar	EUR	18.500.000	Out-08	7 Anos	2 Anos	Trimestral	792.986	792.986
Eurocab FV 21	EUR	11.500.000	Dez-08	4 Anos	4 Anos	Semestral	-	11.500.000
Eurocab FV 22	EUR	10.400.000	Fev-09	3 Anos	3 Anos	Semestral	-	10.400.000
Gebox	EUR	6.500.000	Fev-08	7 Anos	2 Anos	Trimestral	325.000	325.000
Martifer Construções	EUR	5.500.000	Mar-04	7 Anos	-	Trimestral	200.000	100.000
Martifer Energia	EUR	5.250.000	Nov-05	7 Anos	2 Anos	Trimestral	262.500	262.500
Martifer Energy Systems	EUR	5.250.000	Set-10	5 Anos	-	Trimestral	76.924	99.372

Em 31 de Dezembro de 2010, os principais Project Finance obtidos pelo Grupo são como se segue:

	MOEDA ORIGINAL CONTRATO	DATA CONTRATO	PRAZO	PERÍODO DE CARÊNCIA	PERIODICIDADE DAS RENDAS	MONTANTE DO PRIMEIRO REEMBOLSO	FIRST INSTALMENT AMOUNT	MONTANTE DO ÚLTIMO REEMBOLSO
Rosa dos Ventos	BRL	13.453.629	Jun-08	20 Anos	1 Ano	Mensal	39.359	86.343

Em 31 de Dezembro de 2010, os principais programas de papel comercial do Grupo passíveis de renovação são como se segue:

	MONTANTE MÁXIMO DO CONTRATO (EUROS)	DATA CONTRATO	PRAZO DE VENCIMENTO DO CONTRATO	MONTANTE UTILIZADO
Martifer SGPS	50.000.000	Set-08	5 Anos	50.000.000
Martifer SGPS	22.500.000	Nov-10	3 Anos	19.750.000
Martifer SGPS	15.000.000	Mai-10	5 Anos	15.000.000
Martifer SGPS	5.000.000	Set-10	5 Anos	5.000.000
Martifer Metallic Constructions SGPS	7.500.000	Abr-10	5 Anos	7.500.000
	100.000.000			**97.250.000**

Para parte dos empréstimos acima referidos e no âmbito da política de gestão de risco de taxa de juro, o Grupo contratou os instrumentos financeiros derivados mencionados na Nota 35 convertendo dessa forma em taxas fixas as taxas variáveis contratadas nos empréstimos.

Em 31 de Dezembro de 2010 a sensibilidade do Grupo a alterações no indexante da taxa de juro pode ser analisada como segue:

	IMPACTO ESTIMADO 2010
Variação nos resultados financeiros pela alteração de 1 p.p na taxa de juro aplicada à totalidade do endividamento	4.158.053
Protecção por taxa fixa	(349.148)
Protecção por instrumentos derivados de taxa juro	(404.500)
Sensibilidade do resultado financeiro a variações da taxa de juro	**3.404.405**

A adopção da política de gestão de risco de taxa de juro tem como objectivo reduzir a exposição do Grupo às taxas de juro variáveis através da contratação de swaps. Durante o ano de 2010, e decorrente da evolução das taxas de juro nos mercados financeiros, esta política conduziu à perda evidenciada no seguinte quadro:

EMPRESA	INSTRUMENTO DE COBERTURA	JURO LÍQUIDO	JURO DO EMPRÉSTIMO	GANHO/(PERDA) DECORRENTE DO INSTRUMENTO DE COBERTURA
Martifer Construções	Interest Rate SWAP	33.293	17.356	(15.937)
Martifer Energia	Interest Rate SWAP	251.371	80.237	(171.134)
Martifer Solar	Interest Rate SWAP	1.301.681	1.054.323	(247.358)
PE Vale Grande	Interest Rate SWAP	21.077	37.405	16.328
				(418.101)

Em Janeiro de 2011 foi contratada, na Martifer SGPS, S.A., uma operação de cobertura de taxa de juro com o Barclays Bank Plc, para cobertura de um empréstimo no montante de Euro 19.750.000. A maturidade deste instrumento financeiro é Novembro de 2013.

29. CREDORES POR LOCAÇÃO FINANCEIRA

Os contratos de locação financeira mais significativos em vigor em 31 de Dezembro de 2010, são resumidos como se segue:

DESCRIÇÃO DO BEM	PERÍODO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO	TERMO DE OPÇÃO DE COMPRA	VALOR DA OPÇÃO DE COMPRA	GARANTIAS
Fornecimento de Equipamento Parque Eólico Vila Franca de Xira	144 meses	18.205.554	Final do contrato		Livrança em branco
Fornecimento de Equipamento Parque Eólico Baião	144 meses	9.007.897	Final do contrato		Livrança em branco
Edifício de Escritórios da Martifer Energia	72 meses	8.850.000	Final do contrato	177.000	Livrança em branco
Máquinas Fixas da Martifer	72 meses	6.000.000	Final do contrato	120.000	Livrança em branco
Estrutura Metálica e Equipamentos para linha de montagem	84 meses	5.973.592	Final do contrato	119.472	Livrança em branco
Estrutura Metálica Amovível	72 meses	5.185.415	Opção de compra antecipada	103.708	Livrança em branco
Equipamento diverso	84 meses	5.090.531	Opção de compra antecipada	101.811	Livrança em branco

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor das rendas e o valor actual das rendas associados a contratos de locação financeira era como se segue:

	RENDAS VINCENDAS DE CONTRATOS DE LEASING		VALOR ACTUAL DAS RENDAS DE CONTRATOS DE LEASING	
	ANO 2010	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2009
Até 1 ano	9.601.096	8.940.816	8.573.620	8.102.374
Entre 1 e 5 anos	25.390.154	26.529.659	23.538.086	25.180.697
Mais de 5 anos	8.498.578	2.023.003	7.860.319	1.993.874
	43.489.828	**37.493.478**	**39.972.025**	**35.276.946**
Juros incluídos nas rendas	(3.517.803)	(2.216.533)		
Valor actual das rendas de contratos de leasing	**39.972.025**	**35.276.945**	**39.972.025**	**35.276.946**
Dos quais registados como:				
- Credores por locações financeiras correntes			8.573.620	8.102.374
- Credores por locações financeiras não correntes			31.398.405	27.174.571
			39.972.025	**35.276.945**

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor das rendas associadas a contratos de locação operacional é como se segue:

	RENDAS VINCENDAS DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO OPERACIONAL	
	ANO 2010	ANO 2009
Até 1 ano	441.153	709.417
Entre 1 e 5 anos	606.221	1.100.699
	1.047.374	**1.810.116**

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram reconhecidos na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' Euro 954.636 e Euro 866.618, respectivamente, relativos a rendas de contratos de locações operacionais.

30. FORNECEDORES E CREDORES DIVERSOS

A informação relativa a fornecedores e credores diversos, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, pode ser analisada como se segue:

	NÃO CORRENTES		CORRENTES	
	ANO 2010	ANO 2009	ANO 2010	ANO 2009
Fornecedores	**33.442**	**-**	**197.532.331**	**162.194.213**
Credores diversos:				
Fornecedores de imobilizado	-	7.328	1.913.028	3.562.839
Empresas associadas e outros accionistas	10.930.665	7.135.950	7.199.519	2.151.113
Adiantamentos de clientes e por conta de vendas	-	-	32.062.114	5.882.722
Credores diversos	556.804	3.632	22.446.502	13.931.299
Total	**11.487.469**	**7.146.910**	**63.621.163**	**25.527.973**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da actividade operacional do Grupo e de aquisições de activos fixos tangíveis e intangíveis. O Conselho de Administração acredita que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico e que o efeito da actualização desses montantes não é material.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a maturidade contratual remanescente dos saldos registados nas rubricas de 'Fornecedores' e 'Credores diversos' era como se segue:

31 DEZEMBRO 2009			VENCIDO			
	TOTAL	NÃO VENCIDO	ATÉ 90 DIAS	90 A 180 DIAS	180 A 360 DIAS	MAIS DE 360 DIAS
Fornecedores	162.194.213	105.073.556	37.779.112	14.475.912	1.952.027	2.913.606
Credores diversos	32.674.883	28.502.832	1.304.705	326.995	1.258.239	1.282.112
	194.869.096	**133.576.388**	**39.083.817**	**14.802.907**	**3.210.266**	**4.195.718**

31 DEZEMBRO 2010			VENCIDO			
	TOTAL	NÃO VENCIDO	ATÉ 90 DIAS	90 A 180 DIAS	180 A 360 DIAS	MAIS DE 360 DIAS
Fornecedores	197.565.772	147.739.456	26.744.033	11.418.460	2.173.339	9.490.484
Credores diversos	75.108.633	33.505.528	33.827.875	6.023.530	1.045.485	706.215
	272.674.405	**181.244.984**	**60.571.908**	**17.441.990**	**3.218.824**	**10.196.699**

O prazo médio de pagamento das compras e dos serviços obtidos pelo Grupo ronda os 141 dias. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos não correntes mantidos com empresas associadas e outros accionistas dizem respeito, essencialmente, a empréstimos obtidos por empresas consolidadas pelo método proporcional, os quais vencem juros à Euribor a 3 meses acrescida de um spread de 4%.
Para além dos passivos financeiros referidos nesta nota e nas notas 28 e 29 acima, o Grupo não apresenta outros passivos financeiros.

31. PROVISÕES

A informação relativa a provisões, com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 pode ser detalhada como se segue:

	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	VARIAÇÕES DE PERÍMETRO, DIFERENÇAS CAMBIAIS E TRANSFERÊNCIAS	SALDO FINAL
Garantias de qualidade	3.376.088	2.442.213	(372.412)	(55.781)	5.390.108
Processos judiciais em curso	322.294	-	-	262	322.556
Aplicação de equivalência patrimonial	2.859.853	261.403	-	(2.615.868)	505.388
Contratos onerosos	-	1.393.000	-	-	1.393.000
Outras	957.121	8.235.430	-	(215.266)	8.977.285
	7.515.356	**12.332.046**	**(372.412)**	**(2.886.653)**	**16.588.337**

As provisões para garantias de qualidade destinam-se a fazer face a eventuais problemas de qualidade nas obras efectuadas pelo Grupo, as quais contemplam, em média, um período de garantia de 5 anos. As provisões são constituídas por uma percentagem do valor da construção, que varia entre os 0,05% e os 0,5%, dependendo do segmento e empresa. O aumento contabilizado na rubrica 'Outras provisões' diz, essencialmente, respeito ao montante expectável de perda que o segmento RE Developer espera vir a incorrer com o abandono do mercado norte-americano. Este valor resulta dos saldos intra-grupo a receber que se estima, não sejam recuperados. A saída do perímetro de consolidação da Nova Eco, ProWind e RiaBlades, justificam, praticamente todo o montante registado relativo à variação da provisão por aplicação do método de equivalência patrimonial. O grupo não registou provisões para desmantelamento de parques eólicos ou solares, uma vez que não tem, actualmente, qualquer obrigação legal ou contratual para desmantelar esses activos e estima que, qualquer gasto de desmantelamento que venha a ter de incorrer seja recuperado pelo valor residual dos equipamentos. Dada a imprevisibilidade do momento de reversão das provisões e dada a natureza a que se destinam, o Grupo não procedeu à actualização financeira das mesmas.

32. PASSIVOS CONTINGENTES

A 31 de Dezembro de 2010, existiam os seguintes passivos contingentes:
a) Em 29 de Outubro de 2009, a Martifer Polska, em consórcio com a 'Ocekon Engenharia sro' (Eslováquia) celebrou, com a sociedade Energomontaz - Poludnie SA (Energomontaz), um acordo para as obras, cujo objecto era a fabricação, execução, entrega e instalação de telhado de aço do estádio Baltic Arena, em Gdańsk, na Polónia, no valor de aproximadamente 11,3 milhões de euros. Em 2 de Setembro de 2010, a Martifer recebeu da Energomontaz um aviso de rescisão imediata do contrato, sem qualquer aviso prévio. O motivo indicado para a quebra do contrato foi os atrasos na execução da obra, que, na opinião da Martifer é totalmente improcedente e ineficaz. No dia 17 de Dezembro de 2010, a Martifer entrou com uma acção em Tribunal contra a Energomontaz, exigindo um valor de aproximadamente 12,6 milhões de euros, valor que inclui juros, custo de capital envolvido e dano total causado à Martifer por falta de cooperação.
b) A Eviva Energy SRL (Roménia) solicitou o pedido de reembolso de IVA, no montante de Euro 3.530.000, o qual foi objecto de recusa por parte das autoridades fiscais romenas, encontrando-se actualmente em curso o processo de reclamação junto das mesmas de forma a reaver a totalidade do valor.
c) A subsidiária Martifer Solar Sistemas Solares (Espanha) desenvolveu o contrato de construção de parques solares para os clientes Cañaverosa Renovables, S.L. e Cañaverosa Fotovoltaica, S.L., encontrando-se actualmente em divida pelos clientes 42,3 milhões de euros. A recuperação deste valor está dependente da obtenção de financiamento por parte dos clientes, processo este que está em curso e a ser objecto de acompanhamento por parte da Martifer, assim como de outras operações. Entretanto os recebimentos estão a ocorrer à medida que os clientes procedem à recuperação do IVA, valores que serão canalizado para a redução da sua divida, vem como das receitas de exploração dos parques.
É expectativa da empresa que destes processos não ocorram perdas, pelo que não registou qualquer provisão para esse efeito.

33. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 os saldos da rubrica 'Estado e outros entes públicos' têm a seguinte composição:

	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	4.201.347	4.104.502
Imposto sobre o valor acrescentado	11.582.094	6.891.879
Contribuições para a segurança social	1.530.330	1.492.148
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	1.420.385	1.313.100
Outros impostos	662.971	75.992
Impostos em outros países	2.481.467	46.324
	21.878.594	**13.923.945**

34. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

A informação relativa aos outros passivos correntes, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como se segue:

	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009
ACRÉSCIMOS DE GASTOS		
Encargos com férias e subsídios de férias	6,177,510	6,073,039
Juros a liquidar	1,683,749	860,774
Produção efectuada por subempreiteiros não facturada	11,441,138	593,354
Outros acréscimos de gastos	6,254,874	6,643,405
	25,557,271	**14,170,571**
RENDIMENTOS DIFERIDOS		
Facturação antecipada (relativa a contratos de construção)	15,384,245	18,668,090
Subsídios ao investimento (nota 38)	1,725,855	1,063,716
Outros rendimentos diferidos	1,217,197	4,929,436
	18,327,297	**24,661,242**
	43,884,568	**38,831,813**

A variação ocorrida na na rubrica 'Outros rendimentos diferidos' justifica-se na medida em que no exercício de 2009 a mesma ter, essencialmente, reflectida a facturação antecipada da Martifer Energia, efectuada por conta de encomendas de torres e outros componentes metálicos.
Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as principais obras em curso do Grupo que justificam o saldo de 'Rendimentos diferidos – Facturação antecipada' são como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Nova Unidade da Cemengal Bélgica (Martifer Construções)	1.831.548	-
Parque Eólico Barão de S. João (Repower)	1.343.523	1.831.548
Douro Spirit (Navalria)	1.339.613	-
Parque Eólico Mingorubio (Repower)	443.171	-
Aeroporto de Dublin (Martifer Construções Irlanda)	-	1.718.115
Retail Park Barreiro (Martifer Construções)	-	686.750
Escritórios Camama (Martifer Angola)	-	598.930
Aeroporto Internacional de Luanda (Martifer Aluminios)	-	595.723
Parque Eólico Alto do Folgorosa (Repower)	-	577.591
Edifício sede da Chevron (Martifer Aluminios)	-	573.916
Edifícios Unitel (Martifer Aluminios)	-	570.622
Parque Eólico Sobrado (Repower)	-	512.091
Reconversão Refinaria Sines fase 2 (Martifer Construções)	-	469.349

35. DERIVADOS

O Grupo recorre a instrumentos financeiros derivados de taxa de juro no sentido de gerir a sua exposição a movimentos nas taxas de juro vigentes nos seus contratos de financiamento, fixando taxas de juro. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram estabelecidos os seguintes contratos de derivados:

31 DEZEMBRO 2009						
TIPO	PARTICIPADA	CONTRAPARTE	NACIONAL	TIPO	VENCIMENTO	JUSTO VALOR
Interest Rate SWAP	Martifer Construções	Banco Espírito Santo	900.000	Paga Taxa Fixa [3,45%] e Recebe Euribor 3M	Março de 2011	15.409
Interest Rate SWAP	Martifer Energia	Banco Espírito Santo	3.150.000	Paga Taxa Fixa [4,39%] e Recebe Euribor 3M	Novembro de 2012	246.873
Interest Rate SWAP	Holleben	HSH Nordbank AG	16.133.333	Paga Taxa Fixa [3,40%] e Recebe Euribor 6M	Dezembro de 2017	339.752
Interest Rate SWAP	Bippen	Bremer Landesbank	7.165.000	Paga Taxa Fixa [3,35%] e Recebe Euribor 6M	Dezembro de 2018	145.592
Interest Rate SWAP	Bippen	HSH Nordbank AG	7.165.000	Paga Taxa Fixa [3,35%] e Recebe Euribor 6M	Dezembro de 2018	160.432
						908.058

31 DEZEMBRO 2010						
TIPO	PARTICIPADA	CONTRAPARTE	NACIONAL	TIPO	VENCIMENTO	JUSTO VALOR
Interest Rate SWAP	Martifer Construções	Banco Espírito Santo	100.000	Paga Taxa Fixa [3,45%] e Recebe Euribor 3M	Março de 2011	606
Interest Rate SWAP	Martifer Energia	Banco Espírito Santo	2.100.000	Paga Taxa Fixa [4,39%] e Recebe Euribor 3M	Novembro de 2012	132.064
Interest Rate SWAP	Martifer Solar	Santander Totta	18.500.000	Paga Taxa Fixa [2,24%] e Recebe Euribor 3M	Outubro de 2015	250.479
Interest Rate SWAP	PE Vale Grande	Banco Espírito Santo	5.040.000	Paga Taxa Fixa [2,19%] e Recebe Euribor 6M	Junho de 2015	(9.297)
						373.852

O justo valor dos instrumentos financeiros acima referidos, avaliados pelas contrapartes, por se tratarem de cash-flow hedges foram registados por contrapartida da rubrica de capitais próprios 'Reservas de justo valor – Derivados' e em 'Derivados' no passivo.
O apuramento do justo valor dos derivados contratados pelo Grupo (essencialmente, swaps de taxa de juro) foi efectuado pelas respectivas contrapartes (instituições financeiras com quem celebramos tais contratos). O modelo de avaliação destes derivados, utilizado pelas contrapartes, baseia-se no método dos Cash Flows descontados, i.e, utilizando as Par Rates de Swaps, cotadas no mercado interbancário, e disponíveis nas páginas Reuters e/ou Bloomberg, para os prazos relevantes, sendo calculadas as respectivas taxas forwards e factores de desconto, que servem para descontar os cash flows fixos (fixed leg) e os cash flows variáveis (floating leg). O somatório das duas legs, dá o NPV (Net Present Value ou Valor Actualizado Líquido dos cash flows futuros ou justo valor dos derivados).

36. COMPROMISSOS

GARANTIAS FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as garantias bancárias prestadas pelo Grupo a terceiros referentes a garantias bancárias e a seguros caução prestados a donos de obras cujas empreitadas estão a cargo das diversas empresas do Grupo, discriminadas por moeda eram como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Euro		131.778.420
Zloti		4.375.719
Novo Leu		99.852
Dólar Americano		2.035.066
Dólar Australiano	1.356.053	566.600
Dirham Marroquino	160.197	-
Dinar Tunisino	89.917	-
	148.581.927	**138.855.657**

O detalhe por empresa do Grupo é como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Martifer Construções	43.947.524	50.030.468
Repower	17.650.955	10.954.372
Martifer Metallic Constructions SGPS	15.656.545	7.383.843
Martifer Solar Srl	13.889.203	-
Martifer Solar	8.568.505	12.319.053
Navalria	7.014.207	4.228.890
Martifer Alumínios	6.239.411	6.310.940
Martifer Solar Sistemas Solares	5.646.601	20.793.876
Martifer Construcciones Metalicas Espanha	4.523.749	2.622.805
Martifer Solar NV	4.317.183	-
Martifer Polska	3.807.602	2.774.632
Martifer Constructii	3.725.477	2.290.840
Solar Parks Construccion Parques Solares	3.000.000	-
Parque Solar Seseña I, S.L.	2.448.200	-
Martifer Energia Srl	1.456.256	-
Martifer Energia	1.454.602	5.290.203
Sassal Aluminium PTY LTD	1.356.053	566.600
Martifer Renovables ETVE SA	1.100.000	1.502.190
Martifer Konstrukcje	892.128	1.761.159
Martifer Aluminios Espanha	836.517	407.198
Martifer Inox	661.952	1.776.572
Promoquatro	192.073	1.317.072
Gesto Energia	60.000	60.000
Eviva Nalbant SRL	28.880	29.035
EUROCAB FV 1 SL	27.378	27.378
EUROCAB FV 8 SL	11.227	11.227
EUROCAB FV 9 SL	11.227	11.227
EUROCAB FV 10 SL	11.227	11.227
EUROCAB FV 11 SL	11.227	11.227
EUROCAB FV 12 SL	11.227	11.227
EUROCAB FV 17 SL	11.227	11.227
EUROCAB FV 18 SL	11.227	11.227
Home Energy	2.337	-
MGI	-	4.013.039
WPT	-	1.535.000
Martifer SGPS	-	287.500
Eviva Hidro SRL	-	287.500
Martifer Renewables PLN	-	206.903
	148.581.927	**138.855.657**

Em 31 de Dezembro de 2010, os compromissos com créditos documentários à importação eram os seguintes:

EMPRESA	ANO 2010
Martifer Construções, SA	857.754
Martifer Alumínios, SA	4.643.727
Martifer Inox, SA	2.245.172
Martifer Solar, SA	12.910.668
	20.657.321

Adicionalmente, apresentam-se os principais valores de outras garantias operacionais:

EMPRESA	ANO 2010	ANO 2009
Martifer SGPS	135.131.204	129.736.216
Martifer Metallic Constructions SGPS	64.913.176	59.245.577
Martifer Solar, SA	32.643.218	-
	232.687.598	**188.981.793**

Na Martifer SGPS o valor apresentado inclui uma fiança a favor da BP Portugal, para garantir pagamentos resultantes da aquisição de combustíveis pela Prio Energy, S.A., bem como outras garantias no âmbito dos compromissos assumidos com a construção de parques solares. Em Fevereiro de 2011 foram canceladadas garantias assumidas de Euro 40,8 milhões em virtude de terem sido assinados os certificados de aceitação final de quatro parques solares em Espanha.

Em virtude dos contratos de EPC para construção de parque solares obrigarem a Martifer Solar e/ou empresas por si participadas a assumir determinadas garantias, entre as quais, a garantia da qualidade dos materiais e desenho, das instalações fotovoltaicas, de obtenção de determinados rácios de performance e de potência dos módulos fotovoltaicos, a Martifer SGPS comprometeu-se a dotar a Martifer Solar e/ou empresas por si participadas dos meios necessários para garantir o cumprimento integral das obrigações contratuais. Neste momento, considera-se que a Martifer Solar já tem capacidade de suportar estes compromissos sem recurso à Holding.

O valor apresentado para a Martifer Metallic Constructions, SGPS respeita aos compromissos assumidos com a realização das obras em carteira, das quais se destacam as obras da fábrica 'Renault Tanger', 'Artenius Mega PTA' e 'Alstom'. O valor apresentado de responsabilidades assumidas pela Martifer Solar, SA respeita a garantias no âmbito dos compromissos assumidos com a construção de parques solares em Itália.

GARANTIAS REAIS

Em 31 de Dezembro de 2010 as garantias reais prestadas pelo Grupo são como se segue:

EMPRESA	GARANTIA	VALOR DO ACTIVO SUBJACENTE	VALOR EM DÍVIDA
Martifer Metallic Constructions SGPS	Penhor de acções da Martifer Aluminios SA	225.000	20.000.000
Martifer SGPS	Penhor de acções da Martifer Solar SA	37.500.000	26.250.000
Martifer Construções, SA	Hipoteca	6.062.637	100.000
Martifer Polska	Hipoteca	6.940.280	4.607.780
		50.727.917	**50.957.780**

No que respeita aos activos fixos tangíveis adquiridos chama-se a atenção para os seguintes compromissos contratuais:

No âmbito do Contrato de Atribuição de Capacidade de Injecção de Potência na Rede do Sistema Eléctrico de Serviço Público para Energia Eléctrica Produzida em Centrais Eólicas estabelecido entre a Ventinveste, S.A. e o Estado Português, o consórcio no qual o Grupo se

insere, ficou obrigado a contribuir em Euro 41.833.493 para o financiamento (através do Fundo de Inovação) de investigação a designar pelo Ministério da Economia e da Inovação, que ficará sob a orientação e supervisão de uma entidade pública. Deste montante já se encontra liquidado o valor de Euro 12.550.047 (ver nota 17). A responsabilidade do Grupo, relativamente a esta situação, será no máximo de 46,6% do valor que ainda não foi liquidado.

37. COMPLEMENTOS DE REFORMA

O Grupo não assumiu quaisquer responsabilidades com planos de reforma. No entanto, existe uma apólice, contratada com a Companhia de Seguros Global, que funciona como um fundo de capitalização, para complemento de reforma dos colaboradores do Grupo.
São abrangidos por este fundo todos os colaboradores com contrato de trabalho sem termo. Anualmente, sempre que o Conselho de Administração do Grupo assim o deliberar, é depositado um montante equivalente a um salário base em nome de cada um dos colaboradores. O exercício do direito ao referido complemento ocorre no momento da passagem ao estado de reforma. Cada colaborador pode então, optar pela transformação do fundo numa pensão mensal, ou em alternativa, resgatar 50% do valor acumulado e converter o restante numa renda mensal.

38. SUBSÍDIOS

O detalhe dos subsídios ao investimento atribuídos ao Grupo com impacto no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 é como se segue:

	SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO			
	VALOR DOS ACTIVOS	VALOR DO SUBSÍDIO	SALDO EM RENDIMENTOS DIFERIDOS (NOTA 34)	EFEITO NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Edifícios e outras construções	9.564.691	1.015.618	617.411	62.798
Equipamento básico	8.193.555	766.248	87.527	65.802
Equipamento administrativo	156.228	25.251	1.510	1.307
Outros subsídios ao investimento	-	1.019.407	1.019.407	-
	17.914.474	**2.826.524**	**1.725.855**	**129.907**

O detalhe dos subsídios à exploração registados na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, na rubrica de outros rendimentos / (gastos) operacionais é como se segue:

EMPRESA	DESIGNAÇÃO	VALOR DO SUBSÍDIO
Martifer SA	Formação	2.641
Home Energy France SAS	Apoio à Contratação	244
Martifer II Inox SA	Apoio à Contratação	961
MT Energia, SA	Investigação	19.000
Martifer Inovação e Gestão, SA	Apoio à Contratação	90.533
Martifer Inovação e Gestão, SA	Formação	273.501
Martifer - Hirschfeld Energy Systems	Apoio à Contratação	46.648
Repower	Apoio à Contratação	2.480
		436.008

39. TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transacções

As participadas do Grupo têm relações entre si que se qualificam como transacções com partes relacionadas. Todas estas transacções são efectuadas a preços de mercado.
Nos procedimentos de consolidação estas transacções são eliminadas, uma vez que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam informação da detentora e das suas subsidiárias como se de uma única empresa se tratasse.
Os saldos e transacções com empresas associadas, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, não são eliminadas, e ascenderam aos seguintes montantes:

	GASTOS		RENDIMENTOS		CONTAS A RECEBER		CONTAS A PAGAR	
EMPRESA	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Prio Foods SGPS, SA	-	-	292.081	-	51.899.159	-	5.967.102	-
Liszki Green Park Sp z o.o.	1.154	-	358.012	-	10.835.937	-	-	-
Prio Energy SGPS, SA	-	-	-	-	5.341.000	-	-	-
Parque Solar Seseña I, S.L.	-	-	-	-	1.445.250	-	-	-
Prio Biocombustiveis, SA	20.043	-	456.390	-	761.672	-	64.287	-
Prio Biocombustibil s.r.l.	7.389	-	-	-	462.841	-	18.078	-
Prio Agricultura s.r.l	-	-	-	-	399.542	-	1.196.592	-
Prio Foods, SA	12.868	-	330.828	-	372.484	-	919.469	-
Prio Energy, SA	643.784	-	979.434	-	246.287	-	2.326.797	-
Prio Extractie s.r.l.	-	-	10.211.224	-	72.249	-	377	-
Agrozootechnia Facaeni, SA	-	-	-	-	54.400	-	-	-
Prio Agricultura, SA (Moçambique)	-	-	-	-	41.845	-	-	-
Veiga & Seabra, SA	-	-	5.525	-	17.440	-	-	-
Mondefin, SA	-	-	23.016	-	7.881	-	-	-
Prio Agricultura e Extracção, Ltda	-	-	-	-	1.768	-	-	-
Agromec Balaciu, SA	-	-	957	-	-	-	-	-
Prio Biopaliwa	5.714	-	2.544	-	-	-	25.808	-
Proempar	-	-	-	2.012	-	9.267	5.000	82.681
WHS	-	-	-	-	-	380	-	2.250
Parque Tecnológico do Tâmega	-	-	-	-	-	-	5.000	-
	690.952	**-**	**12.660.011**	**2.012**	**71.959.755**	**9.647**	**10.528.510**	**84.931**

As contas a receber da Prio Foods, SGPS, S.A., relacionam-se com as prestações acessórias de capital, as quais não vencem juros e não têm prazo de reembolso e encontram-se deduzidas de Euro 4.957.673 relativos à aplicação do método de equivalência patrimonial no exercício de 2010.

Para além dos valores mencionados, nos quadros apresentados acima e abaixo, não existem quaisquer outros saldos ou transacções mantidas com partes relacionadas do Grupo.

EMPRESA	GASTOS		RENDIMENTOS		CONTAS A RECEBER		CONTAS A PAGAR	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Estia Development, Lda.	6.141	564.778	8.240	81.112	6.108	6.753	547.714	7.057.050
Estia R&W, SRL	1.099	2.625	24.984	79.535	10.009	31.092	3.692	6.225
Estia RO, SRL	114	-	4.566	-	5.952	-	-	-
Estia SGPS, S.A.	-	-	-	-	88.343	-	185.044	-
GreenVouga	3.500	-	-	1.829.008	2.217.309	2.194.809	-	12.474
HSF SGPS, SA	3.719	-	-	-	-	-	9.170.106	-
I'M SGPS, SA	8.979	32.861	-	8.217	-	37.261	402.013	377.747
Kozielska Sp. z o.o.	-	-	-	74.258	-	1.539.999	-	-
LusoLisboa - Auto-Estradas da Grande Lisboa, S.A.	-	-	20.798	-	-	-	-	-
Lusoscut – Auto-Estradas do Grande Porto, S.A.	-	-	-	1.148	-	1.378	-	-
Lusoscut – Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, S.A.	-	-	-	1.148	-	1.378	-	-
Mamaia Investments, SRL	-	-	5.136	3.326	4.064	2.752	-	-
Manvia, S.A.	-	-	-	-	-	-	2.102	-
M-City Szczecin, Sp. z o.o.	-	-	2.067	-	211	-	-	-
Mota-Engil Betão e Pré-Fabricados, Sociedade Unipessoal, Lda.	56.405	-	-	-	-	49.560	60.764	-
Mota-Engil Central Europe SGPS, S.A.	37.305	18.989	-	55.099	4.683	4.292	14.536	9.312
Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A.	729.740	-	15.443.348	14.340.585	14.771.967	8.233.282	1.477.587	1.176.244
MTO GMBH	1.078	35	-	-	-	-	1.305	1.403
Nana Fundulea Project Dev., BV	-	-	-	6.474	-	5.660	-	-
PowerBlades	71.587	-	6.809	5.176	219.669	-	-	283.610
Promodois, S.A.	-	-	2.021	1.210	-	-	-	6.542
Promodoze, S.A.	-	-	-	57	-	-	-	-
Promojeden, S.A.	74	25	18.111	19.696	1.077	7.259	-	1.243
Quartzolita, S.A.	-	-	-	107	-	-	-	-
Rentaco, Lda.	1.046	77.662	-	-	-	-	-	9.914
Ria Blades	96.602	-	8.995.123	6.149.858	7.445.541	801.108	371.454	3.030.721
RO Sud, SRL	-	-	4.566	3.989	3.899	3.319	-	-
Severis SGPS, S.A.	-	-	-	-	3.750.000	-	-	-
SOSEL - Correctores de Seguros, S.A.	-	-	-	-	-	6.680	-	-
Suma, S.A.	-	42.762	-	-	267.209	-	-	9.761
Tavira Gran-Plaza, S.A.	-	-	-	-	6.228	-	-	-
Vicaima GMBH	68	287	-	-	-	-	1.254	5.626
	1.017.459	**740.024**	**24.535.771**	**22.660.003**	**28.802.269**	**12.926.583**	**12.237.572**	**11.987.871**

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não foram reconhecidas perdas de imparidade relativamente a contas a receber de partes relacionadas.encontram cobertas por garantias. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não foram reconhecidas perdas de imparidade relativamente a contas a receber de partes relacionadas.

b) Compensações da administração e de outros gestores chave

As compensações atribuídas aos membros da administração e a outros gestores chave durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 ascenderam a Euro 3.038.469 e Euro 4.310.624, respectivamente.
Estas compensações são determinadas pela comissão de vencimentos, tendo em conta o desempenho individual e a evolução deste tipo de mercado de trabalho.
As remunerações atribuídas ao pessoal chave da gerência por categoria de remuneração podem ser resumidas como se segue (valores em Euro):

	ANO 2010	ANO 2009
Remunerações fixas	2.631.099	3.869.643
Remunerações variáveis	177.500	149.548
Complementos de reforma (Nota 37)	133.723	115.825
	2.942.322	**4.135.017**
Atribuível à unidade operacional detida para venda	-	576.722
	2.942.322	**3.558.295**

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Martifer SGPS, aprovada nos termos da Lei 28/2009, bem como o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos referidos órgãos, de forma agregada e individual é apresentado no Relatório de Governo Societário.

Adicionalmente, e para além das empresas incluídas na consolidação (Nota 2), procede-se à apresentação de uma listagem das partes relacionadas do Grupo Martifer:

Almina - Minas do Alentejo, S.A.
Ambigere, S.A. ("Ambigere")
Ambilital – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM. ("Ambilital")
Aqualevel - Gestão de Sistemas de informação, Soc. Unipessoal, Lda. ("Aqualevel")
Áreagolfe - Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golf, S.A. ("Áreagolfe")
Ascendi - Concessões de Transportes, SGPS, S.A. ("Ascendi SGPS")
Ascendi - Serviços de Assessoria, Gestão e Operação, S.A. ("Ascendi SA")
Ascendi Beiras Litoral e Alta - Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, S.A. ("Ascendi Beiras Litoral e Alta")
Ascendi Costa de Prata – Auto-Estradas da Costa de Prata, S.A. ("Ascendi Costa de Prata")
Ascendi Douro - Estradas do Douro Interior, S.A. ("Ascendi Douro")
Ascendi Grande Lisboa - Auto-Estradas da Grande Lisboa, S.A. ("Ascendi Grande Lisboa")
Ascendi Grande Porto – Auto-Estradas do Grande Porto, S.A. ("Ascendi Grande Porto")
Ascendi Group, SGPS, S.A. ("Ascendi Group SGPS")
Ascendi Norte – Auto-Estradas do Norte, S.A. ("Ascendi Norte")
Ascendi O&M, S.A. ("Ascendi O&M")
Ascendi Operadora BLA – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. ("Ascendi Operadora BLA")
Ascendi Operadora CP – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. ("Ascendi Operadora CP")
Ascendi Operadora DI - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. ("Ascendi Operadora DI")
Ascendi Operadora GL - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. ("Ascendi Operadora GL")
Ascendi Operadora GP – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. ("Ascendi Operadora GP")

Ascendi Operadora NT – Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. ("Ascendi Operadora NT")
Ascendi Operadora PI - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A ("Ascendi Operadora PI")
Ascendi Pinhal Interior - Estradas do Pinhal Interior, S.A. ("Ascendi Pinhal Interior")
Ascendi-Serv. de Assessoria Gestão e Operação, S.A. ("Ascendi SA")
Asinter – Comércio Internacional, Lda. ("Asinter")
Aurimove – Sociedade Imobiliária, S.A. ("Aurimove")
Auto Sueco Angola, S.A. ("Auto Sueco Angola")
Bay 6.3 Kft. ("Bay 6.3")
Bay Office Kft. ("Bay Office")
Bay Park Kft. ("Bay Park")
Bay Tower Kft. ("Bay Tower")
Bay Wellness Kft. ("Bay Wellness")
Beiratir - Terminais da Covilhã, Lda. ("Beiratir")
Berd - Projecto Investigação e Engenharia de Pontes, SA ("Berd")
Bergamon, A.S. ("Bergamon")
Bicske Plaza Kft. ("Bicske Plaza")
Bohdalecká Project Development s.r.o. ("Bohdalecká")
Calçadas do Douro - Sociedade Imobiliária, Lda. ("Calçadas do Douro")
Carlos Augusto Pinto dos Santos & Filhos S.A. ("Capsfil")
CGR Catanduva - Centro de Gerenciamento de Resíduos, Ltda. ("CGR Catanduva")
CGR Guatapará - Centro de Gerenciamento de Resíduos, Ltda. ("CGR Guatapará")
CGR Jardinópolis - Centro de Gerenciamento de Resíduos, Ltda. ("CGR Jardinópolis")
CGR Participações S.A. ("CGR Participações")
Chinalog - Serviços Logísticos e Consultadoria, Lda. ("Chinalog")
Cimertex & Companhia- Comércio Equip. e Ser. Técnicos, Lda. ("Cimertex & Companhia")
Cimertex Angola – Sociedade de Máquinas e Equipamentos, Lda. ("Cimertex Angola")
Citrave - Centro Integrado de Resíduos de Aveiro, S.A. ("Citrave")
Citrup – Centro Integrado de Resíduos, Lda. ("Citrup")
City Profit - Inv. Imobiliários e Turísticos, Lda.
Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, S.A. ("CPTP")
Concesionaria Autopista Perote Xalapa, S.A. DE C.V. ("Concesionaria Perote Xalapa")
Construcciones Crespo, SA ("Crespo")
Constructora Autopista Perote Xalapa, S.A. de C.V. ("Constructora Perote Xapala")
Corgimobil - Empresa Imobiliária das Corgas, Lda. ("Corgimobil")
Correia & Correia, Lda. ("Correia & Correia")
Detalhes Urbanos, S.A.
Devonská Project Development A.S. ("Devonská")
Dmowskiego Project Development ("Dmowskiego")
Domínio Reservado, Lda.
E.A.Moreira - Agentes de Navegação, S.A. ("E.A. Moreira")
Ecolezíria - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, E. I. M. ("Ecolezíria")
Edifício Mota Viso – Soc. Imobiliária, Lda. ("Mota Viso")
Edipainel – Utilidades, Equipamentos e Investimentos Imobiliários, Lda. ("Edipainel")
Ekosrodowisko Spólka z.o.o. ("Ekosrodowisko")
Emocil – Empresa Moçambicana de Construção Imobiliária ("Emocil")
EMSA – Empreendimentos e Exploração de Estacionamentos, S.A. ("EMSA")
Engber Kft. ("Engber")
Enviroil – Resíduos e Energia, Lda. ("Enviroil")
EPDM - Empresa de Perfuração e Desenvolvimento Mineiro, S.A.
Estia Development, Lda.
Estia R&W, SRL
Estia RO, SRL
Estia SGPS, S.A.
Estialiving Residência Aveiro, S.A.
Estialiving Residência Viana S.A.
Estialiving, S.A.
Estradas do Zambeze, S.A. ("Estradas do Zambeze")
Expertoption, SGPS S.A.
Ferreiros & Almeida, S.A.
Ferrovias e Construções, S.A. ("Ferrovias")
Fibreglass Sundlete (Moç), Lda. ("Fibreglass")
Geo Vision, Soluções Ambientais e Energia, S.A. ("Geo Vision")
Gestiponte - Operação e Manutenção das Travessias do Tejo, S.A. ("Gestiponte")
Glan Agua, Ltd ("Glanagua")
Grossiman, S.L. ("Grossiman")
GT - Investimentos Internacionais SGPS, SA ("GT SGPS")
Haçor, Conc. Edifício do hospital da ilha terceira, SA ("Haçor")
Hifer Construcción Conservación y Servicios, S.A. ("Hifer")
HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. ("HL - Sociedade Gestora do Edifício")
HSF SGPS, S.A.
Hungária Hotel Kft. Achat ("Hotel Achat Hungria")
Ibercargo Rail, S.A. ("Ibercargo")
Icer – Indústria de Cerâmica, Lda. ("Icer")
I'M Mining SGPS, SA
I'M Serviços de Gestão, Lda.
I'M SGPS, SA
Indaqua – Indústria e Gestão de Águas, S.A. ("Indaqua")
Indaqua Fafe – Gestão de Águas de Fafe, S.A. ("Indaqua Fafe")
Indaqua Feira - Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A. ("Indaqua Feira")
Indaqua Matosinhos - Gestão de Águas de Matosinhos, S.A. ("Indaqua Matosinhos")
Indaqua Santo Tirso – Gestão de Águas de Santo Tirso, S.A. ("Indaqua Sto. Tirso")
Indaqua Vila do Conde - Gestão de Águas de Vila do Conde, S.A. ("Indaqua Conde")
Invespor Holding, BV
InvestAmbiente - Recolha de Resíduos e Gestão de Sistemas de Saneamento Básico, S.A. ("Investambiente")
Jeremiasova Project Development, s.r.o. ("Jeremiasova")
Kilińskiego Project Development Sp. z o.o. ("Kilin")
Kordylewskiego Project Development Sp. z o.o. ("Kord")
Kozielska Sp. z o.o. ("Kozielska")
Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda. ("Largo do Paço")
Leão Ambiental, S.A. ("Leão Ambiental")
Liscont - Operadores de Contentores, S.A. ("Liscont")
Lisprojecto - Consultoria e Soluções Informáticas, S.A. ("Lisprojecto")
Logz - Atlantic Hub, S.A. ("Logz")
Lokemark - Soluções de Marketing ("Lokemark")
Luma - Limpeza Urbana e Meio Ambiente, Ltda. ("Luma")
LusoLisboa - Auto-Estradas da Grande Lisboa, S.A. ("LusoLisboa")
Lusoponte - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A. ("Lusoponte")
Lusoscut – Auto-Estradas do Grande Porto, S.A. ("Lusoscut GP")
Lusoscut – Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, S.A. ("Lusoscut BLA")
Magnum Cap, Lda.
Mamaia Investments, SRL ("Mamaia")
Manvia - Manutenção e Exploração de Instalações e Construção, S.A. ("Manvia")
M-City Szczecin, Sp. z o.o.

MESP Central Europe Sp. z o. o. ("MESP Central Europe")
MESP-Mota Engil , Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, S.A. ("Mota-Engil Serviços Partilhados")
Metroepszolg, Zrt ("Metroepszolg")
Mil e Sessenta – Sociedade Imobiliária, Lda. ("Mil e Sessenta")
M-Invest Bohdalec, A.S., v likvidaci ("M-Invest Bohdalec")
M-Invest Devonska, s.r.o. ("M-Invest Devonska")
M-Invest Slovakia Mierova , s.r.o. ("Mierova")
M-Invest Slovakia Trnavska, s.r.o. ("Trnavska")
M-Invest Slovakia, s.r.o. ("M-Invest Slovakia")
M-Invest, sro ("M-Invest")
MK Contractors, LLC ("MKC")
Mota Internacional – Comércio e Consultadoria Económica, Lda. ("Mota Internacional")
Motadómus - Sociedade Imobiliária, Lda. ("Motadómus")
Mota-Engil Betão e Pré-Fabricados, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Mota-Engil Betão e Pré-Fabricados")
Mota-Engil Brand Management B.V. ("Mota-Engil Brand Management")
Mota-Engil Brasil Participações, Ltda. ("Mota-Engil Brasil")
Mota-Engil Central Europe Česka Republika ("Mota-Engil Central Europe República Checa")
Mota-Engil Central Europe Magyaroszág Kft. ("Mota-Engil Central Europe Magyaroszág")
Mota-Engil Central Europe Romania S.R.L. ("Mota-Engil Central Europe Roménia")
Mota-Engil Central Europe Slovenská Republika ("Mota-Engil Central Europe Eslováquia")
Mota-Engil Central Europe, S.A. ("Mota-Engil Central Europe Polónia")
Mota-Engil Central Europe, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Central Europe SGPS")
Mota-Engil Energia, S.A. ("Mota-Engil Energia")
Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A. ("Mota-Engil Engenharia")
Mota-Engil II, Gestão, Ambiente, Energia e Concessões de Serviços, S.A. ("MEAS II")
Mota-Engil Investitii AV s.r.l. ("Mota-Engil Investitii")
Mota-Engil Ireland Construction Limited ("Mota-Engil Irlanda")
Mota-Engil Ireland Services Ltd. ("MEIS")
Mota-Engil Krusziwa S.A. ("Mota-Engil Krusziwa")
Mota-Engil Lublin Sp. z o. o. ("Mota-Engil Lublin")
Mota-Engil Magyarország Zrt. ("Mota-Engil Magyarország")
Mota-Engil Pavimentações, S.A. ("Mota-Engil Pavimentações")
Mota-Engil Project 1 Kft. ("GOD")
Mota-Engil Property Investments Sp. z o.o. ("Mota-Engil Property")
Mota-Engil Real Estate Hungary Kft ("Mota-Engil Real Estate Hungria")
Mota-Engil Real Estate Management ("Mota-Engil Real Estate Management")
Mota-Engil Real Estate Portugal, S.A. ("Mota-Engil Real Estate Portugal")
Mota-Engil S.Tomé e Principe ("Mota-Engil S.Tomé")
Mota-Engil Srodowisko, Sp. z.o.o. ("MES")
Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Ambiente e Serviços")
Mota-Engil, Brands Development Limited ("Mota-Engil Brands Development")
Mota-Engil, SGPS, S.A., Sociedade Aberta ("Mota-Engil SGPS")
MTO GmbH
Multiterminal - Soc. de Estiva e Tráfego, S.A. ("Multiterminal")
Nádor Öböl Kft. ("Nádor Obol")
Nana Fundulea Project Dev., BV
NGA - Núcleo de Gerenciamento Ambiental, Ltda. ("NGA")
NGA Jardinópolis - Núcleo de Gerenciamento Ambiental, Ltda. ("NGA Jardinópolis")
NGA Ribeirão Preto - Núcleo de Gerenciamento Ambiental, Ltda. ("NGA Ribeirão Preto")
Norcargas - Cargas e Descargas, Lda. ("Norcargas")
Nortedómus, Lda. ("Nortedómus")
Nova Beira - Gestão de Resíduos, S.A. ("Nova Beira")
Novaflex - Técnicas do Ambiente, S.A. ("Novaflex")
Novicer-Cerâmicas de Angola, Lda. ("Novicer")
Öböl Invest Kft. ("Obol Invest")
Öböl XI Kft. ("Obol XI")
Operadora das Estradas do Zambeze, S.A. ("Operadora Estradas do Zambeze")
Operport - Sociedade Portuguesa de Operadores Portuários, Lda. ("Operport")
Padrão Invulgar, Lda.
Park Charge - Energy Systems, Lda.
Parquegil - Planeamento e Gestão de Estacionamento, S.A. ("Parquegil")
Pentele-Alisca Autópálya - Uzemeleto Kft. ("Pentele-Alisca")
Piastowska Project Development Sp. z o.o. ("Piastowska")
Planinova – Sociedade Imobiliária, S.A. ("Planinova")
Plaza Center, S.A.
Prefal – Préfabricados de Luanda, Lda. ("Prefal")
Probigalp Ligantes Betuminosos, S.A. ("Probigalp")
Promodois, S.A.
Promodoze, S.A.
Promojeden, S.A.
Promovinte, S.A.
Przedsiebiorstwo Robót Drogowo - Mostowych w Lublinie Sp z o.o. ("PRD-M Lublin")
Quartzolita - Minas, Geotecnia e Construções, S.A.
Real Verde - Técnicas de Ambiente, S.A. ("Real Verde")
Realmota, sro ("Realmota")
Rentaco - Equipamentos de Construção, Transportes, Combustíveis e Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Rentaco")
Rentaco Angola ("Rentaco Angola")
Resiges - Gestão de Resíduos Hospitalares, Lda. ("Resiges")
Resilei – Tratamento de Resíduos Industriais, Lda ("Resilei")
Rima – Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A. ("Rima")
RO Sud, SRL
RTA - Rio Tâmega, Turismo e Recreio, S.A. ("RTA")
Rumo Soberano, Unipessoal Lda.
Sadomar - Ag. de Naveg. e Trânsitos, S.A. ("Sadomar")
Sadoport - Terminal Marítimo do Sado, S.A. ("Sadoport")
Sampaio Kft. ("Sampaio")
Sealine - Navegação e Afretamentos ("Sealine")
Sedengil – Sociedade Imobiliária, Lda. ("Sedengil")
Serurb Brasil Participações Ltda. ("Serurb Brasil")
Severis SGPS, S.A.
SGA – Sociedade de Golfe de Amarante, S.A. ("SGA")
SIGA - Serviço Integrado Gestão Ambiental ("Siga")
Símbolo Abstracto, Lda.
SLPP - Serviços Logísticos de Portos Portugueses, S.A. ("SLPP")
Socarpor - Soc. Cargas Port. (Aveiro), S.A. ("Socarpor Aveiro")
Socarpor - Soc. Gestora de Participações Sociais (Douro e Leixões), S.A. ("Socarpor SGPS")
Sociedade de Terminais de Moçambique, Lda ("STM")
Sołtysowska Project Development Sp. z o.o. ("Soltysowska")
Sonauta - Sociedade de Navegação, Lda. ("Sonauta")
SOSEL - Correctores de Seguros, S.A.
Sotagus - Terminal de Contentores de Santa Apolónia, S.A. ("Sotagus")

SRI - Gestão de Resíduos, Lda ("SRI")
Steinerova Project Development A.S. ("Steinerova")
Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma")
Suma (Douro) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Douro")
Suma (Esposende) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Esposende")
Suma (Matosinhos) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Matosinhos")
Suma (Porto) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Porto")
Suma Brasil Participações Ltda. ("Suma Brasil")
Tabella Holding, BV ("Tabella")
Takargo-Trasporte de Mercadorias, S.A. ("Takargo")
Tavira Gran-Plaza, S.A.
TCL - Terminal de Contentores de Leixões, S.A. ("TCL")
Tecnocarril – Sociedade de Serviços Industriais e Ferroviários, Lda. ("Tecnocarril")
Terminais Portuários Euroandinos ("Terminais Portuários México")
Ternor - Sociedade de Exploração de Terminais, S.A. ("Ternor")
Tersado - Terminais Portuários do Sado, S.A. ("Tersado")
Tertir - Concessões Portuárias, SGPS, S.A. ("Tertir SGPS")
Tertir - Terminais de Portugal, S.A. ("Tertir")
Tertir - Tráfego e Estiva, SGPS, Lda. ("Tertir - Tráfego e Estiva")
Tetenyi Project Development Kft ("Tetenyi")
Tracevia – Sinalização, Segurança e Gestão de Tráfego, Lda. ("Tracevia")
Tracevia Angola - Sinalização, Segurança e Gestão de Tráfego, Lda. ("Tracevia Angola")
Transitex - Trânsitos de Extremadura, S.A. ("Transitex Portugal")
Transitex - Trânsitos de Extremadura, S.L. ("Transitex Espanha")
Transitex México, S.A. de C.V. ("Transitex México")
Transitex Moçambique, Lda ("Transitex Moçambique")
Transitos de Extremadura S.L. Transitex Lietuvos filialas ("Transitex Lituânia")
Translei, S.A. ("Translei")
Transporlixos - Transportes de Lixos, S.A. ("Transporlixos")
Tratofoz - Sociedade de Tratamento de Resíduos, S.A. ("Tratofoz")
Traversofer - Industrie et Services Ferroviaires SARL ("Traversofer")
Triu - Técnicas de Resíduos Industriais e Urbanos, S.A. ("Triu")
TTRM, Transferência e Triagem de Resíduos da Madeira ACE ("TTRM")
Turalgo-Sociedade de Promoção Imobiliária e Turística do Algarve, S.A. ("Turalgo")
VBT - Projectos e Obras de Arquitectura Paisagística, Lda ("VBT")
Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, S.A. ("Vibeiras")
Vic, GmbH
Vicaima, GmbH
Vista Energy Environment & Services ("Vista SA")
Vista Waste Management, Lda ("Vista Waste")
Vista Water, Lda. ("Vista Water")
Vortal – Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A. ("Vortal")
Wideland Vision, Lda.
Wilanow Project Development SP. z o.o. ("Wilanow")
Wilenska Project Development Sp. z o.o. ("Wilenska")
Zöld-Project 2 Kft. ("GOD 2")
Zsombor Utcai Kft. ("Zsombor")

Adicionalmente, procede-se à apresentação dos Administradores da Martifer SGPS:
i.Carlos Manuel Marques Martins
ii.Jorge Alberto Marques Martins
iii. Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
iv. Luís Filipe Cardoso da Silva
v. Mário Jorge Henriques Couto
vi. Luís Valadares Tavares
vii. Jorge Bento Ribeiro Barbosa Farinha

40. JOINT VENTURES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o contributo das empresas conjuntamente controladas para as demonstrações financeiras consolidadas anexas, antes de eliminações intra-grupo, é como se segue:

	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009
Activos correntes	24.671.524	30.715.268
Activos não correntes	66.553.039	50.400.839
Passivos correntes	15.894.415	29.819.597
Passivos não correntes	62.869.935	44.767.865

	ANO 2010	ANO 2009
Total de rendimentos	14.444.290	30.657.887
Total de gastos	15.333.293	34.335.926
Contribuição para o resultado líquido do exercício	(1.033.415)	(4.053.097)

41. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 3 de Fevereiro de 2011, a Martifer vendeu a sua participação de 50% na REpower Portugal à REpower Systems AG, que assim passa a deter a empresa na sua totalidade. Adicionalmente a Martifer também vendeu a sua participação de 10% da Powerblades, uma joint venture para o fabrico de pás, à REpower, que agora detém 100% da empresa.
Em 21 de Fevereiro foi aprovada pela Autoridade da Concorrência, sem imposição de condições ou obrigações, a transação de venda da Home Energy à EDP Serviços. O contrato de venda da Home Energy foi celebrado a 30 de Dezembro de 2010 tendo ficado condicionado à referida autorização. Destas transacções resultou um ganho de, aproximadamente, Euro 6,3 milhões.

42. RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 podem ser analisadas como segue:

	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009
Recebimentos		
Alienação da participação financeira na EDP	45.202.282	-
Alienação do PE Holleben	15.711.000	-
Alienação do PE Bippen	10.639.000	-
Redução do interesse económico na PRIO	10.000.000	-
Alienação de 50% do PE Penha da Gardunha	5.149.002	-
Alienação da Home Energy	2.050.814	-
Alienação da GreenVouga	1.750.000	-
Alienação da participação financeira na Repower Systems AG	-	179.496.973
Outros	2.135.610	3.637.910
	92.637.708	183.134.883
Pagamentos		
Aquisição da Martifer Alumínios	11.250.000	-
Milestones Wiatrowa	1.624.082	-
Milestones SPEE2	1.375.000	-
Aquisição do PE Penha da Gardunha	-	3.476.538
Milestones Macquarie Capital Wind Fund	-	2.903.938
Aquisição de 25% da Ground Investment	-	1.687.500
Outros	2.500	1.023.856
	14.251.582	9.091.832

43. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de Fevereiro de 2011. Adicionalmente, as demonstrações financeiras anexas em 31 de Dezembro de 2010, estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Grupo entende que as mesmas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

Oliveira de Frades, 24 de Fevereiro de 2011

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Rui Miguel Alexandre

A ADMINISTRAÇÃO

Carlos Manuel Marques Martins
(Presidente)

Jorge Alberto Marques Martins
(Vice-Presidente)

Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
(Vogal do Conselho de Administração)

Luís Filipe Cardoso da Silva
(Vogal do Conselho de Administração)

Mário Jorge Henriques Couto
(Vogal do Conselho de Administração)

Luís Valadares Tavares
(Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Bento Ribeiro Barbosa Farinha
(Vogal do Conselho de Administração)

INFORMAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL

Natura Towers | PORTUGAL

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS

Demonstrações individuais dos resultados por naturezas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

	NOTAS	ANO 2010 IFRS (AUDITADO)	ANO 2010 IFRS (AUDITADO)
Vendas e prestações de serviços	2	4.139.631	1.887.381
Fornecimentos e serviços externos	3	(972.859)	(603.061)
Gastos com o pessoal	4	(2.047.753)	(1.818.612)
Outros rendimentos e ganhos		104.634	10.225
Outros gastos e perdas		(38.952)	(193.770)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**1.184.701**	**(717.838)**
Amortizações	10 e 11	(47.480)	(19.257)
Provisões e perdas de imparidade	5	(65.776.190)	(61.674.144)
Resultado operacional		**(64.638.969)**	**(62.411.239)**
Juros e rendimentos similares obtidos	6	6.895.828	3.391.691
Juros e gastos similares suportados	6	(4.271.434)	(3.439.105)
Ganhos/perdas em investimentos financeiros	7	(7.990.165)	179.762.397
Resultado antes de impostos		**(70.004.740)**	**117.303.744**
Imposto sobre o rendimento	8	(831.798)	(3.787)
Resultado líquido do exercício		**(70.836.538)**	**117.299.956**
Resultado líquido por acção			
básico	9	(0,7089)	1,1730
diluído	9	(0,7089)	1,1730

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

Demonstrações individuais do rendimento integral para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

	ANO 2010 IFRS (AUDITADO)	ANO 2010 IFRS (AUDITADO)
Resultado líquido do exercício	(70.836.538)	117.299.956
Justo valor de instrumentos financeiros derivados, líquido de imposto		
Justo valor de investimentos financeiros disponíveis para venda, líquido de imposto		
Reserva de reavaliação de activos fixos tangíveis, líquido de imposto		
Resultados reconhecidos directamente no capital próprio	**-**	**-**
Rendimento integral do exercício	**(70.836.538)**	**117.299.956**

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

Demonstrações da posição financeira individual em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 1 de janeiro de 2009

	NOTAS	31 DEZEMBRO 2010 IFRS (AUDITADO)	31 DEZEMBRO 2009 IFRS (AUDITADO)	1 JANEIRO 2009 IFRS (AUDITADO)
Activo				
Não corrente				
Activos fixos tangíveis	11	98.529	107.160	56.007
Activos intangíveis	10	4.061	7.071	756
Participações financeiras - outros métodos	12	180.348.429	277.122.646	304.462.946
Empresas do Grupo	13	129.876.000	82.807.567	9.312.630
Activos por impostos diferidos		1.304.196	2.054.196	2.056.319
		311.631.215	**362.098.640**	**315.888.659**
Corrente				
Clientes	14	2.024.835	2.463.077	619.779
Estado e outros entes públicos	15	295.533	411.517	456.646
Empresas do Grupo	13	64.773.283	51.266.352	14.088.719
Outras contas a receber	14	4.617.604	6.804.279	34.249.275
Diferimentos		1.280.225	839.536	1.568.092
Activos não correntes detidos para venda		-	-	1.231.380
Caixa e depósitos bancários	16	235.312	873.152	114.031
		73.226.793	62.657.912	52.327.922
Total do Activo		**384.858.008**	**424.756.553**	**368.216.580**
Capital Próprio				
Capital realizado	17	50.000.000	50.000.000	50.000.000
Acções/quotas próprias	17	(852.587)	-	-
Prémios de emissão	17	186.500.000	186.500.000	186.500.000
Reservas legais	17	7.696.844	2.713.238	2.508.169
Outras reservas	17	966.082	17.347	-
Resultados transitados		92.616.657	(8.847.106)	(12.860.823)
Outras variações no capital próprio		-	-	(12.030)
Resultado líquido do período		(70.836.538)	117.299.956	4.101.392
Total do Capital Próprio		**266.090.458**	**347.683.436**	**230.236.708**
Passivo				
Não corrente				
Provisões		-	-	117.394
Financiamentos obtidos	18	53.859.375	-	1.196.242
		53.859.375	-	1.313.636
Corrente				
Fornecedores	19	345.028	279.568	467.369
Estado e outros entes públicos	15	207.753	298.556	202.141
Empresas do Grupo		-	22.223	22.223
Financiamentos obtidos	18	63.310.625	76.051.867	135.062.956
Outras contas a pagar	19	1.044.769	420.902	897.395
Instrumentos Financeiros Derivados				14.153
		64.908.175	77.073.116	136.666.237
Total do Passivo		**118.767.550**	**77.073.116**	**137.979.872**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**384.858.008**	**424.756.553**	**368.216.580**

The accompanying notes are part of these financial statements

Demonstrações individuais das alterações no capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

	CAPITAL REALIZADO	PRÉMIOS DE EMISSÃO	ACÇÕES/ QUOTAS PRÓPRIAS	AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2009	**50.000.000**	**186.500.000**	**0**	**4.225.677**	**2.508.169**	**0**	**27.196.982**	**0**	**4.101.392**	**274.532.221**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico				(4.225.677)			(40.057.805)	(12.030)		(44.295.513)
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0
Ajustamentos por impostos diferidos										0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio										0
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									117.299.956	117.299.956
RESULTADO INTEGRAL	0	0	0	0	0	0	0	0	117.299.956	117.299.956
Realizações de capital										0
Realizações de prémios de emissão										0
Distribuições										0
Entradas para cobertura de perdas										0
Aplicação do resultado líquido do período anterior					205.070		3.896.323		(4.101.392)	0
Aquisição/alienação de acções/quotas próprias										0
Outras operações						17.347	117.394	12.030		146.771
	0	0	0	0	205.070	17.347	4.013.717	12.030	(4.101.392)	146.771
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2009	**50.000.000**	**186.500.000**	**0**	**0**	**2.713.238**	**17.347**	**(8.847.106)**	**0**	**117.299.956**	**347.683.436**
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2010	**50.000.000**	**186.500.000**	**0**	**0**	**2.713.238**	**17.347**	**(8.847.106)**	**0**	**117.299.956**	**347.683.436**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0
Ajustamentos por impostos diferidos										0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio										0
	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									(70.836.538)	(70.836.538)
RESULTADO INTEGRAL	0	0	0	0	0	0	0	0	(70.836.538)	(70.836.538)
Realizações de capital										0
Realizações de prémios de emissão										0
Distribuições							(10.000.000)			(10.000.000)
Entradas para cobertura de perdas										0
Aplicação do resultado líquido do período anterior					4.983.606		112.316.350		(117.299.956)	0
Aquisição/alienação de acções/quotas próprias			(852.587)			852.587	-852.587			(852.587)
Outras operações						96.147				96.147
	0	0	(852.587)	0	4.983.606	948.734	101.463.763	0	(117.299.956)	-10.756.440
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	**50.000.000**	**186.500.000**	**(852.587)**	**0**	**7.696.844**	**966.082**	**92.616.657**	**0**	**(70.836.538)**	**266.090.458**

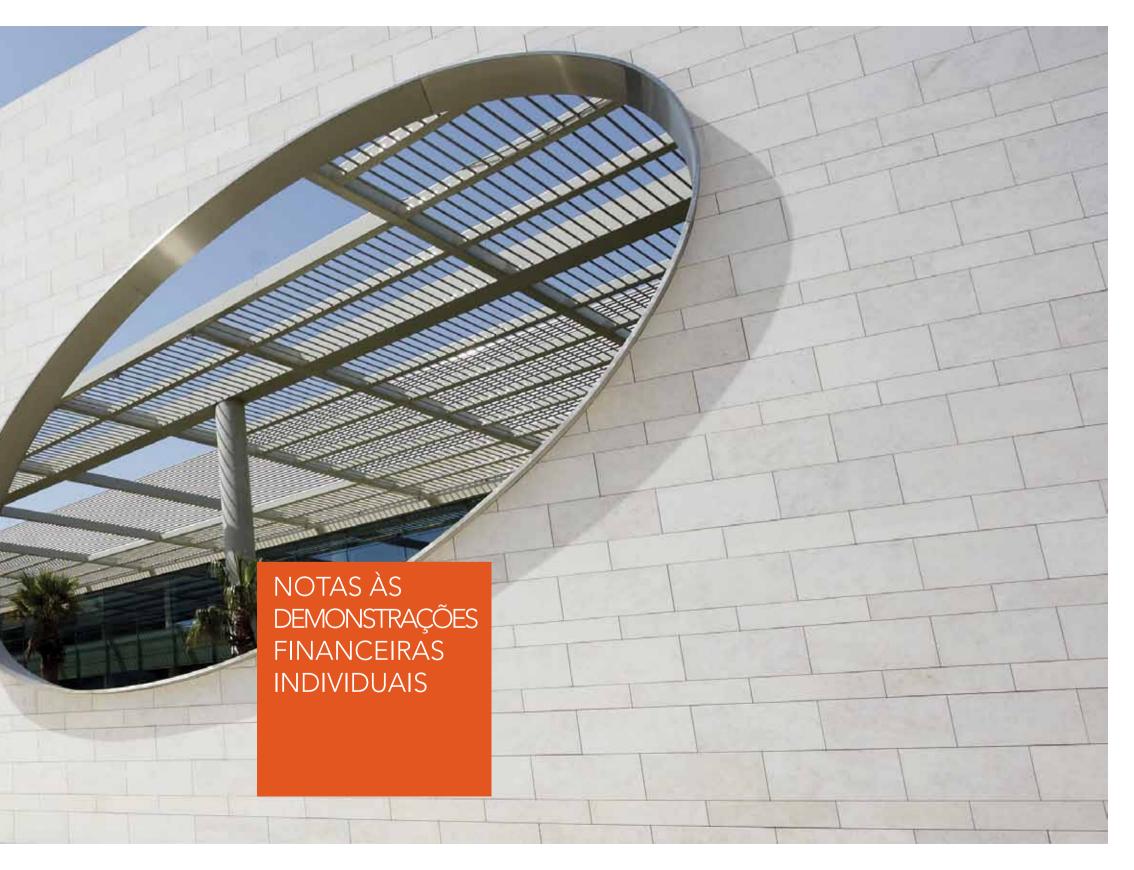
Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

Demonstrações individuais dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

	NOTAS	ANO 2010 IFRS (AUDITADO)	ANO 2010 IFRS (AUDITADO)
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		9.164.543	45.290
Pagamentos a fornecedores		(817.100)	(818.697)
Pagamentos ao pessoal		(1.959.712)	(1.696.541)
Fluxos gerados pelas operações		6.387.731	(2.469.949)
Pagamento de imposto sobre o rendimento		397.606	41.342
Outros recebimentos /(pagamentos) de actividades operacionais		683.361	272.080
Fluxos das actividades operacionais (1)		7.468.697	(2.156.526)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos provenientes de:		(244.212.600)	(171.088.040)
Investimentos financeiros	12	(108.153)	(96.879)
Activos fixos tangíveis		(624)	
Activos intangíveis		(244.321.376)	(171.184.919)
Recebimentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	12	209.491.821	234.163.155
Activos fixos tangíveis		72.298	
Juros e proveitos similares		1.776.753	3.913.351
		211.340.872	238.076.506
Fluxos das actividades de investimento (2)		(32.980.505)	66.891.587
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		350.909.904	836.726.325
		350.909.904	836.726.325
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(310.041.771)	(896.933.655)
Juros e gastos similares		(5.272.984)	(3.768.610)
Dividendos		(9.871.178)	-
Aquisição de acções próprias		(850.004)	-
		(326.035.937)	(900.702.265)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		24.873.967	(63.975.940)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(637.840)	759.121
Caixa e seus equivalentes no início do período	16	873.152	114.031
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	235.312	873.152

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras

Fundação Champalimaud | PORTUGAL

NOTAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS

Nota introdutória

A Martifer SGPS, S.A. (“Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede na Zona Industrial, Apartado 17, Oliveira de Frades - Portugal, constituída em 29 de Outubro de 2004 e que tem como actividade principal a gestão das participações sociais por si detidas e prestação de serviços de suporte às empresas do Grupo.
A partir de Junho de 2007 e após a realização com sucesso de uma Oferta Pública de Subscrição a Martifer SGPS, S.A. passou a ter as suas acções cotadas na Euronext Lisboa.
A Empresa encontra-se obrigada, nos termos do Artº 4º do Regulamento nº 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, a elaborar as suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia nos termos do Artº 3º do referido regulamento.
A empresa adoptou pela primeira vez, no exercício de 2010, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia.
Todos os montantes apresentados nestas notas explicativas são apresentados em Euro, salvo se expressamente referido em contrário.

1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras individuais da Martifer, SGPS, SA e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (‘IFRS’), tal como adoptadas pela União Europeia, em vigor para o exercício económico iniciado em 1 de Janeiro de 2010. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (‘IASB’) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (‘IFRIC’) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (‘SIC’), que tenham sido adoptadas na União Europeia.
As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para a reavaliação de certos activos não correntes e de certos instrumentos financeiros, que se encontram registados pelo justo valor.
Para a Empresa, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB).
A Empresa adoptou pela primeira vez no exercício de 2010 as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, de acordo com a IFRS 1 – ‘Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro’, pelo que a informação comparativa apresentada foi preparada segundo os IFRS. A reconciliação e descrição dos efeitos de transição de POC para IFRS, nos capitais próprios e resultados do exercício da Empresa, são apresentadas na Nota 25.
Na preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os IAS/IFRS, o Conselho de Administração da Empresa adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos reportados, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados (Nota 1 xvii)). Todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo Conselho de Administração foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.
As demonstrações financeiras anexas foram preparadas para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. O Conselho de Administração entende que as mesmas serão aprovadas sem alterações.

PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Os principais critérios valorimétricos, julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais da Empresa, nos exercícios apresentados, são os seguintes:

i) Activos não correntes classificados como detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda quando o valor dos mesmos for recuperado através de uma operação de venda, ao invés do seu uso continuado ou quando a Empresa perde o controlo sobre uma unidade operacional significativa. Contudo, tal classificação exige que a transacção de venda seja altamente provável, que o activo se encontre disponível para venda imediata, que o Conselho de Administração da Empresa esteja comprometido com a alienação do mesmo e que a mesma ocorra no curto prazo (normalmente, mas não exclusivamente no prazo de um ano).
Os activos não correntes classificados como detidos para venda são registados ao mais baixo do seu valor contabilístico, ou do seu valor de realização, deduzido dos gastos com a sua alienação, sendo a amortização dos activos fixos afectos à unidade operacional detida para venda interrompida durante tal período.

ii) Activos intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos pela Empresa encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, e só são reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para a Empresa, se possa medir razoavelmente o seu valor e se a Empresa possuir o controlo sobre os mesmos.
Os activos intangíveis são constituídos basicamente por software e direitos de propriedade industrial, sendo os mesmos amortizados pelo método das quotas constantes durante um período de três anos.

iii) Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas.
As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Equipamentos:
Equipamento de transporte | 4 anos
Equipamento administrativo | 3 a 5 anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis, são registadas como gasto do exercício em que ocorrem.

iv) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando a Empresa se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

a) Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: ‘Investimentos registados ao justo valor através de resultados’, ‘Empréstimos e contas a receber’, ‘Investimentos detidos até ao vencimento’ e ‘Investimentos disponíveis para venda’. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.
- Investimentos registados ao justo valor através de resultados: esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria, nomeadamente, se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira;
- Investimentos detidos até ao vencimento: esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e cuja intenção do Conselho de Administração é a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento;
- Investimentos disponíveis para venda: incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.
Os 'investimentos detidos até ao vencimento' são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.
Os investimentos registados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes.
A Empresa classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes activos são classificados como activos não correntes, excepto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data de balanço.
Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.
Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é considerado como sendo o valor pago, incluindo despesas de transacção, no caso de investimentos disponíveis para venda.
Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.
Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.
Os ganhos ou perdas resultantes da alteração de justo valor dos instrumentos financeiros valorados ao justo valor através de resultados são registados nas demonstrações dos resultados na rubrica de resultados financeiros.
Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao custo amortizado, através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.
Os investimentos em partes de capital em empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido no IAS 27 ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Clientes e outros devedores

As dívidas de 'Clientes' e de 'Outros devedores' não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade reconhecidas nas rubricas de 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflictam o seu valor realizável líquido.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são contabilizados na demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

d) Contas a pagar e outras dívidas de terceiross

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

e) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção. São considerados pela Empresa instrumentos de capital próprio aqueles em que o suporte contratual da transacção evidencie que a Empresa detém um interesse residual num conjunto de activos após dedução de um conjunto de passivos.

f) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação. A utilização de instrumentos financeiros derivados encontra-se devidamente aprovada pelo Conselho de Administração da Empresa.
Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam exclusivamente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.
Os instrumentos de cobertura de taxa de juro (cobertura de cash-flow) são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos, associadas à parcela de cobertura efectiva, são reconhecidas na demonstração do rendimento integral na rubrica 'Reservas de justo valor – Derivados', sendo transferidos para resultados no mesmo período em que o instrumento objecto de cobertura afecta os resultados.
A parcela de cobertura não efectiva é registada na demonstração dos resultados do exercício, no momento em que é apurada.
A reavaliação dos instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas reconhecidas na demonstração do rendimento integral na rubrica 'Reservas de justo valor - Derivados" são transferidas para resultados do exercício, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

v) Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e seus equivalentes' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria (com vencimento inferior a três meses) para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

vi) Rédito e especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios

pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de 'Outras contas a receber', 'Diferimentos' e 'Outras contas a pagar".
O rédito associado a dividendos é reconhecido no momento em que o direito da Empresa ao recebimento dos mesmos for estabelecido.
O rédito associado aos juros é reconhecido de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, tendo em consideração o valor do capital mutuado e a taxa de juro efectiva da operação.

vii) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira
Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas, pelo seu valor bruto, como ganhos e perdas na demonstração dos resultados do exercício.

viii) Impostos sobre o rendimento
O imposto sobre o rendimento do exercício inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12. O imposto corrente é calculado com base nos respectivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede da Empresa.
Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como a alguns créditos fiscais atribuídos à Empresa.
Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.
Os activos por impostos diferidos são registados apenas quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada demonstração da posição financeira é efectuada uma reapreciação dos impostos diferidos activos, sendo os mesmos desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.
O montante de imposto diferido que resulte de transacções ou eventos reconhecidos em contas de capital próprio, é registado directamente nessas mesmas rubricas, não afectando o resultado do exercício.

ix) Encargos financeiros com empréstimos obtidos
Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto do exercício de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

x) Provisões
As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas. Quando uma provisão é apurada tendo em consideração os fluxos de caixa futuros necessários para liquidar tal obrigação, a mesma é registada pelo valor actual dos mesmos.

xi) Imparidade de activos
É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica de 'Provisões e perdas por imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos gastos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.
A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir e, consequentemente, o activo deixa de estar em imparidade. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como resultados operacionais. Contudo, a reversão de uma perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (quer através do custo histórico, quer através do seu valor reavaliado, líquido de amortizações ou depreciações) caso a perda de imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

xii) Benefícios aos empregados

COMPLEMENTOS DE REFORMA
Conforme mencionado na Nota 22, a a Empresa contratou junto de uma empresa de seguros uma apólice, que se traduz num fundo de capitalização, para fazer face aos complementos de reforma a atribuir no futuro aos seus colaboradores.
As dotações de capital efectuadas para a referida apólice de seguro, mantida na Companhia de Seguros Global, são efectuadas anualmente, sempre que o Conselho de Administração da Empresa assim o delibere, e caso venham a ter lugar, traduzem-se num montante equivalente a um salário base por colaborador e são registadas como gasto, na demonstração dos resultados, na rubrica 'Gastos com o pessoal'. Adicionalmente, o direito a receber tal seguro na idade de reforma apenas ocorrerá se o colaborador terminar a sua carreira no Grupo, caso contrário perderá o direito ao mesmo.

OPÇÕES SOBRE ACÇÕES
A Empresa remunera os serviços prestados por alguns dos seus colaboradores, através de um plano de atribuição de opções sobre acções, liquidado com base em capital próprio. O justo valor dos serviços recebidos é registado como um gasto na demonstração dos resultados, por contrapartida de um incremento nos capitais próprios, ao longo do período de aquisição de direitos pelos colaboradores. O valor total a registar como gasto foi determinado com base no justo valor das opções atribuídas, que foi estimado apenas com recurso a condições de mercado. As condições de aquisição que não são as condições de mercado foram consideradas para estimar o número de opções que no final do período de aquisição terão direitos adquiridos. Em cada data de relato, a Empresa revê a estimativa do número de opções que se espera que se tornem exercíveis e reconhece o impacto da revisão da estimativa original na demonstração dos resultados por contrapartida da demonstração das alterações no capital próprio.

xiii) Classificação na demonstração da posição financeira
Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como activos e passivos não correntes.

xiv) Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.
Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

xv) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. A Empresa classifica na rubrica 'Caixa e seus equivalentes' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.
A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos tangíveis e intangíveis.
Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, e pagamento de dividendos.

xvi) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (adjusting events) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (non adjusting events), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

xvii) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Empresa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.
As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 incluem:

- testes de imparidade realizados aos investimentos financeiros;
- registo de provisões e perdas de imparidade;
- reconhecimento de activos por impostos diferidos decorrentes de perdas fiscais;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

xviii) Gestão dos riscos financeiros

A incerteza, característica dominante dos mercados, comporta em si uma variedade de riscos aos quais as actividades do Grupo Martifer se encontram expostas, designadamente, risco de preço, risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro, risco de liquidez e risco de crédito.

a) Risco de taxa de câmbio

O risco taxa de câmbio traduz-se na possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado de variações de taxas de câmbio entre diferentes divisas. A exposição ao risco de taxa de câmbio da Empresa resulta da existência de subsidiárias localizadas em países em que a moeda local é diferente do Euro e das operações realizadas entre essas subsidiárias e outras empresas do Grupo.
A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pela Empresa tem como objectivo último diminuir ao máximo a sensibilidade dos seus resultados a flutuações cambiais.

b) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro traduz a possibilidade de existirem flutuações no montante dos encargos financeiros futuros em empréstimos contraídos devido à evolução do nível de taxas de juro de mercado.
A Empresa recorre a financiamentos externos no decurso da sua actividade, estando exposto ao risco de taxa de juro já que grande parte da dívida financeira da Empresa está indexada a taxas de juro de mercado.
Nos empréstimos de médio e longo prazo mais significativos, a Empresa recorre a empréstimos de taxa fixa ou a instrumentos financeiros derivados de taxa de juro no sentido de gerir a sua exposição a alterações nas taxas de juro vigentes nesses empréstimos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos derivados de taxa de juro contratados são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contraídos, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez traduz a capacidade da Empresa fazer face às suas responsabilidades financeiras tendo em conta os recursos financeiros disponíveis.
A Empresa procura garantir que a estrutura de financiamento é adequada à natureza das suas obrigações. Investimentos realizados em activos fixos, incluindo investimentos financeiros, são financiados com recurso a financiamento de longo prazo (capitais próprios e empréstimos não correntes), enquanto que responsabilidades correntes são financiadas com empréstimos de curto prazo. Os empréstimos de médio e longo prazo são contratados geralmente por prazos de 5 a 7 anos, normalmente com períodos de carência de reembolso de capital de 1 a 2 anos.

d) Risco de crédito

O risco de crédito, na Empresa, resulta maioritariamente do seu relacionamento com Instituições financeiras, no decurso normal da sua actividade, associado ao potencial incumprimento, por parte de Instituições financeiras, com as quais a Sociedade tenha contratado, no decurso normal das suas operações, depósitos a prazo, depósitos à ordem e instrumentos financeiros derivados.
Para mitigar este risco, a Empresa diversifica as contrapartes, de forma a evitar uma concentração excessiva de risco de crédito e priviligia a contratação de intrumentos financeiros pouco complexos, em detrimento de instrumentos cuja estrutura não seja completamente conhecida.

2. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e prestações de serviços para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 referem-se, maioritariamente, aos fees de gestão (management fees) debitados às participadas:

	ANO 2010	ANO 2009
Prestações de serviços	4.139.631	1.887.381

O aumento das prestações de serviços deve-se ao facto de terem aumentado os serviços de suporte que a Holding presta às restantes empresas do Grupo.

3. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009 é a seguinte:

	ANO 2010	ANO 2009
Trabalhos especializados	412.788	264.623
Rendas e alugueres	190.001	42.499
Honorários	166.771	176.254
Deslocações e estadas	74.133	40.800
Seguros	73.838	56.926
Comunicação	18.116	13.642
Conservação e reparação	11.969	2.465
Material de escritório	9.196	384
Contencioso e notariado	1.775	1.237
Artigos para oferta	1.385	125
Despesas de representação	405	2.318
Publicidade e propaganda	386	-
Outros	12.096	1.788
	972.859	**603.061**

4. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Remunerações	1.719.417	1.493.158
Encargos sociais:		
Pensões e outros benefícios concedidos	-	58.188
Outros	328.335	267.267
	2.047.753	**1.818.612**

A rubrica 'Pensões e outros benefícios concedidos' inclui os valores depositados nos respectivos exercícios no fundo gerido pela Companhia de Seguros Global, conforme descrito nas Notas 1 xii) e 22.
Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica 'Outros' inclui, essencialmente, os custos suportados com a Segurança Social, com os subsídios de refeição e de doença e com os seguros de acidentes de trabalho.

5. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE

As provisões e as perdas de imparidade dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Perdas de imparidade em investimentos financeiros	(65.776.190)	(61.674.144)

Até 31 de Dezembro de 2009, as demonstrações financeiras da Empresa foram apresentadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, sendo os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas registados pelo método de equivalência patrimonial. Com a adopção das IFRS em 2010, estes investimentos financeiros passaram a ser registados ao custo, desde 1 de Janeiro de 2009, sendo testados anualmente quanto à imparidade, conforme descrito na Nota 1 iv a).
Assim, com a transição para IFRS, na preparação da informação comparativa, foi registada uma perda de imparidade de 43,3 milhões de euros na participação detida na Martifer Renewables, SGPS, SA. A instabilidade macroeconómica em geral e à turbulência nos mercados financeiros em particular, justificou a avaliação do portfolio de projectos eólicos detidos por aquela subsidiária, da qual resultou o reconhecimento de perdas por imparidade, durante o ano de 2009, com destaque para os projectos eólicos da Alemanha (9,7 milhões de euros), de diversos projectos na Europa de Leste (24,2 milhões de euros) e da Austrália (9,5 milhões de euros). Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2009, foi registada uma perda de imparidade na referida participação, no valor de 18,4 milhões de euros, resultante do teste de imparidade efectuado àquele activo.
No final de 2010, foram registadas perdas de imparidade, igualmente na participação detida na Martifer Renewables, SGPS, SA, resultantes do teste de imparidade efectuado àquele activo, no valor de 65,8 mihões de euros. Uma parte significativa da redução do valor daquele investimento financeiro, resulta de perdas de imparidade registadas, relacionadas com a incorporação nas perspectivas futuras dos projectos em curso, das recentes alterações de comportamento nos mercados financeiros mundiais, em particular nos projectos dos EUA, Polónia, Roménia e Austrália.
Na elaboração dos testes de imparidade aos vários projectos, a Empresa utilizou os seguintes pressupostos base:

	TAXA DE DESCONTO	VALOR TERMINAL	PERÍODO UTILIZADO
Polónia	8,72%	20%	20 anos
Roménia	10,41%	20%	20 anos
Brasil	9,67%	20%	20 anos
Austrália	8,63%	20%	20 anos

O valor de uso corresponde à estimativa do valor presente dos fluxos de caixas futuros, tendo os mesmos sido apurados com base em business plans, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo.
A Empresa considerou um valor terminal após o vigésimo ano de uso dos parques eólicos de modo a reflectir a potencial manutenção das licenças de exploração dos parques após esse período e o valor adicional relacionado com a restante vida útil dos parques eólicos para além do período referido.
Os principais pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso incluíram, essencialmente: (i) as tarifas de venda de electricidade e certificados verdes, (ii) o valor do recurso eólico medido até ao momento (número de horas equivalentes à potência nominal); (iii) as alterações regulamentares que possam vir a influenciar a actividade da empresa; e (iv) o nível de investimento necessário. A quantificação dos pressupostos acima referidos foi efectuada tendo por base dados históricos, bem como a experiência do Conselho de Administração do Grupo. Contudo, tais pressupostos poderão ser afectados por fenómenos de natureza política, económica ou legal que neste momento são imprevisíveis.

6. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Juros e rendimentos similares obtidos		
Empréstimos e contas a receber (incluindo depósitos bancários)		
- Juros obtidos	6.895.828	3.309.666
Outros rendimentos e ganhos financeiros relativos a outros activos financeiros		
- Diferenças de câmbio favoráveis	-	249
- Outros proveitos e ganhos financeiros	-	81.485
	6.895.828	3.391.691

	ANO 2010	ANO 2009
Juros e gastos similares suportados		
Empréstimos e contas a pagar		
- Juros suportados em empréstimos bancários	3.053.899	2.750.830
Outros gastos e perdas financeiros relativos a outros passivos financeiros		
- Diferenças de câmbio desfavoráveis	188	-
- Outros gastos e perdas financeiros	1.217.347	688.275
	4.271.434	3.439.105

7. GANHOS / (PERDAS) EM INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os ganhos e as perdas em investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Alienação de 11% da participação na Prio	(7.990.165)	-
Alienação da participação da Repower Systems AG	-	179.762.214
Outros	-	183
	(7.990.165)	179.762.397

A perda registada em 2010, refere-se à alienação de 11% das participações detidas na Prio Energy, SGPS, SA e Prio Foods, SGPS, SA no primeiro trimestre do ano.
Os ganhos registados em 2009, referem-se essencialmente à mais-valia registada na venda da participação detida pela Empresa no capital social da Repower Systems AG, a qual ficou concluída no 2º trimestre daquele ano. A alteração do valor desta mais-valia, face ao valor divulgado no relatório e contas de 2009, tem a ver com a anulação dos efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial, decorrente da adopção dos IFRS.

8. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O detalhe dos activos e passivos geradores de impostos diferidos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisado da seguinte forma:

DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS DEDUTÍVEIS	ANO 2010	ANO 2009
Prejuízos fiscais	8.694.641	13.694.641

Em 31 de Dezembro de 2010, os activos por impostos diferidos ascendiam a Euro 1.304.196 (2009: Euro 2.054.196), sendo o efeito na demonstração dos resultados negativo de Euro 750.000 (2009: efeito nulo). A redução do imposto diferido activo deve-se ao ajustamento efectuado no valor deste activo para o adequar à expectativa de existência de lucro tributável futuro no qual a diferença temporária dedutível possa ser usada.

A reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente pode ser analisada como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Imposto corrente	81.798	3.787
Impostos diferidos relativos à reversão de diferenças temporárias	750.000	-
Imposto diferido	750.000	-
Imposto do exercício	831.798	3.787
Taxa de imposto efectiva	-1.3%	0.0%

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a reconciliação entre a taxa normal e efectiva de imposto é como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Resultado antes de impostos	(70.004.740)	117.303.743
Imposto nominal sobre o rendimento (taxa nominal de 26,5%)	(18.551.256)	31.085.492
Resultados isentos de tributação:		
Alienação de investimentos financeiros	(2.117.394)	(42.660.699)
Gastos não dedutiveis para efeitos fiscais:		
Imparidade de activos	17.430.690	-
Provisões não aceites	-	3.505.987
Outros	-	(171.052)
Resultados em associadas em equivalência patrimonial	-	7.121.623
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis que não geraram em exercícios anteriores activos por impostos diferidos	3.237.960	813.689
Prejuízos fiscais gerados no exercício para os quais não foi reconhecido imposto diferido activo	-	-
Reversão de activos por impostos diferidos no exercicio	750.000	-
Tributação autónoma	81.798	3.787
Outros ajustamentos	-	304.960
Imposto efectivo sobre o rendimento	**831.798**	**3.787**

A Martifer SGPS, S.A. é tributada individualmente e encontra-se sujeita a impostos sobre lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC, à taxa normal de 25%, sendo a matéria colectável até ao montante de €12.500,00 tributada à taxa de 12,5%. Sobre o lucro tributável da sociedade incide ainda derrama municipal, no caso à taxa de 1%, e, apenas sobre lucro tributável superior a €2.000.000,00, incide derrama estadual, com taxa de 2,5%.
Contudo, em virtude de a sociedade se localizar em Oliveira de Frades, a sociedade beneficia de uma redução de taxa de IRC para 15%, até ao limite de Euro 200.000 durante um período de três exercícios, ao abrigo dos auxílios "de minimis". Estes auxílios concedidos ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1998/2006, da Comissão, de 15 de Dezembro, viram o seu limite aumentar para Euro 500.000, aplicável a todos os apoios concedidos desde 1 de Janeiro de 2009 até 31 de Dezembro de 2011, confor-

me disposto na Portaria n.º 184/2009 de 20 de Fevereiro e na Portaria 70/2011, de 9 de Fevereiro.
Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a sociedade encontra-se, adicionalmente, sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no referenciado normativo.
De acordo com a legislação nacional em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2007 a 2010, poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.
O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2010.

9. RESULTADOS POR ACÇÃO

A Martifer SGPS emitiu apenas acções ordinárias, pelo que não existem, nomeadamente, direitos especiais de dividendo ou voto.
A Martifer tem apenas um tipo de potenciais acções ordinárias diluitivas: as opções sobre acções. Para efeitos de cálculo do resultado por acção diluído é necessário determinar se estas opções, independentemente de poderem ou não ser exercidas, têm efeito de diluição, o que ocorre quando o preço de exercício da opção é inferior ao preço de mercado das acções.
Na medida em que o preço médio de mercado das acções da Martifer, no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2010, se situou nos Euro 2,19, inferior ao preço de exercício das opções (Euro 3,84), as mesmas consideram-se não diluitivas porque o seu exercício daria lugar a uma redução do número de acções ordinárias em circulação.
Assim, em 31 de Dezembro de 2010 não existe dissemelhança entre o cálculo dos resultados por acção básicos e o cálculo dos resultados por acção diluídos.
O capital social da Martifer SGPS SA é representado por 100.000.000 de acções ordinárias, totalmente subscritas e realizadas, representativas de um capital social de Euro 50.000.000.
O número médio ponderado de acções em circulação encontra-se deduzido de 70.908 acções correspondente a um volume de acções próprias adquiridas pela Martifer SGPS, durante o exercício de 2010, de 553.841 acções.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o cálculo do resultado por acção básico e diluído pode ser demonstrado como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Resultado líquido do exercício (I)	(70.836.538)	117.299.956
Número médio ponderado de acções em circulação (II)	99.929.092	100.000.000
Resultado por acção básico e diluído (I) / (II)	(0,7089)	1,1730

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a empresa procedeu ao pagamento de Euro 10.000.000 de dividendos.

10. ACTIVOS INTANGÍVEIS

A informação relativa aos valores brutos do activo intangível, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada como se segue:

	SOFTWARE E OUTROS DIREITOS	OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE INTANGÍVEIS	TOTAL
31 Dezembro 2009				
Saldo inicial	1.265	-	-	1.265
Aumentos	-	9.586	-	9.586
	1.265	**9.586**	**-**	**10.851**
31 Dezembro 2010				
Saldo inicial	1.265	9.586	-	10.851
Aumentos	84	540	-	624
	1.349	**10.126**	**-**	**11.475**

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade acumuladas do activo intangível, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 pode ser analisada como se segue:

	SOFTWARE E OUTROS DIREITOS	OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	ADIANTAMENTOS POR CONTA DE INTANGÍVEIS	TOTAL
31 Dezembro 2009				
Saldo inicial	509	-	-	509
Aumentos	371	2.900	-	3.271
	880	**2.900**	**-**	**3.780**
31 Dezembro 2010				
Saldo inicial	880	2.900	-	3.780
Aumentos	304	3.330	-	3.634
	1.184	**6.230**	**-**	**7.414**
Valor líquido:				
31 Dezembro 2009	**385**	**6.686**	**-**	**7.071**
31 Dezembro 2010	**165**	**3.896**	**-**	**4.061**

11. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A informação relativa aos valores brutos de equipamento de transporte, equipamento administrativo e de outros activos fixos tangíveis para os exercícios findos em 2010 e 2009 pode ser analisada como se segue:

	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTRAS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL
31 Dezembro 2009				
Saldo inicial	62.542	1.445	-	63.986
Aumentos	71.774	16.993	-	88.767
Alienações e abates	(30.800)	(454)	-	(31.254)
	103.516	**17.984**	**-**	**121.500**
31 Dezembro 2010				
Saldo inicial	103.516	17.984	-	121.500
Aumentos	38.613	13.732	-	52.345
Alienações e abates	(21.347)	(2.192)	-	(23.539)
	120.781	**29.525**	**-**	**150.307**

A informação relativa aos valores das amortizações e perdas de imparidade acumuladas de equipamento de transporte, equipamento administrativo e de outros activos fixos tangíveis para os exercícios findos em 2010 e 2009 pode ser analisada como se segue:

	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTRAS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL
31 Dezembro 2009				
Saldo inicial	7.778	201	-	7.979
Aumentos	14.377	1.609	-	15.986
Alienações e abates	(9.625)	-	-	(9.625)
	12.530	**1.810**	**-**	**14.340**
31 Dezembro 2010				
Saldo inicial	12.530	1.810	-	14.340
Aumentos	30.235	13.630	-	43.865
Alienações e abates	(5.822)	(606)	-	(6.428)
	36.943	**14.833**	**-**	**51.777**
Valor líquido:				
31 Dezembro 2009	**90.986**	**16.174**	**-**	**107.160**
31 Dezembro 2010	**83,838**	**14,692**	**-**	**98,529**

12. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 o detalhe dos investimentos em empresas do grupo e associadas era o abaixo indicado:

EMPRESA	% DETIDA	VALOR DA AQUISIÇÃO	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	PERDA DE IMPARIDADE	TOTAL
31 de Dezembro de 2009					
Prio Foods SGPS	60%	10.819.256	68.460.000		79.279.256
Martifer Renewables, SGPS	100%	99.764.468	115.301.173	(61.674.144)	153.391.497
Eviva Hidro	1%	47	2.006.564		2.006.611
Martifer Metallic Constructions, SGPS	100%	12.189.413	1.544.359		13.733.773
Martifer Inovação e Gestão	100%	100.323	8.987.941		9.088.264
Martifer GMBH	100%	21.800	100.219		122.019
Ventinveste SA	5%	2.500			2.500
Martifer Energy Systems SGPS	100%	6.069.650	3.903.000		9.972.650
Prio Energy SGPS	60%	2.956.077	6.540.000		9.496.077
Powerblades		5.000			5.000
CEC		25.000			25.000
		131.953.534	**206.843.256**	**(61.674.144)**	**277.122.646**
31 de Dezembro de 2010					
Prio Foods SGPS	49%	0	56.459.000		56.459.000
Martifer Renewables, SGPS	100%	99.765.635	69.601.173	(127.450.334)	41.916.474
Eviva Hidro	1%	47	2.006.564		2.006.611
Martifer Metallic Constructions, SGPS	100%	12.228.848	1.544.359		13.773.207
Martifer Inovação e Gestão	100%	101.291	8.187.941		8.289.232
Martifer GMBH	100%	21.800	101.011		122.811
Ventinveste SA	5%	2.500			2.500
Martifer Energy Systems SGPS	100%	6.079.142	14.826.000		20.905.142
Prio Energy SGPS	49%	5.235.168	5.341.000		10.576.168
Martifer Gestiuni si Servicii	100%	1.265			1.265
Martifer Solar SGPS	100%	26.266.020			26.266.020
Powerblades		5.000			5.000
CEC		25.000			25.000
		149.731.715	**158.067.048**	**(127.450.334)**	**180.348.429**

As principais variações nesta rubrica referem-se:
• à alienação de 11% das participações que a Empresa tem na Prio Energy, SGPS e Prio Foods, SGPS, tendo reduzido, deste modo, o interesse económico naqueles Grupos. A alienação aconteceu no primeiro semestre de 2010, gerando uma menos valia de Euro 7.990.165 (Nota 8).
• ao registo de perdas por imparidades na participação detida na Martifer Renewables, SGPS, no valor de 65,8 milhões de euros, conforme descrito na Nota 6 acima.

13. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, as posições em aberto referentes a contratos de suprimentos e outras operações financeiras, são as seguintes:

	31 DEZEMBRO 2010			31 DEZEMBRO 2009		
EMPRESA	SUPRIMENTOS	OUTRAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	TOTAL	SUPRIMENTOS	OUTRAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	TOTAL
Prio Foods SGPS	-	2.514	2.514	-	-	-
Martifer Renewables, SGPS	90.939.000	35.215.613	126.154.613	45.239.000	39.212.150	84.451.150
Martifer Metallic Constructions	25.000.000	15.944.495	40.944.495	25.000.000	10.298.012	35.298.012
Martifer Inovação e Gestão	-	73.587	73.587	3.991.567	320.687	4.312.254
Martifer GMBH	-	-	-	-	2.677	2.677
Martifer Energy Systems SGPS	1.178.460	6.683.976	7.862.435	8.577.000	1.119.303	9.696.303
Martifer Solar SGPS	12.758.540	6.532.765	19.291.305	-	-	-
Powerblades	-	212.216	212.216	-	205.406	205.406
Outras	-	108.117	108.117	-	108.117	108.117
	129.876.000	64.773.283	194.649.283	82.807.567	51.266.352	134.073.920

14. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a antiguidade dos saldos relativos a contas a receber, pode ser detalhada como se segue:

31 DEZEMBRO 2009			VENCIDO			
	TOTAL	NÃO VENCIDO	ATÉ 90 DIAS	90 A 180 DIAS	180 A 360 DIAS	MAIS DE 360 DIAS
Clientes, conta corrente	2.463.077	1.435.797	74.439	454.725	498.116	-
Outros devedores	6.804.279	6.804.095	-	183	-	-
	9.267.356	**8.239.892**	**74.439**	**454.909**	**498.116**	**-**

31 DEZEMBRO 2010			VENCIDO			
	TOTAL	NÃO VENCIDO	ATÉ 90 DIAS	90 A 180 DIAS	180 A 360 DIAS	MAIS DE 360 DIAS
Clientes, conta corrente	2.024.835	1.254.296	407.896	-	360.094	2.550
Outros devedores	4.617.604	38.110	826.362	3.752.949	-	183
	6.642.440	**1.292.406**	**1.234.257**	**3.752.949**	**360.094**	**2.733**

A Empresa considera não ter havido deterioração da qualidade creditícia da contraparte, pelo que os saldos que apresentam alguma antiguidade não se encontram em risco de incobrabilidade.

15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos da rubrica 'Estado e outros entes públicos' têm a seguinte composição:

	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	295.533	411.517
Retenções de impostos	(27.943)	(21.502)
Imposto sobre o valor acrescentado	(150.425)	(255.188)
Contribuições para a Segurança Social	(29.386)	(21.742)
Outros impostos	-	(125)
	(207.753)	(298.556)

16. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A rubrica caixa e seus equivalentes pode ser analisada como se segue:

	31 DEZEMBRO 2010	31 DEZEMBRO 2009
Caixa e seus equivalentes:		
Depósitos bancários	235.312	873.152

Caixa e seus equivalentes incluem os depósitos bancários de curto prazo, com maturidades originais iguais ou inferiores a 3 meses, para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não existiam quaisquer restrições à utilização dos saldos registados nas rubricas de Caixa e seus equivalentes.

17. CAPITAL SOCIAL, RESERVAS E ACÇÕES PRÓPRIAS

CAPITAL SOCIAL

O capital social da Martifer SGPS, totalmente subscrito e realizado, em 31 de Dezembro de 2010, ascende a Euro 50.000.000 e é representado por 100.000.000 de acções ao portador com um valor nominal de 50 cêntimos cada. Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto por cada acção. Durante os exercícios de 2010 e 2009 não ocorreram quaisquer movimentos no número de acções representativas do capital social da Empresa.

Durante o exercício de 2010, a Martifer SGPS adquiriu, através de compras realizadas em bolsa, 553.841 acções próprias, correspondentes a 0,554% do seu capital social.

Em 31 de Dezembro de 2010, o capital social da Empresa é detido em 41,76% pela I'M SGPS, S.A., 37,5% pela Mota-Engil SGPS, S.A., 0,55% em acções próprias, encontrando-se os restantes 20,19% dispersos em Bolsa.

OPÇÕES SOBRE ACÇÕES

Está em vigor um plano de remunerações em opções sobre acções, nos termos aprovados pela Assembleia Geral, aplicável a alguns colaboradores, com vista a incentivar a criação de valor.

As opções atribuídas caducarão automaticamente, sempre que o colaborador deixe de estar ao serviço de qualquer uma das empresas do Grupo.

Todas as opções atribuídas à data de 31 de Dezembro de 2010 são consideradas com liquidação com base em acções.

RESERVAS

Prémios de emissão

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Outras reservas

As reservas relativas a opções sobre acções reflectem o justo valor dos serviços prestados pelos colaboradores corrigidas, a cada data de relato, pelo impacto da revisão da estimativa original em resultado da determinação do número de opções que se espera que se tornem exercíveis.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS'). Assim, as únicas reservas da Martifer SGPS, S.A., que, pela sua natureza, se consideram distribuíveis, são as relativas a resultados transitados no montante de Euro 21.780.119.

18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os montantes relativos a empréstimos, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são como se segue:

31 DEZEMBRO 2009	ATÉ 1 ANO	A 2 ANOS	ENTRE 3 E 5 ANOS	A MAIS DE 5 ANOS	TOTAL
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	1.196.242	-	-	-	1.196.242
Descobertos bancários	355.626	-	-	-	355.626
Contas caucionadas	-	-	-	-	-
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	74.500.000	-	-	-	74.500.000
	76.051.867	**-**	**-**	**-**	**76.051.867**

31 DEZEMBRO 2010	ATÉ 1 ANO	A 2 ANOS	ENTRE 3 E 5 ANOS	A MAIS DE 5 ANOS	TOTAL
Dívidas a instituições de crédito:					
Empréstimos bancários	1.640.625	13.125.000	11.484.375	-	26.250.000
Descobertos bancários	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	1.170.000	-	-	-	1.170.000
Outros empréstimos obtidos:					
Emissões de papel comercial	60.500.000	14.250.000	15.000.000	-	89.750.000
	63.310.625	**27.375.000**	**26.484.375**	**-**	**117.170.000**

Em 31 de Dezembro de 2010, os principais programas de papel comercial da Empresa passíveis de renovação são como se segue:

	MONTANTE MÁXIMO DO CONTRATO (EUROS)	DATA CONTRATO	PRAZO DE VENCIMENTO DO CONTRATO	MONTANTE UTILIZADO
Martifer SGPS	50.000.000	Set-08	5 Anos	50.000.000
Martifer SGPS	22.500.000	Nov-10	3 Anos	19.750.000
Martifer SGPS	15.000.000	Mai-10	5 Anos	15.000.000
Martifer SGPS	5.000.000	Set-10	5 Anos	5.000.000
	92.500.000			**89.750.000**

19. FORNECEDORES E CREDORES DIVERSOS

A informação relativa a fornecedores e credores diversos, com referência aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, pode ser analisada como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Fornecedores	**345.028**	**279.568**
Credores diversos	131.692	
Acréscimos de gastos	909.854	420.698
Outros	3.223	204
Outras contas a pagar	**1.044.769**	**420.745**

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da actividade operacional da Empresa e de aquisições de activos fixos tangíveis e intangíveis. O Conselho de Administração acredita que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico e que o efeito da actualização desses montantes não é material.

20. COMPROMISSOS

Garantias Financeiras
Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as principais garantias operacionais prestadas pela Empresa são como se segue:

EMPRESA	ANO 2010	ANO 2009
Martifer SGPS	135.131.204	129.736.216

O valor apresentado, em 2010 e 2009, inclui uma fiança a favor da BP Portugal, para garantir pagamentos resultantes da aquisição de combustíveis pela Prio Energy, S.A., bem como outras garantias no âmbito dos compromissos assumidos com a construção de parques solares. Em Fevereiro de 2011 foram canceladadas garantias assumidas de Euro 40,8 milhões em virtude de terem sido assinados os certificados de aceitação final de quatro parques solares em Espanha.
Em virtude dos contratos de EPC para construção de parque solares obrigarem a Martifer Solar e/ou empresas por si participadas a assumir determinadas garantias, entre as quais, a garantia da qualidade dos materiais e desenho, das instalações fotovoltaicas, de obtenção de determinados rácios de performance e de potência dos módulos fotovoltaicos, a Martifer SGPS comprometeu-se a dotar a Martifer Solar e/ou empresas por si participadas dos meios necessários para garantir o cumprimento integral das obrigações contratuais.
Neste momento, considera-se que a Matrifer Solar já tem capacidade de suportar estes compromissos sem o recurso à Holding.

Garantias reais
Em 31 de Dezembro de 2010 as garantias reais prestadas pela Empresa são como se segue:

EMPRESA	GARANTIA	VALOR DO ACTIVO SUBJACENTE	VALOR EM DÍVIDA
Martifer SGPS	Penhor de acções da Martifer Solar SA	37.500.000	26.250.000

21. COMPLEMENTOS DE REFORMA

A Empresa não assumiu quaisquer responsabilidades com planos de reforma. No entanto, existe uma apólice, contratada com a Companhia de Seguros Global, que funciona como um fundo de capitalização, para complemento de reforma dos colaboradores do Grupo.
São abrangidos por este fundo todos os colaboradores com contrato de trabalho sem termo. Anualmente, sempre que o Conselho de Administração da Empresa assim o deliberar, é depositado um montante equivalente a um salário base em nome de cada um dos colaboradores. O exercício do direito ao referido complemento ocorre no momento da passagem ao estado de reforma. Cada colaborador pode então, optar pela transformação do fundo numa pensão mensal, ou em alternativa, resgatar 50% do valor acumulado e converter o restante numa renda mensal.

22. COMPENSAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E ROC

As remunerações atribuídas ao pessoal chave da gerência por categoria de remuneração podem ser resumidas como se segue:

	ANO 2010	ANO 2009
Remunerações fixas	693.627	1.176.763
Remunerações variáveis	-	121.000
Complementos de reforma (Nota 22)	-	30.550
	693.627	**1.328.313**

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal em 2010 foi de Euro 14.400 (2009: Euro 14.400) e a remuneração paga ao Revisor Oficial de Contas foi de Euro 114.400 (2009: Euro 94.360)

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Martifer SGPS, aprovada nos termos da Lei 28/2009, bem como o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos referidos órgãos, de forma agregada e individual é apresentado no Relatório de Governo Societário.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes a reportar.

24. IMPACTOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2009 RESULTANTES DA TRANSIÇÃO PARA NORMATIVO IFRS

CONCILIAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO EM 01.01.2009

A conciliação do Capital Próprio do balanço de abertura, isto é, do balanço em 1 de Janeiro de 2009, pode ser resumida como se segue:

Capital Próprio em 01/01/2009 de acordo com o POC		274.532.221
a.	Desreconhecimento de Activos Intangíveis	-3.593.664
b.	Investimentos em Subsidiárias, ECC e Associadas - Reversão do MEP	-40.689.818
c.	Reconhecimento de Instrumentos Financeiros Derivados | Operações de Cobertura	-12.030
Capital Próprio em 01/01/2009 de acordo com as IAS/IFRS		**230.236.708**

CONCILIAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2009

A conciliação do Resultado Líquido do Exercício de 2009, apresentado no relatório e contas referente a esse exercício, preparado de acordo com o Plano Oficial de contabilidade, e o Resultado Líquido do Exercício de 2009, apresentado como comparativo, pode ser resumida como se segue:

Resultado Líquido do Exercício de 2009 de acordo com o POC		99.672.120
a.	Desreconhecimento de Activos Intangíveis	2.374.865
b.	Investimentos em Subsidiárias, ECC e Associadas - Reversão do MEP	15.252.971
Resultado Líquido do Exercício de 2009 de acordo com as IAS/IFRS		**117.299.956**

JUSTIFICAÇÃO DOS AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO

a. As imobilizações incorpóreas, que compreendiam, essencialmente, as despesas incorridas com a Oferta Pública de Subscrição ocorrida em 26 de Junho de 2007, registadas ao custo e amortizadas pelo método das quotas constantes, foram anuladas, já que, pela IAS 38, estas despesas não cumprem a definição de activo intangível.

O impacto no resultado liquido do exercício de 2009, corresponde à amortização que tinha sido registada nesse exercício.

b. Corresponde ao principal impacto da transição das demonstrações financeiras da Empresa para IFRS: a reversão dos efeitos do método de equivalência patrimonial. De acordo com a IAS 27, quando são preparadas demonstrações financeiras separadas, os investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas que não estejam classificadas como detidas para venda devem ser contabilizados pelo justo valor ou pelo custo, de acordo com a IAS 39. A Empresa optou pelo método do custo.

A reversão dos efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial provocou uma redução do Capital Próprio da Empresa, em 1 de Janeiro de 2009, de 40,7 milhões de euros – sendo este efeito proveniente, essencialmente, da participação na Martifer Metallic Constructions.

Adicionalmente, este ajustamento provocou um impacto positivo no Resultado Liquido do Exercício de 2009 de 15,3 milhões de Euros. Para este impacto no Resultado liquido do Exercicio de 2009 contribuiu essencialmente o efeito da participação na RPW, já que essa empresa foi vendida no exercício de 2009, tendo a mais-valia gerada nessa transação aumentado 18,8 milhões de euros (Nota 8). Por outro lado, o impacto positivo da reversão do MEP, na Martifer Renewables SGPS, foi mais do que compensado pelo registo de perdas de imparidade elevadas conforme descrito na Nota 6.

c. Em 01/01/2009 a MARTIFER SGPS, S.A. tinha em aberto posições em instrumentos financeiros derivados de taxa de juro destinados a gerir a sua exposição a movimentos nas taxas de juro vigentes nos seus contratos de financiamento. O ajustamento efectuado foi para registar o justo valor desse derivado à data de 1 de Janeiro de 2009.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de Fevereiro de 2011. Adicionalmente, as demonstrações financeiras anexas em 31 de Dezembro de 2010, estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Empresa entende que as mesmas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

Oliveira de Frades, 24 de Fevereiro de 2011

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Rui Miguel Alexandre

A ADMINISTRAÇÃO

Carlos Manuel Marques Martins
(Presidente)

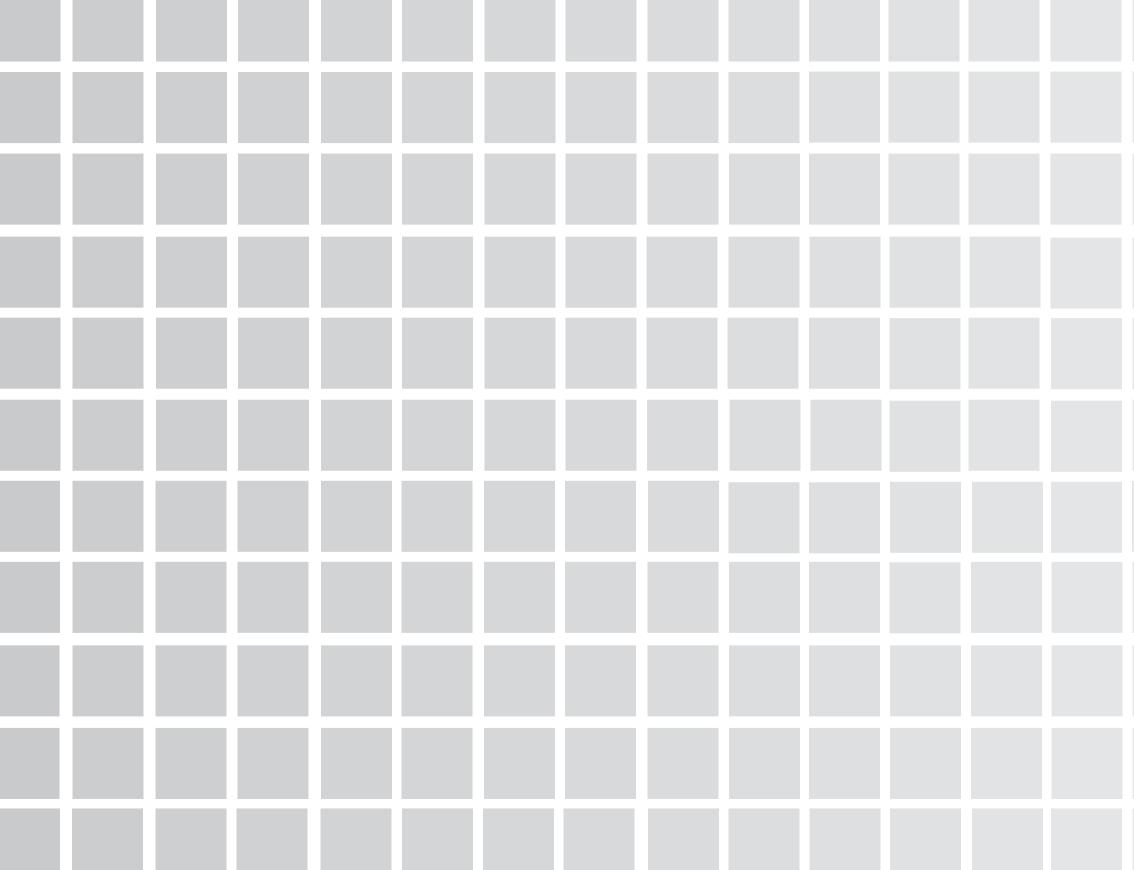
Jorge Alberto Marques Martins
(Vice-Presidente)

Arnaldo José Nunes da Costa Figueiredo
(Vogal do Conselho de Administração)

Luís Filipe Cardoso da Silva
(Vogal do Conselho de Administração)

Mário Jorge Henriques Couto
(Vogal do Conselho de Administração)

Luís Valadares Tavares
(Vogal do Conselho de Administração)

Jorge Bento Ribeiro Barbosa Farinha
(Vogal do Conselho de Administração)

RELATÓRIOS DE AUDITORIA

Martifer SGPS S.A. - Sociedade Aberta
Zona Industrial - Apartado 17
3684-001 Oliveira de Frades
Portugal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
Sobre as Contas Consolidadas
Exercício de 2010

Exmos. Senhores
Accionistas,

1. Nos termos legais, estatutários e do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar o nosso parecer sobre o Relatório, Contas e Propostas apresentados pela Administração da *MARTIFER - SGPS, S.A.* referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

2. Acompanhámos com regularidade a actividade da Empresa e das suas principais participadas, tendo obtido dos Administradores executivos, bem como dos Serviços todos os esclarecimentos julgados convenientes para o cumprimento das nossas funções.

3. Nos termos do nº 4 do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que foram proferidos, para efeitos do nº 2 daquela disposição legal, pareceres favoráveis à venda de acções representativas de 11% do capital social das sociedades PRIO-SGPS, S.A. e PRIO-Advanced Fuels, SGPS, S.A. Foi também proferido parecer favorável sobre a venda da propriedade de investimento designada Tavira Gran-Plaza.

4. Constatámos que o volume de negócios do Grupo cresceu 14,5%, o Activo Total diminuiu cerca de 21%, os Capitais Próprios diminuíram cerca de 22% e o Passivo também diminuiu 21%. Por outro lado, o resultado bruto aumentou cerca de 6% e o custo com o pessoal aumentou 8,6%, em consequência de um aumento médio de efectivos de 3,5%, face ao Exercício de 2009.

5. Acompanhámos o processo de consolidação das contas do Grupo, os trabalhos do Revisor Oficial de Contas, Dr. Américo Agostinho Martins Pereira, apreciámos a Certificação Legal das Contas Consolidadas emitida, que mereceram a nossa concordância.

6. No âmbito das nossas funções, verificámos que:

   a) O Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Alterações dos Capitais Próprios Consolidados e as correspondentes Notas, permitem uma compreensão da situação financeira do Grupo e dos seus resultados;

   b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro;

   c) O Relatório Consolidado de Gestão é esclarecedor da evolução dos negócios, da situação financeira do Grupo, evidenciando com clareza os aspectos mais importantes das actividades do Grupo.

7. Nestes termos, levando em conta os esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração e as conclusões que retiramos da Certificação Legal das Contas Consolidadas e do Relatório de Auditoria, somos de parecer que:

   a) Seja aprovado o relatório consolidado de gestão;

   b) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.

Tel +351 232 767 700
Fax +351 232 767 750
info@martifer.com
www.martifer.com

Capital Social 50.000.000,00 €
NIPC / Matrícula: 505 127 261
Cons. Reg. Comercial de Oliveira de Frades

MARTIFER
GROUP

Martifer SGPS S.A. - Sociedade Aberta
Zona Industrial - Apartado 17
3684-001 Oliveira de Frades
Portugal

Oliveira de Frades, 15 de Março de 2011

Manuel Simões de Carvalho e Silva
Presidente do Conselho Fiscal

Carlos Alberto da Silva e Cunha
Vogal do Conselho Fiscal

Carlos Alberto de Oliveira e Sousa
Vogal do Conselho Fiscal

Tel +351 232 767 700
Fax +351 232 767 750
info@martifer.com
www.martifer.com

Capital Social 50.000.000,00 €
NIPC / Matrícula: 505 127 261
Cons. Reg. Comercial de Oliveira de Frades

Martifer SGPS S.A. - Sociedade Aberta
Apartado 17
3684-001 Oliveira de Frades
Portugal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
Sobre as Contas Individuais
Exercício de 2010

Exmos. Senhores
Accionistas,

1. Nos termos legais, estatutários e do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar o nosso parecer sobre o Relatório, Contas e Propostas apresentados pela Administração da *MARTIFER - SGPS, S.A.* referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

2. Acompanhámos com regularidade a actividade da Empresa e das suas principais participadas, tendo obtido dos Administradores executivos, bem como dos Serviços todos os esclarecimentos julgados convenientes para o cumprimento das nossas funções.

3. Nos termos do nº 4 do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que foram proferidos, para efeitos do nº 2 daquela disposição legal, pareceres favoráveis à venda de acções representativas de 11% do capital social das sociedades PRIO-SGPS, S.A. e PRIO-Advanced Fuels, SGPS, S.A. Foi também proferido parecer favorável sobre a venda da propriedade de investimento designada Tavira Gran-Plaza.

4. Acompanhámos os trabalhos do Revisor Oficial de Contas, Dr. Américo Agostinho Martins Pereira, apreciámos a Certificação Legal das Contas emitida, que mereceram a nossa concordância.

5. No âmbito das nossas funções, verificámos que:

   a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas evidenciam com clareza a situação financeira, os resultados, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa da Sociedade;

   b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, de acordo com os Princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, permitem a correcta avaliação do património e dos resultados;

   c) A Proposta de Aplicação dos Resultados é adequada.

6. Nestes termos, tendo em conta os esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração e as conclusões que retiramos da Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

   a) Seja aprovado o relatório individual de gestão;

   b) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras individuais da Sociedade;

   c) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados.

Oliveira de Frades, 15 de Março de 2011

Manuel Simões de Carvalho e Silva
Presidente do Conselho Fiscal

Carlos Alberto da Silva e Cunha
Vogal do Conselho Fiscal

Carlos Alberto de Oliveira e Sousa
Vogal do Conselho Fiscal

Tel +351 232 767 700
Fax +351 232 767 750
info@martifer.com
www.martifer.com

Capital Social 50.000.000,00 €
NIPC / Matrícula: 505 127 261
Cons. Reg. Comercial de Oliveira de Frades

Martifer SGPS S.A. - Sociedade Aberta
Zona Industrial - Apartado 17
3684-001 Oliveira de Frades
Portugal

DECLARAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

(Artigo 245.º, número 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários)

Exmos. Senhores Accionistas,

Nos termos legalmente previstos, declaramos que, tanto quanto é do nosso conhecimento:

i) A informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, assim como nos seus anexos, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da posição financeira e do desempenho da MARTIFER – SGPS, S.A. e das empresas incluídas na consolidação;

ii) A informação constante no relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da MARTIFER - SGPS, S.A. e das empresas incluídas na respectiva consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Oliveira de Frades, 15 de Março de 2011

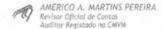
Manuel Simões de Carvalho e Silva
Presidente do Conselho Fiscal

Carlos Alberto da Silva e Cunha
Vogal do Conselho Fiscal

Carlos Alberto de Oliveira e Sousa
Vogal do Conselho Fiscal

Tel +351 232 767 700
Fax +351 232 767 750
info@martifer.com
www.martifer.com

Capital Social 50.000.000,00 €
NIPC / Matrícula: 505 127 261
Cons. Reg. Comercial de Oliveira de Frades

AMÉRICO A. MARTINS PEREIRA
Revisor Oficial de Contas
Auditor Registado na CMVM

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da *MARTIFER - SGPS, S.A.*, as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em trinta e um de Dezembro de dois mil e dez, (que evidencia um total de 1.126.051.346 euros e um total de capital próprio de 340.247.995 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 54.894.057 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;

   - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

   - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Apartado 406 * EC AVEIRO * 3811-905 AVEIRO * Rua Cristóvão Pinho Queimado, n.º 9 - 1º Esq. * AVEIRO
Tel. 234 38 34 72 * Fax 234 19 63 64 * Tlm. 927 40 60 70
E-mail: americo.pereira.roc@mpereira.com* www.mpereira.com * Contribuinte nº 158 938 380

AMÉRICO A. MARTINS PEREIRA
Revisor Oficial de Contas
Auditor Registado na CMVM

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório único de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da *MARTIFER - SGPS, S.A.*, em trinta e um de Dezembro de dois mil e dez, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório único de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Aveiro, 15 de Março de 2011

Américo Agostinho Martins Pereira
Revisor Oficial de Contas n.º 877

Apartado 406 * EC AVEIRO * 3811-905 AVEIRO * Rua Cristóvão Pinho Queimado, n.º 9 - 1º Esq. * AVEIRO
Tel. 234 38 34 72 * Fax 234 19 63 64 * Tlm. 927 40 60 70
E-mail: americo.pereira.roc@mpereira.com* www.mpereira.com * Contribuinte nº 158 938 380

AMÉRICO A. MARTINS PEREIRA
Revisor Oficial de Contas
Auditor Registado na CMVM

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da *MARTIFER - SGPS, S.A.*, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em trinta e um de Dezembro de dois mil e dez, (que evidencia um total de 384.858.008 euros e um total de capital próprio de 266.090.458 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 70.836.538 euros), as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
   - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório único de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.° do Código das Sociedades Comerciais.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Página 1/2

Apartado 406 * EC AVEIRO * 3811-905 AVEIRO * Rua Cristóvão Pinho Queimado, n.º 9 - 1º Esq. * AVEIRO
Tel. 234 38 34 72 * Fax 234 19 63 64 * Tlm. 927 40 60 70
E-mail: americo.pereira.roc@mpereira.com* www.mpereira.com * Contribuinte nº 158 938 380

AMÉRICO A. MARTINS PEREIRA
Revisor Oficial de Contas
Auditor Registado na CMVM

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da *MARTIFER - SGPS, S.A.*, em trinta e um de Dezembro de dois mil e dez, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório único de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.°-A do Código dos Valores Mobiliários.

Aveiro, 15 de Março de 2011

Américo Agostinho Martins Pereira
Revisor Oficial de Contas n.º 877

Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório único de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Martifer, S.G.P.S., S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 1.126.051.346 euros, e um total de capital próprio de 340.247.995 euros, o qual inclui interesses que não controlam de 30.988.178 euros e um resultado líquido negativo de 54.894.057 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral consolidado, a Demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório único de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o rendimento integral consolidado, as alterações no capital próprio consolidado, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069 - 316 Lisboa, Portugal
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório único de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de **Martifer, S.G.P.S., S.A.** em 31 de Dezembro de 2010, as alterações no capital próprio consolidado, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adoptados na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório único de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

16 de Março de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.

Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Individual

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de único de gestão e nas Demonstrações Financeiras anexas da **Martifer, S.G.P.S., S.A.**, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 384.858.008 euros e um total de capital próprio de 266.090.458 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 70.836.538 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de Rendimento Integral, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração (i) a preparação do Relatório único de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no capital próprio, o resultado das suas operações, o rendimento integral e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório único de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Martifer, S.G.P.S., S.A** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação constante do Relatório único de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o Relatório do governo societário inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

16 de Março de 2011

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.